



**METAMORFOSES DO MERCADO
PÚBLICO DE MONTES CLAROS:
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

**Mestranda: Lunna Chaves Costa
Orientador: Daniel Coelho de Oliveira**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
TERRITÓRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE MONTES CLAROS**

Lunna Chaves Costa

**Metamorfoses do Mercado Público de Montes Claros:
Mudanças e Permanências**

Montes Claros – MG
2019

Lunna Chaves Costa

**Metamorfoses do Mercado Público de Montes Claros:
Mudanças e Permanências**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Território e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira.

Costa, Lunna Chaves.

C837m Metamorfoses do Mercado Público de Montes Claros: Mudanças e Permanências / Lunna Chaves Costa. Montes Claros, 2019.

135 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Daniel Coelho de Oliveira.

Banca examinadora: Admilson Eustáquio Prates, Daniel Coelho de Oliveira, Iara Soares de França.

Inclui referências: f. 16-135.

1. Mercado. 2. Espaço urbano. 3. Tradição. 4. Memória. 5. Arquitetura. 6. Urbanização. I. Oliveira, Daniel Coelho de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 316

Elaborada pela BIBLIOTECA Universitária do ICA/UFMG

EDÉLZIA CRISTINA SOUSA VERSIANI - CRB6 1349

Lunna Chaves Costa

**Metamorfoses do Mercado Público de Montes Claros:
Mudanças e Permanências**

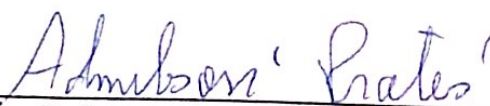
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-
Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

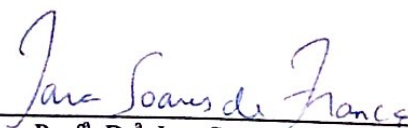
Linha de Pesquisa: Território e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira.

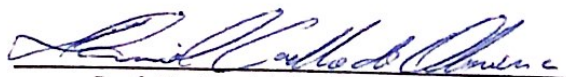
Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Admilson Eustáquio Prates
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
(Membro externo)



Prof.^a. Dr.^a. Iara Soares de França
Universidade Estadual de Montes Claros
(Membro interno)



Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros
(Orientador)

Montes Claros – MG, 26 de agosto de 2019.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao vovô, Silvano Rodrigues Costa (em memória), por apresentar a mim o mundo mágico do Mercado de Santa Cruz de Salinas – MG; ao papai, Paulo Raimundo Costa, por ainda insistir que eu não me esqueça do sabor do queijo cozido que vem do Mercado de Salinas; e à mamãe, Silvana Chaves Costa, por ser o meu motivo maior.

**Mestre não é quem sempre ensina,
mas quem de repente aprende.**

Grande Sertão Veredas, Guimarães Rosa.

AGRADECIMENTOS

Eu devo agradecer ao universo divino pela oportunidade de aprender e por encontrar pessoas que marcaram minha vida.

Sou imensamente grata ao Daniel Coelho, querido, amigo, professor, orientador, Mestre por excelência, além de Doutor por formação e por competência, por ter segurado firme a minha mão, e não ter soltado, até mesmo quando eu desacreditei de mim. Você, Daniel, nunca será capaz de medir a intensidade da gratidão que eu sinto por tê-lo em minha vida.

Agradeço a mamãe (minha rainha, Silvana Chaves Costa), por ser meu norte, meu motivo e meu fôlego, quando eu já não tinha ar.

Agradeço a papai (meu reflexo, Paulo Raimundo Costa), por sempre ter acreditado em mim e se orgulhado dos meus passos, até quando eu mesma não me orgulhei.

À minha irmã, Luana Zelita Costa, sou grata por ser minha metade e por dividir comigo o sentimento de amor mais puro e genuíno que pude sentir por meio de Cauan e Enzo.

Nelson, meu amigo. Eu só existo assim porque você passou por mim e me ajudou a me formar pessoa, mulher, amiga. Você é parte de mim até meu último suspiro. Muito obrigada.

Em nome da minha vizinha Terezinha Nogueira, agradeço e enalteço toda a minha família, por me atribuir significado, origem, raiz, memória, identidade, valores, paz e felicidade.

Agradeço Laura Ladeia, Bárbara Linhares, Larissa Alcântara, Kaio Petroni, Vitor Santiago e Paulo Santana, amigos de uma vida toda, que não me deixam nunca esquecer da minha origem e dos meus primeiros passos na vida.

Talita da Guarda, Lorena Temponi, Walkyr Marra, Junio Jaber, Gilda Laysa, Jelson Dick, Araci Magalhães, Admilson Prates, Carla Burlle (Diogo Nobre precisa estar aqui também), Gabriella Saraiva, Thiago Lamonier, Luciana Gusmão, Ricardo Cardozo, Fernando Mota, Rony Enderson, Rogério Luiz, Joaquina Nobre e a todos os amigos do IFNMG, tanto os de longa, quanto os de curta data. Preciso dizer que vocês trouxeram alegria e motivação à travessia.

Luiz Fernando Ruas, Maria Fernanda Nascimento, Wallyson Sena, Luã Amorim, Álvaro Jesus Lelys, Fred Oliveira, Leonardo Monteiro e Rodrigo Oliveira, vocês têm me ensinado a ser menos dura, a me divertir com as coisas bobas, e são, por isso, uns dos melhores presentes desta minha nova vida. Obrigada pela leveza.

Agradeço muito à minha família do jiu-jitsu, que não me deixou desistir, e me fez esquecer do mundo e de todos os problemas que tinha. Todos os dias, saio daquele tatame uma pessoa melhor e ainda percebo o quanto tenho para aprender. Mestre André Colares, muito obrigada. B1 (Bárbara Porto), B2 (Bárbara Athayde), Aladim, Jeruza, Gabi (você de novo!), Tikera e Renatão, obrigada por tornar minhas manhãs felizes. Oss!

Yasmin Antonietti, Bruna Andrade (minha dupla mais-que-perfeita) e Emanuella Marques (minha mana) o que seria de nós se não fosse a gente, né? Vocês, junto do meu anjo Daniel, são minha maior herança desta caminhada louca. A traça não pode com a alfazema.

A todos os entrevistados, que conferiram vida e leveza ao meu trabalho, sou eternamente grata. Raquel, Mary, Gilner, Davidson, Rock, Lurdinha, Paulinho, Marina, Antônio, vocês são parte viva de tudo isto. Obrigada pela entrega.

Aos professores Iara França, Hélder dos Anjos, Fausto Makishi, ao técnico administrativo Edvaldo Souza e demais servidores da Unimontes e da UFMG, sou grata pelo carinho e cuidado com que fui tratada nesta jornada.

RESUMO

O presente trabalho analisa, historicamente, como surgiu e se desenvolveu o Mercado Central de Montes Claros. Para isso, propusemos compreender a origem e a trajetória da sua construção, que vai desde o primeiro Mercado Central, construído em 1899, até o último Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, construído em 1988 e objeto principal de estudo do nosso trabalho. Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia utilizada partiu da integração de dois métodos: quantitativo e qualitativo, com vistas a adquirir maior confiança nos dados, por meio do cruzamento das conclusões. Foi realizado um levantamento bibliográfico, junto a jornais, revistas, projetos, levantamentos, mapas e fotografias a respeito dos temas abarcados. Além disso, utilizamo-nos de questionários semiestruturados para entrevistar os diversos agentes que pudessem contribuir com relatos sobre a construção, a demolição e os acontecimentos nesses espaços. A principal consideração que constatamos é de que o primeiro Mercado Central ainda vive no imaginário da população montesclarence, e está presente em diversas manifestações artísticas da cidade, ademais a sua demolição não foi e ainda não é bem aceita pela maioria das pessoas. Quanto ao Mercado Central, percebemos que se trata de um espaço que abriga conflitos sociais dos mais diversos e se coloca como um problema para a administração municipal, pois, por mais que figure como reserva das tradições da sociedade, ainda necessita de readequações estruturais.

Palavras-chave: Mercado; Produção do Espaço; Tradição; Memória; Arquitetura; Urbanização.

ABSTRACT

This paper analyzes, historically, how the Central Market of Montes Claros arose and developed. For this, we proposed to understand the origin and trajectory of its construction, which goes from the first Central Market, built in 1899, to the last Central Market Christo Raeff Nedelkoff, built in 1988 and the main object of study of our work. For the development of the research, the methodology used started from the integration of two methods: quantitative and qualitative, in order to acquire greater confidence in the data, by crossing the conclusions. A bibliographic survey was conducted, along with newspapers, magazines, projects, surveys, maps and photographs about the topics covered. In addition, we used semi-structured questionnaires to interview the various agents who could contribute reports on the construction, demolition and events in these spaces. The main consideration we find is that the first Central Market still lives in the imagination of the montesclarencia population, and is present in various artistic manifestations of the city, in addition its demolition has not been and is not yet well accepted by most people. Regarding the Central Market, we realize that this is a space that shelters social conflicts of the most diverse and poses a problem for the municipal administration, because, as much as a reserve of the traditions of society, it still needs structural readjustments.

Keywords: Market. Space Production. Tradition; Memory; Architecture; Urbanization.

Vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende
com vontade de chegar...
(*Trem de Alagoas*, Ascenso Ferreira)

Lá vai o trem com o menino
Lá vai a vida a rodar
Lá vai ciranda e destino
Cidade noite a girar
Lá vai o trem sem destino
Pro dia novo encontrar
Correndo vai pela terra,
vai pela serra,
vai pelo mar
(*O Trenzinho do Caipira - Poema Sujo*, de Ferreira Gullar, *Bachianas Brasileiras nº 2*)

Café com pão Café com pão
Café com pão
Virge Maria que foi isso maquinista?
Agora sim
Café com pão
Agora sim
Voa, fumaça
Corre, cerca
Ai seu foguista
Bota fogo
Na fornalha
Que eu preciso
Muita força
Muita força
Muita força

Oô... Foge, bicho
Foge, povo
Passa ponte
Passa poste
Passa pasto
Passa boi
Passa boiada
Passa galho
Da ingazeira
Debruçada
No riacho
Que vontade
De cantar!
(*Trem de Ferro*, Manuel Bandeira)

Ó cirandeiro, ó cirandeiro, ó
A pedra do teu anel
Brilha mais do que o sol
(Domínio Público)

Quando me prendero
No canaviá
Cada pé de cana
Era um oficiá
Oô...Menina bonita
Do vestido verde
Me dá tua boca

Pra matar minha sede
Oô... Vou mimbora vou mimbora
(*Trem de Ferro*, Manuel Bandeira)

u-u hi-hi te-que-tem te-que-tem
É o comboio malandro que passa
nas janelas muita gente n' ganas bonitas
quitadeiras de lenço encarnado
levam cana no Luanda p'ra vender
u-u hi-hi te-que-tem te-que-tem
(*Comboio Malando*, Fausto Bordalo Dias)

Vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende
com vontade de chegar...
Mergulham mocambos,
nos mangues molhados,
moleques, mulatos,
vêm vê-lo passar.
Adeus! Adeus!

Mangueiras, coqueiros,
cajueiros em flor,
cajueiros com frutos
á bons de chupar...
Adeus morena do cabelo cacheado!
Cana caiana,
cana roxa,
cana fita,
cada qual a mais bonita,
todas boas de chupar...
(*Trem de Alagoas*, Ascenso Ferreira)

Não gosto daqui
Nasci no sertão
Sou de Ouricuri
Oô... Vou depressa
Vou correndo
Vou na toda
Que só levo
Pouca gente
Pouca gente
Pouca gente...
(*Trem de Ferro*, Manuel Bandeira)

Vou danado pra Catende,
ou danado pra Catende,
(*Trem de Alagoas*, Ascenso Ferreira)

u-u hi-hi te-que-tem te-que-tem
(*Comboio Malandro*, Fausto Bordalo Dias)

vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende
com vontade de chegar...
(*Trem de Alagoas*, Ascenso Ferreira)

Organização: Maria Bethânia, 2010.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE MAPAS.....	14
LISTA DE QUADROS	15
INTRODUÇÃO	16
1 – UM ESTUDO SOBRE A QUESTÃO URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	24
1.1 DA CIDADE PRÉ-CAPITALISTA À CIDADE CONTEMPORÂNEA	24
1.2 A QUESTÃO URBANA E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	31
1.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	39
1.4 AS METAMORFOSES DOS MERCADOS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....	42
1.5 A ESPETACULARIZAÇÃO DA CULTURA E O COMÉRCIO DO TURISMO	48
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MERCADO CENTRAL DE MONTES CLAROS	53
E O SEU CONTEXTO URBANO.....	53
2.1 MONTES CLAROS COMO CIDADE MÉDIA.....	53
FOI POSSÍVEL PERCEBER UMA TRANSFORMAÇÃO DE CIDADE AGRÁRIA PARA UM POLO INDUSTRIAL INCOMPLETO, E ENTÃO MAIS TARDE PARA POLO DE SERVIÇOS, COMO TRATAREMOS DE ANALISAR NO PRÓXIMO TÓPICO.	55
2.2 MONTES CLAROS: DE CIDADE AGRÁRIA A CIDADE POLO DE SERVIÇOS.....	55
2.3 A IMPORTÂNCIA DO MERCADO CENTRAL PARA MONTES CLAROS.....	58
2.4 OS QUATRO MERCADOS DE MONTES CLAROS	59
2.5 O PRIMEIRO MERCADO CENTRAL – NA RUA DOUTOR SANTOS	61
2.6 A DEMOLIÇÃO DO PRIMEIRO MERCADO	70
2.7 O MERCADO E A PROSTITUIÇÃO	76
2.8 O SEGUNDO MERCADO CENTRAL – NA RUA CORONEL JOAQUIM COSTA	80
2.9 O MERCADO ALTERNATIVO – O MERCADO SUL DO BAIRRO MORRINHOS	83
2.10 O TERCEIRO MERCADO CENTRAL (OU O NOVO MERCADO) – DA AVENIDA DEPUTADO ESTEVES RODRIGUES	87
2.11 UMA NOVA PROPOSTA DE MERCADO PARA MONTES CLAROS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
ANEXOS.....	108
ANEXO 01 - ACERVO FOTOGRÁFICO DAS ADJACÊNCIAS DO ANTIGO MERCADO CENTRAL DE MONTES CLAROS, FORNECIDO PELO HISTORIADOR NORIVALDO ALVES.	108
ANEXO 02 – ACERVO FOTOGRÁFICO DA PRÓPRIA AUTORA	117
ANEXO 03 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO DESTINADO AOS ATORES POLÍTICOS E ARQUITETOS	133
ANEXO 04 – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS FEIRANTES – TRAJETÓRIA DOS MERCADOS POPULARES DE MONTES CLAROS	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - planta do núcleo interno da babilônia	26
Figura 2 - Planta de Roma Imperial.....	27
Figura 3 - Planta de Senlis Galia nos muros dos séculos III e IV.....	28
Figura 4: A relação campo versus cidade nos estudos clássicos da geografia entre os anos 1930 e 1960.....	35
Figura 5 - A relação campo versus cidade nos estudos teóricos da geografia entre os anos 1960 e 1980.....	35
Figura 6 - A relação campo <i>versus</i> cidade nos estudos críticos / contemporâneos da geografia entre os anos 1980 e 2009.....	36
Figura 7 - Localização de Montes Claros em Minas Gerais e no Brasil.....	54
Figura 8 - eixo espaço-temporal representando as transformações da cidade de Montes Claros no processo de urbanização	56
Figura 8 - localização dos quatro Mercados de Montes Claros.....	60
Figura 9 – Planta esquemática do Mercado Central Antigo.....	63
Figura 10 – Corte Transversal esquemático do Primeiro Mercado Central de Montes Claros.....	64
Figura 11 – Elevação esquemática da fachada principal do Mercado Central de Montes Claros.....	65
Figura 12 - Foto da entrada principal do Mercado Central de Montes Claros.	67
Figura 13 - Comerciantes no entorno do Mercado Antigo e seus produtos expostos ao chão.	69
Figura 14 - Vista Frontal do Mercado Central, pela praça Doutor Carlos Versiani.	74
Figura 15 - vista posterior do Mercado Antigo.....	74
Figura 16 - Entorno do Mercado Central, entre os anos 1940 e 1950	79
Figura 17 - Planta esquemática do Mercado Sul	84
Figura 18 - Fachada principal do Mercado Sul, Montes Claros	84
Figura 19 - Espaço interno do Mercado Sul, Montes Claros.....	85
Figura 20 - Fachada do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	88
Figura 21 - Planta esquemática do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	91
Figura 22 - fachada do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff voltada para a rua Marechal Deodoro.....	92
Figura 23 – Antônio Carvalho, o comerciante mais antigo do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, e Renan, seu neto, na sua loja de fumos	96
Figura 24 - Vista do antigo “cimentão”, ou do vazio após a demolição do primeiro Mercado.....	108
Figura 25 - Vista da rua Doutor Santos, em frente ao Antigo Mercado.	109
Figura 26 - Vista das ruas do entorno do Mercado Antigo.....	110
Figura 27 - Vista das portas laterais da frente do Primeiro Mercado.	110
Figura 28 - Vista da frente do Mercado Antigo.....	111
Figura 29 - Vista da frente do Mercado Antigo.....	111
Figura 30 - Vista de uma das ruas laterais ao Antigo Mercado.....	112
Figura 31 - Vista de uma das ruas laterais ao Antigo Mercado.....	112
Figura 32 - Vista da Antiga Praça Coronel Costa, ao fundo do Antigo Mercado.	113
Figura 33 - Vista da Praça Doutor Carlos Versiani.	113
Figura 34 - Vista da Praça Doutor Carlos Versiani.	114
Figura 35 - Vista do fundo do primeiro Mercado, pela praça Coronel Costa.....	114
Figura 36 - Vista da rua Doutor Santos, pela frente do Antigo Mercado.	115
Figura 37 - Vista da rua Doutor Santos, pela frente do Antigo Mercado.	115

Figura 38 - Pipoqueiro em frente ao Antigo Mercado.....	116
Figura 39 - Bancas de frutas e verduras do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	117
Figura 40 - Melancias no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	117
Figura 41 - Maracujás do Mato no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	118
Figura 42 - Pessoa fotografando no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	118
Figura 43 - Grãos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	119
Figura 44 - Grãos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	119
Figura 45 - Queijos tipo cabaça no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	120
Figura 46 - Cana de açúcar e andu no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	121
Figura 47 - Manteiga de garrafa no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	121
Figura 48 - Pessoa no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	122
Figura 49 - Movimento nas bancas do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	122
Figura 50 - Pimentas-Biquinho no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	123
Figura 51 - Panorama do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	123
Figura 52 - Cachaças no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	124
Figura 53 - Pé de boi no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	124
Figura 54 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	125
Figura 55 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	125
Figura 56 - Bananas-prata no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	126
Figura 57 - Rabanetes no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	126
Figura 58 - Artesanato no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	127
Figura 59 - Antônio no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	127
Figura 60 – Antônio Carvalho no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	128
Figura 61 - Antônio e Renan, seu neto, no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	128
Figura 62 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	129
Figura 63 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	129
Figura 64 - Dona Fátima no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	130
Figura 65 - Dona Fátima no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.....	130
Figura 66 – Maria de Lourdes Santos no Mercado Sul.....	131
Figura 67 - Baleiro no Mercado Sul.....	131
Figura 68 - Roque no Mercado Sul.....	132
Figura 69 – Maria de Lourdes Santos no Mercado Sul.....	132

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Rua de Baixo, da Rua de Cima e do Mercado.....	62
Mapa 2 - Montes Claros década de 1920 - 1940: Identificação da Rua de Baixo, Rua de Cima e Zona Lafaiete.	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais impactos do turismo no setor cultural de comunidades receptoras de turistas	49
---	----

INTRODUÇÃO

Os Mercados¹ públicos no Brasil têm passado por um processo de resignificação. Concomitante à acelerada expansão das redes varejistas, novos espaços ressurgem nos bairros da cidade e estabelecem uma comunicação direta entre produtores e consumidores de verduras, frutas e hortaliças produzidas na região. Os Mercados continuam desempenhando papel fundamental para a economia local e no desenvolvimento rural endógeno. Esse novo processo de resignificação dos Mercados também é marcado por interesses divergentes a respeito da normatização e regulação do uso do espaço público.

No contexto apresentado, esta dissertação trata das diferentes transformações vivenciadas pelo Mercado Central Público de Montes Claros², que passou por mudanças de uso e significados nos vários espaços em que ocupou na cidade. Além de ser um ambiente de trocas comerciais, o Mercado também se apresenta como o lugar do patrimônio cultural, do imaterial, por meio de ingredientes, modos de fazer e conhecimentos diversos capazes de representar a identidade e a memória da cidade.

É importante salientar que, apesar do objeto central do artigo ser o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, são consideradas as duas construções anteriores, já demolidas. Nesse sentido, a proposta se orienta a partir de alguns questionamentos: Qual a origem do Mercado Central de Montes Claros? Quais fatos marcam a sua trajetória de construção? Como se configurou o presente espaço? Quais são os atores e instituições que constroem esse Mercado? Que mudanças e permanências são verificadas nos diferentes momentos do Mercado?

O interesse em estudar Mercados públicos se deu pelo contato direto com esses espaços, desde a minha infância. Quando morava em Salinas – MG, o programa do sábado era acordar cedo e ir ao Mercado com meu pai, para comprar frutas frescas (o único lugar onde encontrávamos banana dedo de moça), pamonha enrolada na folha de bananeira e queijo cozido, conversar com pessoas, tomar chá de erva doce, comer bolo de fubá, assistir às figuras caricatas da cidade vendendo seus produtos milagrosos e ensinando qualquer coisa. Mais

¹ Para um melhor entendimento, utilizamos o termo “Mercado”, com a inicial maiúscula, quando nos referimos ao espaço físico, e “mercado” com a inicial minúscula, quando nos referimos à transação.

² A literatura científica a respeito do tema trata os Mercados com o mesmo perfil do objeto de estudo como “públicos”. Porém, esse mesmo objeto de estudo é tratado, em diversos documentos, reportagens e pelos entrevistados, por “Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff”. Portanto, utilizaremos, também, o termo “central” quando nos referirmos a tal.

tarde, ao me formar arquiteta e urbanista, esses espaços, localizados em diferentes cidades, se tornaram referência e cartão de visita nas minhas viagens a trabalho e passeios.

Hoje, resido em Montes Claros, e o fascínio que esses espaços exercem sobre meu olhar constitui-se de modo ainda mais latente. Diante desse afeto e inquietação, o objetivo geral deste trabalho é analisar, historicamente, como surgiu e se desenvolveu o Mercado Central de Montes Claros. Para isso, a ideia é compreender a origem e a trajetória da sua existência e importância econômica, política e social, enquanto reprodutor e produto de uma sociedade.

Importa, também, explicar sobre os termos adotados ao tratarmos dos Mercados Públicos de Montes Claros e o marco temporal da pesquisa. Quando utilizamos a expressão “Mercados Públicos de Montes Claros”, estamos nos referindo aos quatro espaços que compõem a trajetória de existência do Mercado Central da cidade, desde sua origem até a presente data (ano de 2019). São eles: o primeiro Mercado Central, ou o Antigo Mercado que foi inaugurado em 1899; o segundo Mercado Central, situado à rua Coronel Joaquim Costa e inaugurado em 1968; o Mercado Sul, construído em 1970 e ainda em funcionamento, no bairro Morrinhos; e o terceiro Mercado Central, atual Mercado Central Christo Raëff Nedelkoff, construído em 1988.

Para atingir o objetivo descrito anteriormente, valemo-nos de Goldenberg (2004), que propõe como metodologia de pesquisa a integração de dois métodos: quantitativo e qualitativo, com vistas a adquirir maior confiança nos dados, por meio do cruzamento das conclusões. Segundo a autora, enquanto a pesquisa quantitativa supõe uma população de objetos comparáveis, a pesquisa qualitativa enfatiza as particularidades de um fenômeno no universo em que se insere. Neste caso, a qualidade abre espaço à intensidade e imersão, permitindo uma compreensão mais profunda do problema estudado.

A pesquisa qualitativa é criticada por muitos estudiosos, por não apresentar padrões de objetividade, rigor e controle científico. Goldenberg (2004) explica que isso se deve à falta de padrões de generalização. Há também a acusação de que a pesquisa qualitativa não possui regras de procedimento e, por isso, não deve ser usada como evidência científica. Nesse sentido, para se evitar o *bias* da pesquisa, a autora defende que é fundamental para o pesquisador explicitar todos os passos e premissas valorativas dentro da pesquisa.

Somadas a certo rigor metodológico, a sensibilidade, a intuição e a experiência do pesquisador, podem contribuir em demasia para conferir à pesquisa bons resultados. Nessa

perspectiva, Goldenberg (2004) alerta que é necessário que o pesquisador se identifique com seu objeto, para poder compreendê-lo por dentro, mas que o explique por meio de uma reflexão teórica e metodológica. O pesquisador deve sempre buscar um difícil equilíbrio, para perguntar somente o necessário para a pesquisa, utilizando-se de perguntas claras e objetivas, e que se atente à árdua tarefa de ouvir. Nesse sentido, partimos dos métodos qualitativo e quantitativo para analisar a trajetória da produção do espaço do Mercado Central. A partir disso, nosso trabalho é composto por três fases: coleta de dados por meio de pesquisa documental, observação participante e entrevistas com roteiros semiestruturados; organização desses dados e análise dos resultados; e confecção de mapas e escrita da dissertação.

É importante para o pesquisador definir claramente quais perguntas deverão ser respondidas pela pesquisa que se pretende, para assim então conduzir a técnica indicada para tal. Cardano (2017) recomenda que não procuremos as fontes mais eloquentes e as técnicas mais eficazes, mas que tratemos de reconhecer qual fonte é mais adequada para responder à pergunta em questão.

Entendemos que a análise da documentação empírica deveria estar associada à observação e interpretação das entrevistas dissertativas com roteiros semiestruturados, a fim entender o objeto de estudo como um todo, com um aporte teórico estruturado, então partir para a sua problematização e afinal desenvolver a escrita da pesquisa.

A fim de compreender a trajetória da existência dos Mercados Centrais e a sua importância econômica, política e social, enquanto reprodutora e produto de uma sociedade em seus vários momentos, a primeira fase então se inicia com uma revisão da bibliografia já existente sobre os seguintes temas: a cidade, sua origem e em que contexto os Mercados se inserem; problemática urbana e divisão social do trabalho; a discussão sobre espaço; Mercados, memória e tradição; espetacularização e comércio da cultura; e, por fim, Montes Claros como cidade média e suas especificidades.

Em seguida, fomos em busca de legislações e documentos de poder público, como os decretos municipais sobre as diferentes construções dos Mercados, mapas da Prefeitura Municipal e IBGE, projetos e imagens das construções, notícias e relatos em jornais, pesquisas relacionadas a Montes Claros e seus Mercados em monografias, dissertações e teses, a fim de construir um melhor campo de entendimento sobre os caminhos e funcionamento do Mercado, em seus diferentes períodos. Tal compreensão foi imprescindível

para delinear os caminhos que a pesquisa tomaria, além de nos oferecer aporte teórico para a condução dos diálogos que iriam compor a pesquisa.

Entendemos que seria necessário compreender a configuração espacial do Mercado Central de Montes Claros e as mudanças pelas quais o espaço tem passado. A segunda fase da pesquisa então se destina a buscar, junto a arquivos na prefeitura municipal e outros atores com conhecimento histórico do processo, dados que subsidiassem a pesquisa, como projetos e levantamentos arquitetônicos do espaço, fotos e relatos de agentes envolvidos no processo e dos usuários do espaço. Daí surge a primeira dificuldade: os projetos, quando encontrados, não estavam completamente legíveis. Ademais, conseguimos poucas fotos antigas do segundo Mercado Central e do Mercado Sul; já sobre o primeiro Mercado Central, havia mais dados e fotos disponíveis.

Também verificamos a necessidade de identificar as dinâmicas que compõem o Mercado Central de Montes Claros e a sua importância para a cidade e para seus frequentadores. Para isso, construímos uma estratégia de observação participante com anotações, registros fotográficos e entrevistas com roteiros semiestruturados. Esta foi a fase mais intensa da pesquisa: as entrevistas aos agentes de variados contextos sociais que conheciam sobre os processos de construção e demolição dos Mercados.

A observação participante se mostra como uma ferramenta primitiva da pesquisa qualitativa e, segundo Goldenberg (2004), quando associada a entrevistas em profundidade, evita o perigo de *bias* da pesquisa, já que a sua associação dificulta ao pesquisado produzir dados que encaminhem a uma conclusão equivocada e ao pesquisador restringir suas observações ao seu entendimento e expectativa pessoais.

Essa fase pede atenção ao cuidado para a autoconsciência e o autoposicionamento, onde o pesquisador se coloca além dos moldes existentes e da rigidez de qualquer modelo explicativo, já que não é possível compreender uma ação social baseando-se em testemunhos e reações pessoais dos sujeitos. Segundo Thiry-Cherques (2006), é necessário entender o que está por trás dessas manifestações através da interação entre agentes e instituições. A terceira e última fase então consiste na escrita da dissertação e confecção das tabelas e dos mapas que se fizeram necessários.

Diante do exposto, a dissertação foi estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo, dividido em cinco partes, é estritamente teórico e constitui-se de uma revisão de literatura a respeito de conceitos-chave que colaboram para o entendimento das diferentes

configurações pelas quais os Mercados da cidade passaram. Nesse sentido, na primeira parte, expomos acepções sobre a cidade pré-capitalista, a cidade industrial e a cidade contemporânea, retomando a sua origem e utilizando como base teórica figuras importantes no debate, como Sposito (1988, 2006), Lefebvre (2001, 1999), Monte-Mór (2005, 2006) e Gomes (2007). Na segunda parte, nos dedicamos a falar sobre a problemática urbana e a divisão social do trabalho, esta como condição primária para a existência da cidade capitalista industrial, e dos diversos problemas urbanos causados pelo inchaço desenfreado das cidades. Os autores tomados como referência para a discussão são Sposito (1988 e 2006), Castells (1972), Monte-Mór (2005 e 2006), França (2007), Lefebvre (2001 e 1999), e Alves (2012). Na terceira parte, buscamos compreender o pensamento dialético sobre o espaço, que se coloca, ao mesmo tempo, como produzido e reprodutor de uma sociedade. Para isso, Lefebvre e Corrêa nortearam a discussão. Na quarta parte, propomos pensar a metamorfose dos mercados, o direito à memória, e a real importância da preservação desses espaços; como balizadores desses questionamentos, partimos das considerações teóricas dos pesquisadores Santos (1988), Pintaudi (2006) e Hobsbawm (2008). Já no último e quinto tópico, trazemos conceitos recentemente estudados a respeito da espetacularização da cultura e do comércio do turismo como forma de resgatar a visibilidade das cidades pós-industriais, baseados em Gonçalves et. al. (2006) e Bruno (2010).

O segundo capítulo, subdividido em nove tópicos, se destina a compreender a cidade de Montes Claros, como o Mercado Central está inserido nela e apresentamos os quatro Mercados de Montes Claros, contando a trajetória histórica de suas construções, descrevendo seus espaços e sua relação com a cidade. No primeiro tópico, trazemos alguns conceitos sobre cidades médias; descrevemos a cidade em termos de desenvolvimento econômico, político e social, tomando como base referencial França (2007), França & Soares (2007) e dados do IBGE (2010, 2016 e 2018). No segundo, nos dedicamos a entender as transformações sofridas por Montes Claros em um eixo espaço-temporal, que parte da *pólis* até chegar ao urbano; neste, baseamo-nos nas acepções teóricas de Monte-Mór (2005 e 2006), Lefebvre (1999), Santos (1993), Gomes (2007), e Santos & Silva (2011). No terceiro tópico, discutimos sobre a importância do Mercado Central de Montes Claros para a cidade, norteados por Servilha & Doula (2009), Guimarães & Doula (2018) e Vianna (1926).

O quarto tópico contém nossas análises sobre o primeiro Mercado Central de Montes Claros, que se localizava em frente à praça Dr. Carlos Versiani. No quinto, reunimos fatos e dados sobre a demolição do primeiro Mercado. No sexto, apresentamos a relação entre o

Mercado Antigo e a prostituição na cidade. No sétimo, contamos sobre o segundo Mercado Central, que ficava situado entre a rua Coronel Joaquim Costa e a rua Belo Horizonte. No oitavo, discutimos sobre o Mercado Sul, que foi construído como Mercado alternativo, coexistiu com o segundo Mercado Central e ainda funciona nos dias atuais, no bairro Morrinhos. No nono e último tópico, nos dedicamos à análise do terceiro e atual Mercado Central. Este espaço recebeu o nome de Christo Raeff Nedelkoff, está situado à Avenida Deputado Esteves Rodrigues e se encontra em funcionamento nos dias atuais.

As entrevistas com os diversos agentes desses espaços compuseram a maior parte deste capítulo, a saber, o arquiteto urbanista, Davidson Caldeira; o arquiteto urbanista, Gilner Rocha; a gerente de preservação e promoção do patrimônio cultural de Montes Claros, Raquel Mendonça; a escritora da Academia Montesclareense de Letras, Mary Lelys; o secretário do Meio Ambiente da Prefeitura de Montes Claros, Paulo Ribeiro; o comerciante do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, Antônio Fialho Carvalho; a comerciante do Mercado Sul, Maria de Lourdes Santos; e a educadora e fundadora do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández, Marina Fernandêz.

Tabela 1 - agentes entrevistados e suas ocupações

Nome	Ocupação
Antônio Fialho Carvalho	Comerciante no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff
Davidson Caldeira Rocha	Arquiteto urbanista na Prefeitura Municipal de Montes Claros
Gilner Rocha	Arquiteto urbanista autônomo em Montes Claros
Maria de Lourdes Santos	Comerciante no Mercado Sul de Montes Claros
Marina Fernandêz	Educadora e fundadora do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández
Mary Lelys	Escritora na Academia Montesclareense de Letras
Paulo Ribeiro	Secretário do Meio Ambiente da Prefeitura de Montes Claros
Raquel Mendonça	Gerente de preservação e promoção do patrimônio cultural de Montes Claros

Fonte: acervo da própria autora, 2019.

Os primeiros agentes que decidimos entrevistar foram os arquitetos Davidson Caldeira e Gilner Rocha. A ideia era entrevistá-los e pedir indicações a respeito de outros agentes que pudessem contribuir para a construção da pesquisa. Davidson Caldeira é servidor público da Prefeitura Municipal de Montes Claros, atua no setor de planejamento e muito contribuiu para a busca dos projetos, para o entendimento destes espaços e ainda contou algumas curiosidades

acerca dos dois primeiros mercados. Davidson nos apresentou o William, servidor responsável pela Mapoteca da prefeitura, que disponibilizou todos os projetos dos mercados utilizados neste trabalho. Além disso, William indicou uma outra servidora que trabalha na Secretaria de Cultura de Montes Claros, a Raquel Mendonça, que teria conhecimento da história dos Mercados. Podemos considerar que Raquel foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Além de vários livros encontrados na secretaria e dos vários depoimentos sobre casos da época do Mercado Antigo, junto à Raquel conhecemos a Mary Lelys, escritora montesclarensense que ajudou a tecer as histórias sobre os Mercados que talvez não se encontrem nos livros oficiais.

As entrevistas tomaram um caminho melhor do que o previsto. No entanto, nós ainda considerávamos importante entrevistar alguma figura pública que conhecesse mais a respeito das decisões políticas da época. Então, o orientador desta dissertação sugeriu que procurássemos o então Secretário do Meio Ambiente, Paulo Ribeiro, dada sua relevante trajetória política e conhecimento histórico da cidade. Paulo Ribeiro, conforme esperado, satisfaz às nossas expectativas sobre dados de tomadas de decisão, e ainda indicou que tentássemos conversar um pouco com sua mãe, a Dona Jacy, visto que ela viveu na época do Mercado Antigo e atuou, junto à Dona Marina Fernandêz, nos movimentos contra a demolição deste Mercado. A Dona Jacy recusou-se a ceder entrevista, mas conseguimos entrevistar a Dona Marina, por intermédio de Gilner, que nos apresentou uma leitura urbanística a respeito das localizações dos mercados e muito contribuiu para entendermos a sua importância em relação à cidade.

Além dos agentes entrevistados, considerávamos importante conhecer alguém que tivesse atuado no primeiro ou segundo Mercado da cidade. Nesse ponto, encontramos dificuldade em localizar os feirantes com essa experiência. Apesar disso, conhecemos Antônio Carvalho, o feirante mais antigo do Mercado Central, que já passou por todos os mercados Centrais da cidade, com exceção do Mercado Sul. Também considerávamos fundamental buscar os feirantes do Mercado Sul para entrevistá-los. Diante desse desejo, encontramos Maria de Lourdes Santos, a feirante mais antiga do Mercado Sul, que nos relatou que trabalhou quando criança, com sua tia, no Mercado Antigo. As entrevistas foram distribuídas ao longo do terceiro capítulo, junto a fatos históricos da revista Nossa História, e historiadores e memorialistas, a saber, Paula (1979), Vianna (1926), Graça (1986), Silva (2012), Lima (2008), e Rebello & Silveira (2014).

Nesse sentido, importa discorrer a respeito da dialética entre Memória e História, já que os registros deste trabalho se valem de fatos contados por memorialistas, historiadores, agentes usuários dos Mercados e outros conhecedores do processo. Existe uma confusão comum entre esses dois conceitos, que, a princípio, se mostram opostos, mas vale a elucidação para entendermos o quanto os mesmos estão relacionados e dependentes.

Barros (2009) nos convida a superar seus conceitos antigos, que remetiam à Memória como um ambiente estático, passivo, impreciso, pouco útil para a História, como um lado pobre daquela, e tratavam a História como análise crítica, problematizadora, dialética, emblemática. Segundo o autor, a ideia é entender que a Memória vem se mostrando como um fenômeno complexo, já que envolve a releitura de vestígios, o que vai muito além da ordenação dos mesmos, concebida então como um processo ativo, dinâmico, complexo e interativo. Isso inclui tanto a memória individual quanto a coletiva, já que a individual sempre envolve importantes dimensões coletivas, como a narratividade.

Nas considerações finais, tentamos responder aos questionamentos que fizemos ao longo do trabalho e deixamos outras inquietações que não foram possíveis de serem respondidas na presente pesquisa.

1 – UM ESTUDO SOBRE A QUESTÃO URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Antes de entrarmos no debate sobre as diferentes configurações vivenciadas pelo Mercado Central de Montes Claros e sua importância na organização espacial da cidade, faremos uma revisão teórica sobre: questão urbana, produção do espaço, reestruturação das cidades e outros temas ligados à inserção dos Mercados públicos no contexto urbano.

Consideramos de fundamental importância entendermos o processo de formação da cidade, desde sua origem, no período paleolítico, até seu estágio contemporâneo, antes de entrarmos no debate sobre a sua complexidade atual e os diferentes papéis que os Mercados públicos tiveram nas cidades ao longo de sua existência. Para isso, nos basearemos em Sposito (1988), Castells (1972), Monte-Mór (2006), Lefebvre (1999), Santos (1933) e Gomes (2017) para discutirmos o seu processo de formação e desenvolvimento.

1.1 Da cidade pré-capitalista à cidade contemporânea

Sposito (1988) discute sobre a formação da cidade, que se manifesta ainda como semente no período paleolítico, quando o homem passa a definir um lugar fixo para os mortos e a caverna passa a significar abrigo e segurança, onde aconteciam rituais e manifestações de arte, por mais que não fosse uma moradia fixa. Seguindo para o período mesolítico, o homem passa a domesticar animais e a desenvolver mudas de vegetais, o que marca uma evolução em relação ao suprimento de alimentos.

Então, no período neolítico, foi estabelecida a primeira condição de existência das cidades, quando o homem passa a desenvolver técnicas de agricultura e se fixa à terra. No entanto o espaço ainda era sistematizado em aldeias, como aglomerados humanos, sem organização social complexa. Nesse sentido, Sposito salienta que:

Sabemos que a cidade é mais que o aglomerado humano que se formou historicamente num ponto do território, cuja razão de ser era o desenvolvimento da agricultura. Mas, sabemos também, que o sedentarismo e o próprio desenvolvimento da agricultura, traços da aldeia, são pré-condições indispensáveis, mas não suficientes, para as origens das cidades. O que mais foi necessário acontecer para que as cidades existissem? (SPOSITO, 1988, p. 14).

Segundo a autora, a aldeia neolítica não poderia ser considerada urbana, pois sua condição de existência era somente abrigar as atividades entendidas hoje como primárias, ou

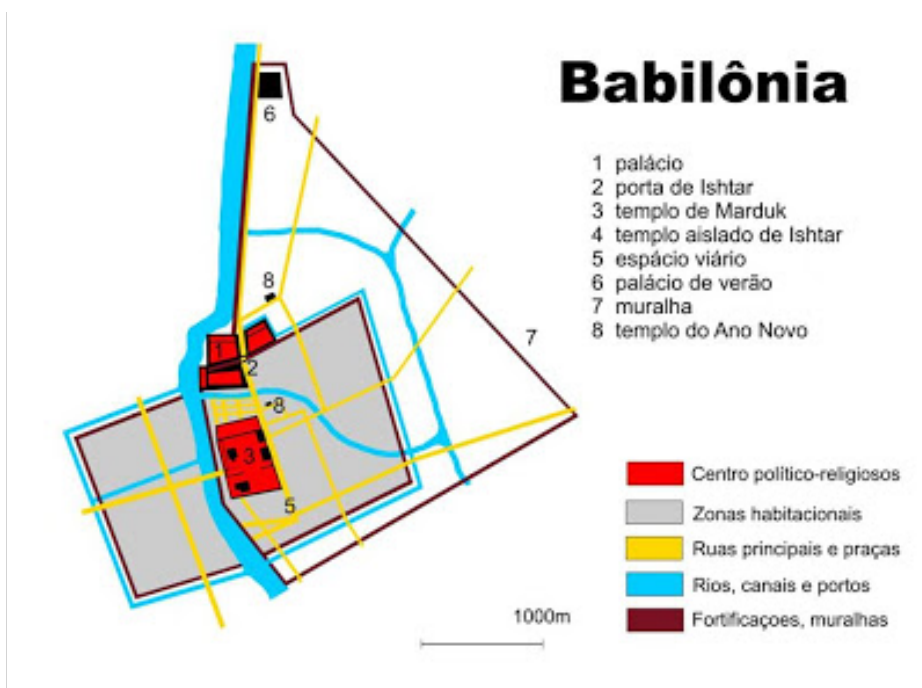
do campo, o que já permite uma introdução à diferenciação ecológica urbano *versus* rural. Além desta diferenciação, a autora condiciona a origem da cidade à diferenciação social, onde somente a divisão do trabalho produz uma organização social mais complexa. Ela define então a produção do excedente alimentar como única condição para a divisão do trabalho e se vale das considerações de Singer (1977) para adicionar a esse fator a criação de instituições sociais, junto a uma sociedade de classes, para subsidiar a transferência do mais-produto do campo para a cidade como uma segunda condição para a formação da cidade. Ou seja, a cidade só se estabelece quando as classes sociais se dividem, já que parte da sociedade produz, enquanto outra parte se apropria do mais-produto, e então esta divisão se transforma na diferenciação ecológica rural *versus* urbano: “assim, podemos dizer que a diferenciação ecológica rural *versus* urbano nada mais é do que a manifestação clara da divisão do trabalho que se confunde com essa diferenciação, embora a anteceda no tempo.” (SPOSITO, 1988. P. 15).

Adiante, Sposito (1988) faz uma análise das cidades desde a sua formação inicial (Antiguidade) até a cidade contemporânea. A autora relata que as primeiras cidades, ao que todos os autores indicam concordar, surgiram na Mesopotâmia, inicialmente, (por volta de 3500 a.C.) e depois no vale do rio Nilo (3100 a.C.), no vale do rio Indo (2.500 a.C.) e no Amarelo (1555 a.C.). É interessante observar que, por mais que a cidade tenha se formado a partir de processos políticos e sociais, foram as condições naturais e geográficas (já observadas nas aldeias) que ditaram suas localizações, pois se instalavam próximas aos rios, em climas semiáridos, onde repartiam água e os poucos pastos e, ainda, aproveitavam as planícies inundáveis para maior desenvolvimento da agricultura (SPOSITO, 1988).

Vale ressaltar que, por mais que apresentem características similares (geralmente, apresentavam formas ovaladas, onde as possíveis encruzilhadas as dividiam em quatro bairros, primeiramente delimitadas por montanhas e desertos, depois por muralhas), essas cidades ancestrais ainda se constituíam de particularidades como reflexo das personalidades humanas. Mumford (2004) explica que o Egito, desde o alvorecer da civilização no quarto milênio a.C., evidencia maior devoção ao culto religioso e maior implosão e concentração de poderes que a Mesopotâmia, onde o rei não era um deus. O autor ainda nos revela a transitoriedade da cidade ancestral: cada faraó construía sua cidade, com componentes estruturais espalhados pela cidade que atestassem a magnificação universal do poder, como obeliscos, esculturas e colunatas. Porém, a cidade serve à vida desse faraó, sem objetivos de engrandecê-la ou continuar a obra de seus antecessores.

Desde as primeiras cidades, percebe-se que a sua organização política, social e econômica determina a sua forma e estrutura: havia uma organização dominante de caráter teocrático (onde o líder era rei e também chefe espiritual) e a elite sempre morava no meio, a fim de facilitar o domínio sobre as outras classes e se proteger de possíveis ataques externos. Seus contornos eram delimitados por muros, que (assim como as ruas) eram distribuídos de forma perpendicular, formando entre si ângulos retos de 90 graus (figura 1).

Figura 1 - planta do núcleo interno da babilônia



Fonte: <http://historianninha.blogspot.com/2018/03/atividade-primeiro-ano-para-20-de-marco.html>.

Acesso em 10 de outubro de 2019.

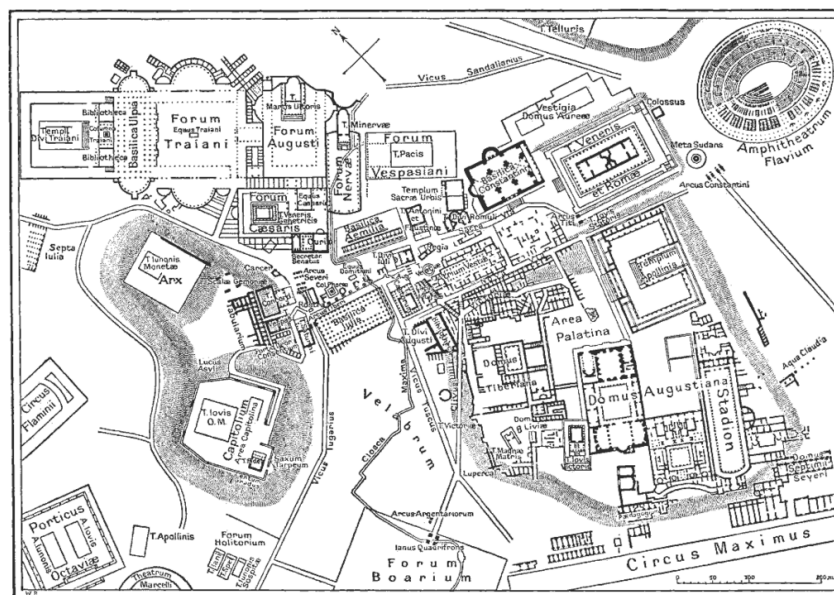
As propriedades na cidade já eram privadas, enquanto no campo ainda permaneciam coletivas, e a posição central do poder já era expressa na forma da cidade: o poder político e religioso se concentrava no centro da cidade, reservado aos reis e sacerdotes com os grandiosos e elevados templos dos deuses, que eram geralmente piramidais e cercados por jardins.

Segundo Sposito (1988), cada templo controlava uma posse do campo, retirando dela seu sustento. Esses templos abrigavam um santuário, uma torre-observatório e diversas lojas e armazéns, onde profissionais das diversas especialidades viviam e trabalhavam, auxiliados por escravos. Essa estrutura era reproduzida em menor escala nas partes mais externas da cidade, abertas a todos. Nesse contexto, as cidades foram crescendo e se tornando capitais de

impérios, dominando áreas cada vez maiores e recebendo o excedente do campo, tornando-se centro de maior força política e abrindo condições para a criação dos impérios.

Durante a Antiguidade, as cidades sofreram diversos processos de evolução e complexidade em relação à organização social e urbanização (figura 2), o que diminuiu no período da Idade Média (século V ao XV), com o declínio das atividades econômicas e a consequente definição do modo de produção feudal, este de caráter político restrito, predominantemente religioso, economicamente agrícola e intrafeudo. (SPOSITO, 1988).

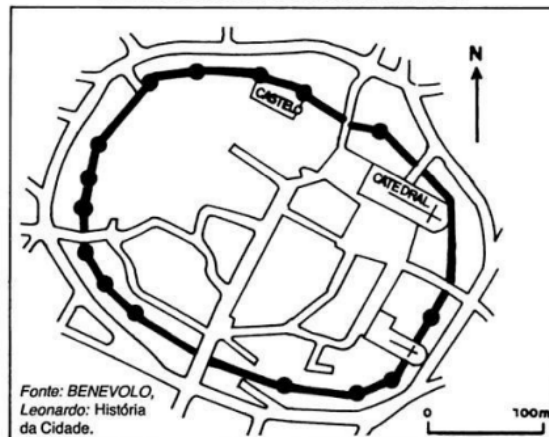
Figura 2 - Planta de Roma Imperial



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum_Romano. Acesso em 10 de outubro de 2019.

Os aglomerados medievais classificavam-se em cidades episcopais (centros de administração eclesiástica de papel econômico restrito devido à abrangência apenas local do seu pequeno mercado) e burgos (construídos sob as ordens dos príncipes ou senhores feudais, mais fortes, seguros, cercados por muralhas e rodeados por fossos), ambos com poucas características urbanas e pouco poder político (figura 3) (SPOSITO, 1988).

Figura 3 - Planta de Senlis Galia nos muros dos séculos III e IV.



Fonte: BENEVOLO (apud SPOSITO, 1988, p. 29).

Nesse contexto, as “cidades” medievais eram marcadas pelo modo de produção feudal. Elas eram redondas ou ovaladas, muradas, com planos irregulares e ruas principais que apontavam para o núcleo central, porém eram estreitas e tortuosas. Sposito (1988) explica que esse núcleo central abrigava os ágoras, os centros dinâmicos da cidade, que eram pontos de encontro das transações, dedicados aos sacrifícios e às orações, e que mais tarde (século V) se tornaram praças de mercado, definindo-se como ponto de encontro também para negociações.

É importante observar que a relevância econômica e política desses aglomerados se perde com o fechamento dos burgos, porém, a urbanização toma novas forças quando os mercadores passaram a demandar por segurança e abrigo, demandas que esses espaços não conseguiam atender. Essa situação levou a uma ocupação extramuros e muitas cidades surgiram próximas às fortalezas.

Além disso, segundo Sposito (1988), no século XII já haviam novas cidades formadas em lugares mais afastados, e a malha de cidades com base econômica no comércio e artesanato da Europa passa a adquirir maior densidade, formando pequenos núcleos administrativos, cujas instituições garantiam aos cidadãos proteção legal dos seus direitos. Ou seja, a reativação do comércio possibilitou a retomada da urbanização e, com ela, as condições de estruturação do modo de produção capitalista em detrimento da economia feudal.

Castells (1972) segue o mesmo raciocínio. Segundo o autor, a cidade da Idade Média ressurgiu com uma nova dinâmica social, uma estrutura herdada da cidade antiga e de um mercado, pautados em novos laços sociais:

A cidade na Idade Média renasce a partir de uma nova dinâmica social inserida na estrutura social precedente. Mais concretamente, ela se edifica pela reunião de uma fortaleza preexistente, em torno da qual se organizara um núcleo de habitação e serviços, e de um mercado, sobretudo a partir das novas rotas comerciais abertas pelas Cruzadas. Nesta base organizam-se as instituições político-administrativas próprias à cidade, que conferem-lhe uma coerência interna e uma autonomia maior frente ao exterior. É esta especificidade política da cidade que faz dela um mundo próprio e define suas fronteiras enquanto sistema social. A ideologia de pertencer à cidade, prolongada até a sociedade industrial avançada, encontra seu fundamento histórico neste gênero de situação. (CASTELLS, 1972, p. 43- 44).

Sob uma perspectiva que dialoga com Sposito (1988) e Castells (1972) em relação ao processo de formação das cidades, Monte-Mór (2006) discute suas diferentes configurações, passando pela cidade política, cidade mercantil (século XIV) e cidade industrial (final do século XVIII). O autor define a cidade política como a que exerce seu domínio sobre o campo por meio do controle político; a cidade mercantil é a que tem o mercado como centro de poder, economia e de conquista da burguesia, já que é

[...] marcada pela entrada da praça de mercado no interior das muralhas das cidades controladas pelos mosteiros ou castelos. Incentivadas pelas feiras locais e regionais (em múltiplas escalas, mesmo “internacionais”) de artigos de luxo, as elites gradativamente permitiram a entrada da burguesia nascente no espaço do poder, logo deslocando a centralidade do poder dos palácios e mosteiros para a praça de mercado, consolidando a economia de mercado que teve nas cidades seu espaço privilegiado. (MONTE-MÓR, 2006, p.7).

Monte-Mór (2006) explica que a cidade mercantil se tornou o lugar central, que recebia os excedentes regionais para comercialização e abriu espaço para a entrada da burguesia e “sua eventual conquista. Os burgos mercantis deram novo sentido e força à cidade política, transformando-a em centro mercantil.” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8).

Nesse contexto, Mumford (2004) observa que os ágoras (mais tarde praças de mercado) sofreram uma evolução significativa entre os séculos V e VII. Inicialmente, se definia como um espaço aberto com finalidades públicas, elementos construtivos distribuídos à sua volta de maneira irregular e barracas que se distribuíam ao centro nos dias de feira, onde os camponeses se instalavam para comercializar (por troca) seu excedente produtivo. Já no século VII, o comércio se torna o elemento mais importante da vida da cidade e se expande por meio da introdução das moedas cunhadas de ouro e prata como novo meio de troca. O acúmulo de riquezas passa a ser o motivador de busca de um grupo crescente pessoas, substituindo o desejo de somente uma vida melhor.

É importante destacar a relevância dos espaços do Mercado já na cidade mercantil medieval: a dicotomia campo *versus* cidade era relacionada à produção, visto que o campo

produzia o excedente e o comercializava no Mercado da cidade. Para existir a troca e a classe dos mercadores, era necessário um local unificado, onde se comprava barato e se vendia caro, permitindo, assim, que o capital pudesse se reproduzir. Desse modo, mercadoria, trabalho e capital dialogavam livremente em um Mercado único. (DEAK, 1991).

Já a cidade industrial é marcada pela “entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, ou o proletariado” (MONTE-MÓR, 2006). A partir de então, a produção do campo, além de controlada e comercializada pela cidade, passa a transformá-la e a agregar valor de maneira nunca vista. Monte-Mór (2006) utiliza Lefèbvre (1999) para afirmar que, a partir desse movimento, o campo se subordina totalmente à cidade, dependendo dela para manter sua própria produção. O autor explica ainda que é na cidade industrial que se estabelece a urbanização, como é entendida hoje. A urbanização, segundo o pesquisador, ainda era pontual: acontecia em poucas cidades, onde o mercado e o poder político se concentravam.

Seguindo a lógica de Monte-Mór (2006) e Lefebvre (1999), Gomes (2017) discute sobre o processo de urbanização das cidades até a sociedade urbano-industrial do final do século XVIII. A autora aborda o eixo espaço-temporal, desenvolvido por Lefebvre (1999), para explicar o fenômeno urbano e o processo evolutivo de formação da sociedade urbana. A pesquisadora estabelece um parâmetro indicativo, organizado em valores de 0 a 100% para dimensionar o processo de urbanização de uma cidade, em que 0% indica ausência de urbanização (ou vida no campo) e 100 %, uma cidade totalmente urbanizada. Essa evolução é observável e passa pela configuração das cidades política, mercantil, industrial e, por fim, urbana. A passagem da *pólis* ao urbano se mostra como um processo complexo, marcado por diversas transformações que influenciam de maneira direta a configuração socioespacial da sociedade atual.

Assim, Gomes (2007) analisa de maneira detalhada as etapas deste processo evolutivo: a cidade política é denominada por Lefebvre (1999) de *pólis* grega, marcada pelo domínio do campo em relação à cidade por força política e caracterizada pela ordem, poder e vida social organizada. A cidade mercantil surge quando a praça do Mercado ocupa o centro da cidade e então se torna essencial, o que faz com que apareçam comerciantes e banqueiros, fato que marca a Revolução Comercial. O excedente do campo é então comercializado e controlado pela cidade mercantil, que se torna símbolo do capital comercial.

A partir da perspectiva apresentada por Monte-Mór (2005), Gomes (2007) ressalta que a cidade industrial é então marcada pela Revolução Industrial do século XVIII, onde a produção entra na cidade e reúne capital, trabalho, meios de produção e mercado, trazendo para a cidade um grande fluxo migratório de pessoas para a ocupação dos postos de trabalho e para o consumo, reproduzindo, assim, o capital industrial. Essa passagem é marcada pela subordinação total do campo à cidade: o campo é o espaço produtivo, mas é no Mercado da cidade que acontece a comercialização. A cidade passa a ser o centro mercantil e político da comunidade, e então a nova realidade urbana passa a abrigar leis, instituições, religião e cultura. Nesse contexto, o Mercado assinala uma divisão social do trabalho mais diversificada.

A cidade do século XX então se torna o local do capitalismo moderno, onde se manifestam todas as suas contradições, dividida por fixos e fluxos. Os fixos atraem fluxos. E esses fluxos se traduzem na infraestrutura adotada nas cidades para produzir e reproduzir o modelo de economia capitalista por meio de diversas redes estabelecidas entre essas cidades. Esse mesmo espaço que une e atrai as pessoas em seu ambiente é o mesmo espaço que segrega essas mesmas pessoas por conta de sua situação social.

Nesse contexto, Castells (2003) explica que essas mudanças sociais sofridas pelas cidades contemporâneas são tão drásticas quanto as mudanças tecnológicas e econômicas. São as cidades que se compõem por guetos, gangues, tribos, instituições novas e tradicionais, com sujeitos em crise, fragmentados perante essa nova gama de possibilidades de ideologias advindas das redes sociais.

1.2 A questão urbana e a divisão social do trabalho

Após apresentarmos as diferentes configurações que as cidades agregavam, a depender do seu contexto, trataremos de entender os problemas advindos do processo complexo de urbanização, destinado a criar uma infraestrutura adequada à reprodução capitalista do período industrial. Os impactos causados sobre a cidade pelo seu inchaço, decorrente do modo de produção capitalista, desencadearam diversos problemas urbanos, estudados por uma variedade de autores, tomados aqui como referencial para o desenvolvimento deste trabalho, a saber, Sposito (1988 e 2006), Castells (1972), Monte-Mór (2005 e 2006), França (2007), França & Soares (2007), Lefébvre (1999 e 2001) e Alves (2012).

Consideramos pertinente chamar a atenção para a dialética forma *versus* processo das cidades em relação à urbanização. Sposito (1988) define a urbanização como um processo vivido pelos aglomerados antigos, que se concretizou na forma de cidade. Então, podemos entender, sob essa perspectiva, que a cidade, como hoje é entendida, é o resultado de um processo de transformação econômica, política e social que se traduz em um espaço específico. A expressividade da urbanização, no período capitalista, é evidenciada pela autora ao defender que “... a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo” (SPOSITO, 1988. P. 30).

Ante outra perspectiva, Castells (1972) aborda “a questão urbana” a partir de dois sentidos distintos: o primeiro é tido como “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e cidade” (CASTELLS, 1972, p. 39), e o segundo como “difusão do sistema de valores, atitude e comportamentos denominado “cultura urbana””. (CASTELLS, 1972, p. 39). O autor argumenta haver uma dialética entre os processos de urbanização e industrialização, já que há uma relação de correspondência entre o modo de produção industrial, o modernismo e a cidade. Ele ainda adverte sobre o fato da cidade ser tratada somente como aglomeração industrial. O urbano é definido pelo pesquisador como “uma forma espacial de ocupação do espaço por uma população, a saber, a aglomeração resultante de uma forte concentração e de uma densidade, relativamente alta, com diferenciação funcional e social maior”. (CASTELLS, 1972, p. 40). Nesse sentido, Castells propõe questionamentos: qual o nível de densidade que marca o início de uma sociedade urbana? E quais os fundamentos teóricos para tais critérios? O argumento apresentado pelo autor é que estes critérios variam de lugar para lugar, sendo assim, ele sugere a superação da dicotomia do rural *versus* urbano.

Além disso, a problemática da cultura urbana é tratada por ele como um sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista. O autor admite a tendência culturalista ao pensar os processos de urbanização, que divergem, de maneira considerável, do seu tratamento enquanto forma:

De fato, a tendência culturalista da análise da urbanização fundamenta-se numa premissa: a correspondência entre um certo tipo técnico de produção (essencialmente definido por uma atividade industrial), um sistema de valores (o “modernismo”) e uma forma específica de organização do espaço, a cidade, cujos traços distintivos são uma certa forma e uma certa densidade. (CASTELLS, 1972, p. 39-40).

Castells (1972) também descreve a problemática atual da urbanização a partir de quatro dados: a aceleração do ritmo de urbanização; o crescimento em regiões subdesenvolvidas, sem acompanhar seu crescimento econômico; o surgimento de novas formas urbanas e grandes metrópoles; a relação da urbanização com as novas organizações sociais capitalistas. A partir disso, estabelece novos conceitos e questionamentos a respeito da urbanização (agora tratada por ele como produção social de formas espaciais), como o urbano tratado como oposto a rural, e o desenvolvimento, como causador de uma capacidade de acumulação progressiva.

Diferente de Castells (1972), Lefebvre (2001), em *O Direito à cidade*, discute a problemática da urbanização como motor de transformações sociais, provocadas pelo processo de industrialização, que causa problemas de crescimento e planificação; novos questionamentos sobre a cidade; a ruralidade urbana; lazeres e a cultura. Ele define a sociedade urbana como uma realidade social que nasce à nossa volta e defende a ideia de que o valor de troca e a generalização da mercadoria podem destruir a cidade e a realidade urbana. Então o conflitante processo de industrialização e urbanização se mostra complexo já que produz, além de empresas, operários e chefes, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos, que até hoje provocam situações conflitantes.

Ademais, Lefebvre (2001) aponta, como maior problema desse processo, o êxodo habitacional que a sociedade vivencia, definido pelo processo de “implosão-explosão” da cidade. Por conseguinte, o fenômeno urbano se mostra crescente e o território se fixa em um tecido urbano cada vez mais dividido, com concentrações gigantescas e núcleos, ora abandonados, ora supervalorizados.

Nesse contexto, Sposito (2006) afirma que a cidade só existe porque abriga uma divisão social do trabalho, o que, para Singer (1998), Marx e Engels (1992), se define como a separação entre trabalho manual e intelectual. No início do processo de urbanização, a divisão socioespacial das cidades era simples e se estabelecia entre a cidade e o campo. Além disso, as interações políticas se davam a partir das Cidades-Estados. Embora se possa reconhecer semelhanças entre essas cidades, as diferenças entre elas eram grandes, já que muitas não tinham conhecimento das outras.

No tempo atual do modo capitalista de produção, percebe-se um sistema-mundo, em que as relações econômicas formam escalas mais abrangentes, assim como as relações políticas e sociais, apoiadas na redefinição das interações espaciais. Sposito (2006) reconhece

nas cidades romanas antigas uma divisão social e territorial do trabalho na escala interurbana, que marca a formação das redes urbanas, onde foram criadas condições de infraestrutura, normas e tributos para estimular o comércio e a interação em grande escala entre as cidades.

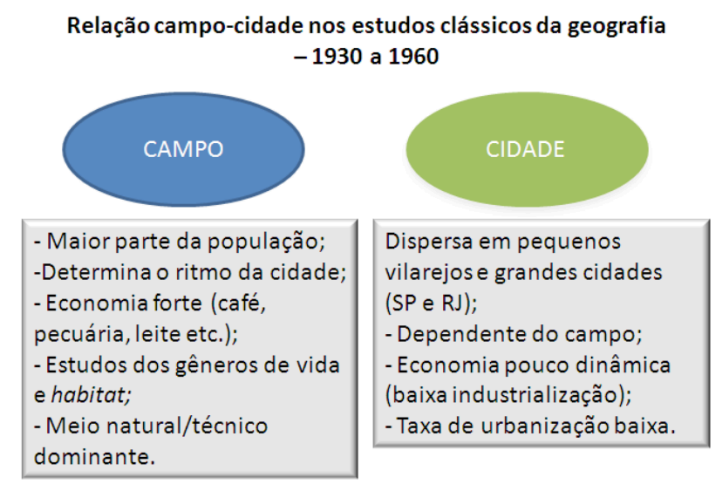
Outra relação dicotômica que merece maior desenvolvimento é a relação urbano *versus* rural ou cidade *versus* campo. Segundo Monte-Mór (2005), a cidade e o campo são elementos socioespaciais que se opõem e ao mesmo tempo se complementam, pois a cidade atua como centralidade, já o campo atua como periferia no espaço do poder do mundo moderno.

Nesse sentido, Santos (1993) sugere que a díade cidade *versus* campo ou urbano *versus* rural seja tratada como urbano *versus* agrícola, já que o tecido urbano se estende para além das cidades, o que torna complexa a definição de onde termina o urbano e onde começa o rural. O pesquisador aborda o conceito de regiões agrícolas e urbanas, no qual as regiões agrícolas abrigam cidades, e as regiões urbanas abrigam atividades rurais.

É importante observar que a ligação entre campo e cidade se ressignifica. Assim, a divisão do trabalho se torna complexa e a relação entre campo e cidade deixa de ser antagônica e passa a ser dialética. Analisando a questão a partir da ciência geográfica, podemos entender melhor esse vínculo. De acordo com Alves (2012), na geografia clássica (dos anos 1930 a 1960), a dinâmica espacial do campo e da cidade era “ainda tratada de forma separada ou pouco integrada, sendo abordado como causa e consequência de um espaço para outro ou o reflexo da atividade rural na cidade” (ALVES, 2012, p. 11).

Alves (2012) explica que os estudos da geografia clássica se voltavam mais para questões sobre a vida rural e a urbana, o *habitat*, as novas cidades e suas construções, a economia urbana e as infraestruturas e sistemas agrícolas. Nesse recorte, percebeu-se que o campo ainda concentrava maior parte da população e conduzia o ritmo de funcionamento da cidade. As cidades ainda eram dispersas em pequenos vilarejos e as grandes cidades dependiam totalmente do campo, visto que sua economia era pouco dinâmica e a taxa de urbanização ainda era baixa (Figura 4).

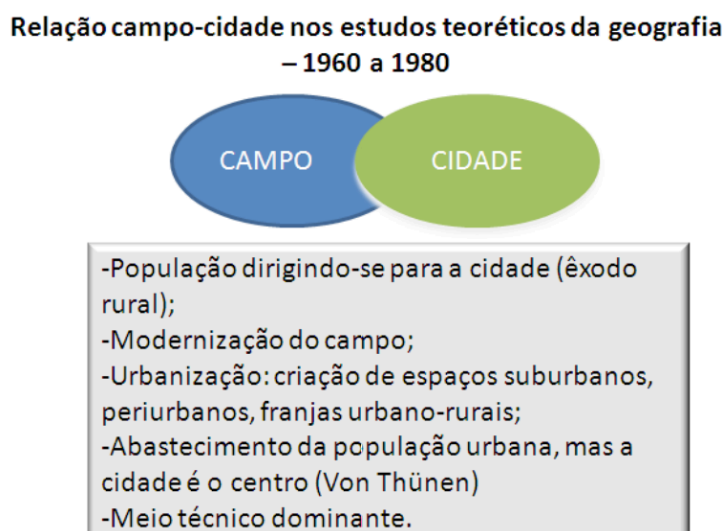
Figura 4: A relação campo *versus* cidade nos estudos clássicos da geografia entre os anos 1930 e 1960.



Fonte: ALVES, F. D. 2012, p. 11.

Entre os anos de 1960 e 1980, a geografia teórica passa a estudar o campo e a cidade de forma mais integrada, porém ainda sob uma perspectiva mais funcional e cartográfica (e menos social e crítica da população), focalizando as questões concernentes ao abastecimento de espaços periurbanos, suburbanos e franjas urbano-rurais. Nesse contexto, a população começa a sair do campo e ir para a cidade, o campo se moderniza, e a cidade se expande e se aproxima do campo, o que resulta no surgimento dos espaços supracitados. (ALVES, 2012).

Figura 5 - A relação campo *versus* cidade nos estudos teóricos da geografia entre os anos 1960 e 1980

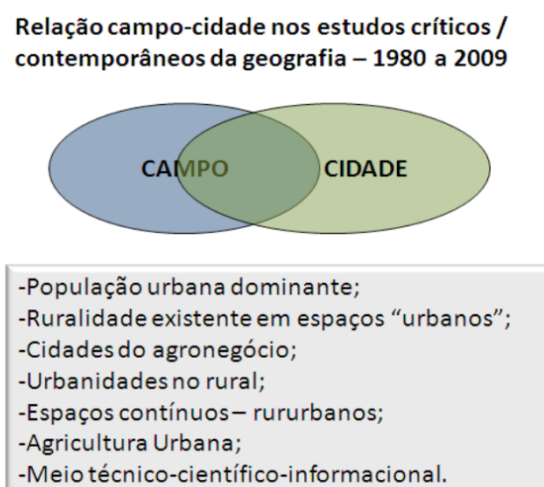


Fonte: ALVES, F. D. 2012, p. 11.

A partir de 1980, a geografia crítica aborda a relação campo e cidade por uma perspectiva social e econômica, tentando analisar os problemas causados pelo processo de formação do território brasileiro. O cenário então se apresenta da seguinte maneira: a

população urbana é dominante, a urbanidade se materializa no campo (pelas novas tecnologias e pela aproximação das relações industriais), e os espaços urbanos apresentam ruralidade expressiva (por meio de hortas ou da agricultura urbana). Os espaços rurais se tornam multifuncionais, com a existência de cidades do agronegócio (organizadas para atender ao agronegócio, onde o campo passa a determinar a estrutura destas cidades) e cidades do campo (ALVES, 2012).

Figura 6 - A relação campo *versus* cidade nos estudos críticos / contemporâneos da geografia entre os anos 1980 e 2009



Fonte: ALVES, F. D. 2012, p, 11.

A partir de um novo cenário urbano, da relação entre campo e cidade, e sua ressignificação ao longo do tempo, dedicamo-nos a buscar um melhor entendimento sobre a questão urbana, consideramos importante tratar de dois conceitos diferentes e complementares que serão abordados ao longo do texto. São eles: reestruturação urbana (entre cidades) e reestruturação da cidade (dentro da cidade). Sposito (2007) se dedicou a analisar esses dois processos e explica cada um:

Tenho chamado de estruturação ou reestruturação urbana as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; como estruturação ou reestruturação da cidade, compreendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana. Assim, procuro articular duas escalas geográficas, distinguindo-as, mas objetivando considerar as múltiplas determinações que entre elas se estabelecem. (SPOSITO, 2007, s.p.).

Para Sposito (2006), no mundo do século XXI, as cidades sofrem um processo de adaptação e reestruturação para estabelecerem fluxos de toda a natureza, já que há rupturas no sistema anterior de internacionalização da economia. As cidades de diferentes redes urbanas se relacionam, e as escalas de interação e fluxos se redefinem. Para a autora, isso acontece para diminuir o tempo de produção de mercadorias no modo de produção capitalista. Como

resultado, inicia-se a formação de sistemas urbanos (conjunto de redes urbanas) com níveis de integração cada vez maiores. Nesse contexto, as divisões interurbanas do trabalho se estabelecem junto à conformação de diferentes sistemas urbanos. A autora chama atenção para o fato de não haver somente um aumento da escala de interações, e sim uma articulação dessas escalas, que vão se combinar, se sobrepor, e entrar em conflito.

Nesse cenário, Monte-Mór (2005) desenvolve o conceito de urbanização extensiva, na qual a cidade cresce para além dos seus limites e novas centralidades e periferias surgem e se integram, e a sociedade contemporânea, por sua vez, exige e forma uma infraestrutura capaz de reproduzir o capital (GOMES, 2007).

Ainda nessa perspectiva, Gomes (2007) explica que Lefebvre define o resultado da transição para cidade urbana como uma zona crítica. Essa zona crítica é consequência das transformações e dos problemas da sociedade urbana, originados por essa passagem. O tecido urbano é definido por Lefebvre (2001) como um ecossistema, que se constitui de uma ou mais cidades, e que sustenta o modo de viver da sociedade urbana, emergindo fenômenos da vida social e cultural. Nele, o urbano invade e penetra o campo, trazendo elementos como água canalizada, eletricidade, gás, televisão, carro, danças, canções, costumes, todos facilmente adotados e conduzidos pela juventude. Paralelamente, existem ilhas de pura ruralidade nestas malhas, nas quais a vida camponesa resiste às transformações e constitui tensões e conflitos entre a ruralidade e a urbanidade.

Ao mesmo tempo, os centros urbanos se adaptaram para restituir uma nova realidade urbana, com monumentos, sedes de instituições, espaços de festas e diversão, tornando-se, assim, produto de consumo para turistas e suburbanos, e projetando para os centros os espaços de concentração de decisão e poder. Esse movimento desencadeia uma crise que se coloca como teórica e prática, pois envolve o conceito de cidade e o interesse de classes diferentes, visto que a burguesia se utiliza de estratégias para expulsar o proletariado dos núcleos centrais, a fim de eliminar uma ameaça e abrir espaço para os escritórios. Esse processo acaba com a urbanidade e a possibilidade da democracia urbana, baseada em ideais camponeses que garantia a todos o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

Diante dessa problemática, são desenvolvidos por Lefebvre (2001) os conceitos de urbanização desurbanizante e desurbanizada, processos pelos quais os subúrbios urbanos (dependentes da cidade) sem infraestrutura se afastam legivelmente das cidades, e, certos de estarem mais próximos da natureza, do sol e do verde, são induzidos pela especulação.

Quando o Estado começa a interferir na crise habitacional, passa a construir novos conjuntos e cidades, preocupando-se somente em produzir moradias rápidas e baratas, o que inaugura o conceito de direito à moradia reclamado pelos grupos de esquerda. Lefebvre (2001) defende, ainda, a hipótese de que a sociedade sofrerá uma urbanização completa no momento em que deixar de ser industrializada e se transformar em uma sociedade completamente urbana, em um processo final de gestação marcado pela fase crítica atual.

Ao encontro desse raciocínio, França (2007) explica que o novo modo de vida das grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ocasionou uma forte migração para esses centros, o que resultou em um exagerado crescimento populacional. O acelerado crescimento dos grandes centros não lhes permitiu que fosse possível oferecer, de maneira satisfatória, melhores condições de vida, com serviços básicos, como moradia, saúde e educação. Então, as cidades passam a ser cenário de forte desigualdade social, desemprego e violência, diminuindo de maneira expressiva o índice de qualidade de vida dos seus moradores. A autora ressalta que é importante analisar como o processo de urbanização se define nas cidades brasileiras:

Concomitante à acelerada urbanização, as cidades brasileiras vão se transformar também em função do capital proveniente das indústrias e, com isso, um grande número de pessoas vão se dirigir aos centros urbanos, estimulando, assim, a urbanização. Desse modo, as mudanças urbanas serão sustentadas pela lógica de reprodução do sistema capitalista, que acarreta inúmeras transformações na função, estrutura e dinâmica das cidades, bem como no modo de vida urbano. Todos esses fatores irão motivar a transformação do conteúdo das cidades e da vida de seus habitantes. (FRANÇA, 2007, p. 22).

A questão urbana tem sido objeto de pesquisa constante, tendo em vista as constantes mutações sofridas pelas cidades no período de pós-urbanização, em um contexto ideológico de desenfreada reprodução do modo capitalista. Percebe-se um cenário complexo de tentativas de entendimento e planejamento das cidades com a finalidade de amenizar os impactos negativos causados pela acelerada urbanização do Brasil.

Esse processo de urbanização no capitalismo industrial, dado como processo e resultando na forma da cidade contemporânea, desemboca na crise iminente das cidades que sofreram com o inchaço despropositado e com fraco planejamento, de maneira que, a todo custo, se oferecesse estrutura de reprodução desse modo de economia. Para suprir a demanda populacional resultante, a cidade começa a oferecer uma gama de prestação de serviços variados para auxiliar na qualidade de vida dos seus novos e muitos habitantes. A partir daí, cresce a necessidade de reestruturação, para facilitar a passagem do modelo industrial, já em

crise, para o de centro terciário, de modo que a cidade mantenha sua visibilidade diante da economia global e reconquiste sua atratividade para investimentos externos.

Ao passo que a indústria perde a importância como principal reprodutora dos espaços urbanos, é notável a presença, cada vez mais comum, de migrantes e turistas nas cidades, um sinal do crescimento das atividades terciárias, principalmente as de lazer, entretenimento, cultura e turismo dos agentes urbanos. É importante explicar que, por mais que a atividade industrial tenha perdido relevância na produção do espaço, o setor terciário, que se revela como principal motor da economia pós-industrial, se mostra como um desdobramento dos efeitos dessa atividade industrial, ou seja, para suprir as suas necessidades. É aí que a valorização do patrimônio e as políticas urbanas de recuperação dos centros históricos se tornam importantes, e a visitação a espaços que representam e guardam a história de uma sociedade passa a ser mais frequente. Esse é o caso dos Mercados Centrais, tema explorado mais à frente, visto que são espaços que têm sofrido uma transformação no seu uso e significado diante da sociedade e, nos tempos atuais, assumem um lugar de resistência e preservação da cultura de uma cidade, sendo vivido e frequentado por seus cidadãos e turistas.

1.3 A produção do espaço

Para entendermos a importância social, econômica e política do Mercado Central em Montes Claros e região, consideramos necessário fazermos uma breve análise da contribuição de Henri Lefebvre (1991) e Roberto Lobato Corrêa (1995) a respeito do pensamento dialético sobre como o espaço é produzido, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que o espaço é um produto social, também é o lugar de reprodução socioeconômica. Desse modo, deve ser compreendido a partir de um contexto social específico.

Esse pensamento dialético refere-se ao entendimento das contradições de uma realidade social. Paradoxalmente, são as próprias contradições que irão nos permitir compreendê-la. Os questionamentos que envolvem as contradições vão se elevando e transformando-as, à medida que são superadas. Lefebvre (2001) defendia que a chave é exatamente superar essas contradições com outras soluções que, provavelmente, serão questionadas mais tarde e nunca serão tomadas como uma verdade absoluta.

No início da década de 1970, Henri Lefebvre lança um estudo aprofundado sobre a produção do espaço. Uma obra de leitura densa, complexa, que vai se explicando e se questionando ao longo do caminho. Os conceitos são desenvolvidos por Lefebvre à medida que a leitura se avança. Segundo Schmid (2012), as considerações sobre a produção do espaço de Lefebvre não despertaram tanto interesse na época em que sua obra fora lançada. Porém, na década de 2000, o assunto se fez presente nos debates sobre espaços e espacialidades. Schmid (2012) ressalta que o discurso voltou à tona devido às novas configurações espaço-temporais que levaram a questão do espaço para além do universo da Geografia, no contexto de urbanização e globalização.

A análise e a reconstrução que Schmid (2012) faz a respeito da interpretação da teoria da produção do espaço de Lefebvre (1991) tem como ideia central compreender como o autor concebe as três dimensões em que o espaço se divide e se interconecta, a saber, o espaço percebido (como é visto), o espaço concebido (como é representado ou interpretado) e o espaço vivido (como é apropriado). A autora salienta que a definição proposta por Lefebvre é um tanto confusa e obscura:

Na obra de Lefebvre, entretanto, essas três dimensões existem em um estado de incerteza. Fiel às suas premissas epistemológicas, Lefebvre as introduz primeiramente como aproximações. Ele explora seus intervalos de validade e as modifica ao longo de suas incursões teóricas. Seguiu-se então, na recepção da teoria, uma confusão quase total de opiniões sobre essas três dimensões. A discussão abrange todos os aspectos das três dimensões: seu status, sua construção interna e suas interconexões. Meras referências a passagens de seus textos para definir essas dimensões, porém, são insuficientes. O significado das três dimensões se torna claro somente no contexto geral da teoria e pode ser reconstruído somente a partir de toda a obra de Lefebvre. Para entendê-las, há de se começar pela dialética. (SCHMID, 2012, p 3-4).

Percebe-se que a organização espacial da cidade reflete diretamente as relações de conflito entre o capital e o trabalho. O seu crescimento desenfreado pouco planejado produz um espaço de campo de batalha de poder e de conflitos de vários tipos, de modo que tenha que se reinventar para continuar reproduzindo o capitalismo.

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1995), em *O Espaço Urbano*, considera a cidade como um espaço urbano. O autor inicia sua análise geográfica da cidade a partir da definição do que é um espaço urbano. Nesse sentido, ele explica quais são os agentes sociais que o produzem, considerando como foco principal os processos e as formas espaciais.

Corrêa (1995) define o espaço urbano (ou a organização espacial) de uma cidade capitalista como um conjunto complexo de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esse

conjunto, para o autor, é, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, já que as variadas partes se relacionam espacialmente, sob uma intensidade variável: elas se manifestam de modo visível por meio dos mais variados fluxos de pessoas e veículos – pelos mais diversos trajetos. Além disso, essas articulações também se manifestam de maneira menos visível no capitalismo, a partir da circulação de “decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia.” (CORRÊA, 1995, p. 08).

Outra constatação importante a respeito do espaço urbano feita por Corrêa (1995) é que este espaço é reflexo da sociedade, tanto passada como presente. E explica:

Assim, o espaço da sociedade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes; a cidade medieval, por sua vez, apresentava uma organização espacial influenciada pelas guildas, as corporações dos diversos artesãos. Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. (CORRÊA, 1995, p, 08).

Dessa forma, o espaço urbano se coloca profundamente desigual, mutável (já que é reflexo da sociedade), fragmentado e com sua própria dinâmica. Além disso, Corrêa (1995) afirma que o espaço da cidade é um condicionante social, visto que as suas formas espaciais interferem diretamente nas condições, nas relações de produção, no conjunto de símbolos e campos de luta, pois assumem uma condição simbólica.

O espaço urbano, estudado por Corrêa (1995), traduz a sociedade como materialização nas formas espaciais. Estas compõem-se a partir dos diferentes usos da terra, que só afirmam sua existência ao realizar as mais variadas funções. Esse movimento, próprio à sociedade, estabelece uma estrutura social e demandas que se concretizam nas formas espaciais, engendradas por agentes sociais concretos que produzem e consomem esse espaço. (CORRÊA, 1996, p. 10).

Os agentes sociais que criam e recriam a cidade agem dentro de um marco jurídico, apresentados por Corrêa (1995) como os proprietários dos meios de produção, os fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O autor adverte que os três primeiros agentes, por mais que sejam conflitantes em alguns momentos, são todos apropriadores de uma renda da terra, e suas ações servem ao único propósito de reprodução das relações de produção capitalista.

A partir do quarto agente, apresentado por Corrêa, podemos vislumbrar o papel dos Mercados públicos. As diferenças sociais verificadas na sociedade de classes são ainda mais

acirradas no capitalismo, e não seria diferente no Brasil. O acesso seletivo à cidade produz diversos efeitos, como habitações insalubres, subnutrição, doenças, desemprego, baixo nível de escolaridade e subempregos. Segundo Bruno (2010), esses Mercados só existem se forem vinculados às classes sociais marginalizadas, pois destas se forma uma considerável parcela dos seus frequentadores, junto também aos perfis de muitos de seus comerciantes, por vezes, relacionados à deterioração social e ao perigo à sociedade. Desse lugar, se evidencia a necessidade de sua preservação como patrimônio, a fim de resguardar uma história pouco contada sobre a sociedade e guardar um legado às gerações futuras.

1.4 As metamorfoses dos mercados e a preservação da memória

Importa discorrer sobre a relação entre memória e metamorfose, conceitos adotados no desenvolvimento deste trabalho. Aliados a estes dois conceitos, não poderíamos deixar de abordar os conceitos de paisagem, espaço e espacialidade tratados por Santos (1988). O autor define o espaço como a materialização (sempre mutável) da soma de uma paisagem com a sociedade. E esse processo de junção e soma é a espacialidade:

O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional e o espaço é estrutural. Paisagem é coisa relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. (SANTOS, 1988, p. 26).

No que diz respeito à memória, o autor explica que a paisagem se coloca como estática, abrigando uma história ali escrita, ou seja, um passado. A espacialização é atual, é o presente, o momento em que as relações sociais se materializam e se encaixam na geografia, e se realiza no espaço. Já espaço é aquela paisagem somada à vida, à sociedade, que se transforma e se metamorfoseia de acordo com o movimento da sociedade na história.

Então, o espaço se mostra dinâmico, adaptável às ações da sociedade. Ele se transforma e se define como a materialização desse dinamismo que é o fenômeno humano. Os Mercados públicos são espaços que se transformaram ao longo de sua existência, na tentativa de se adaptarem aos novos movimentos da sociedade.

Ao considerar a importância dos Mercados para as cidades, Pintaudi (2006) analisa as diferentes metamorfoses de alguns mercados pelo mundo e entende que:

[...] o lugar do mercado está entre aqueles que se adaptam às diferentes racionalidades da divisão social do espaço urbano. De espaço periférico, quando servia ao abastecimento de pequenas cidades, sem se deslocar, o mercado passou a ocupar um lugar central na malha urbana com o crescimento do número de seus habitantes (esse modelo é repetido na maior parte das cidades), chegando até o século XX. Neste século, essa forma fica submetida às leis do mercado, com resultados diferentes. (PINTAUDI, 2006, p. 92).

A autora analisa três casos de implantação dos sistemas de Mercados públicos, a saber, nas cidades de Barcelona (desde o final do século X, até os atuais), Paris (desde o século XII até os atuais) e São Paulo (desde o século XVIII até os atuais). Ela evidencia que algumas das construções dos Mercados de Barcelona já não suportavam mais o fluxo gerado na cidade, porém foram mantidas e receberam, a partir de estratégias de redefinição de espacialidade, novas funções e usos. É importante salientar que a cidade possui uma relação de extrema importância com os Mercados municipais, ainda na atualidade, como forma de abastecimento: em 2006, existiam 41 Mercados municipais em funcionamento, espalhados pelos bairros da cidade; 70% da população frequentavam esses espaços, que abrigavam 40% dos comerciantes de gêneros alimentícios. (PINTAUDI, 2006).

Já no caso de Paris, segundo Pintaudi (2006), o Mercado *Les Halles* foi sofrendo adaptações de uso e forma ao longo do tempo, até ser demolido no século XX e movido para fora da centralidade. O vazio deixado oportunizou a construção de um projeto complexo neste espaço, tendo sua forma e função completamente modificados, unindo-o, dessa vez, ao conjunto de moradias, escritórios e comércio. A autora explica que

... o mercado é um lugar de troca, de circulação. E a facilidade de acesso viário para o abastecimento, que mantém sua função viva, implica uma estratégia espacial. Quando essa tática deixa de funcionar, torna-se impossível manter a função no lugar. (PINTAUDI, 2006, p. 93).

Pintaudi (2006) relata que a cidade de São Paulo viveu algo parecido com Barcelona e Paris, porém em tempos diferentes. O primeiro Mercado municipal foi inaugurado no início do século XIX e acompanhou o ritmo e o crescimento da cidade até o início do século XX, quando o município cresce e exige um novo lugar que abrigue o seu Mercado.

Tal contexto foi similar ao ocorrido em Montes Claros. Silva (2012) explica que, em 1968, o segundo Mercado Central de Montes Claros é construído em uma localização mais afastada, que se torna, posteriormente, uma nova centralidade.

Essa centralização compõe um grupo de processos espaciais e se materializa na área central. Segundo Corrêa (1995) a cidade capitalista abriga uma série de processos sociais, que criam atividades diversas e se concretizam nas inúmeras formas espaciais que constituem a organização espacial urbana. Corrêa (1995) explica que esse movimento acontece por meio de forças atuantes postas por diversos agentes modeladores, que ditam o movimento das atividades e a população na cidade:

São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. Acrescentar-se ia que os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade. Neste sentido, os processos espaciais são de natureza social, cunhados na própria sociedade. (CORRÊA, 1995, p. 36- 37).

Corrêa (1995) lista os processos espaciais e suas respectivas formas, a saber, centralização e área central; descentralização e núcleos secundários, coesão e áreas especializadas; segregação e áreas sociais; dinâmica espacial da segregação; e inércia e áreas cristalizadas.

Vale discorrer sobre inércia (dada como processo social) e áreas cristalizadas (como forma materializada resultante do processo). Corrêa (1995) explica que a inércia atua na cidade ao passo que preserva certos usos e certos locais, por mais que a localização destes espaços não se justifique mais.

O processo da inércia precisa ser visto com profundo relativismo, pois o uso da terra possui, além das variáveis econômicas e tributáveis, simbolismos de valores culturais e sentimentos que não admitem mudanças. Visto tal processo, os Mercados públicos poderiam ser vistos, por um lado, como espaços onde a inércia atua fortemente pois abrigam permanências de usos e de suas formas, os sentimentos históricos de resistência dos seus agentes apresentam forte expressividade. Por outro lado, podem ser vistos como locais de intensas transformações, como o caso Mercado Central de Montes Claros.

A construção do segundo Mercado de São Paulo se mantém até os dias atuais, apesar de sua relevância econômica ter mudado de cenário. Pintaudi (2006) analisa algumas causas para a decisão de manutenção da localização do Mercado Central, como a recente valorização de núcleos centrais, o que permitiu que várias construções desta localidade se mantivessem intactas e a circulação. A autora ressalta, ainda, que há uma relação muito mais forte que a econômica mantida entre o Mercado e os comerciantes do seu entorno, pois estes estabelecem laços afetivos com o espaço:

Muitos comerciantes atacadistas que prosperaram trabalhando com boxes nesse mercado e já se encontram estabelecidos em outros locais, mantêm o box no Mercado Central como o seu mascote (como a primeira moeda que Tio Patinhas estima e guarda com tanto zelo, apesar de tão rico). O maior perigo da revalorização desse lugar da cidade é o de expulsar os seus antigos frequentadores. Não é o que vem acontecendo nesse mercado. Existem aqueles fregueses antigos que permanecem e são assíduos; existem aqueles, também antigos, que vão por produtos especiais que só ali podemos encontrar e com excelente qualidade; (em ambos os casos, são compradores individuais ou empresas de comércio varejista ou de restauro) e existem os fregueses novos, aqueles que são seduzidos pelo que se lhes afigura como ‘tradicional’. (PINTAUDI, 2006, p. 95).

Diante das análises realizadas, em diferentes contextos, a autora pontua algumas constatações a respeito das formas dos Mercados municipais, datadas a partir do século XIX, e suas transformações, em meados do século XX:

I – a partir do século XIX:

1. sua construção generaliza-se quando novas tecnologias construtivas se tornam disponíveis – caso do ferro;
2. as atividades comerciais ali realizadas passam a se especializar cada vez mais e a aumentar a cadeia de comerciantes entre o produtor e o consumidor de mercadorias;
3. o local torna-se permanente quando as funções a que se destina não admitem mais deslocamentos contínuos e uma nova concepção do espaço urbano emerge – a burguesa, separando as atividades no espaço urbano;

II – a partir de meados do século XX:

4. com novos aperfeiçoamentos tecnológicos, envolvendo a conservação de produtos alimentícios, aumento da produção, sua diversificação e controle de qualidade, bem como o aumento da velocidade de deslocamento mecânico, promoveu-se uma aceleração constante na circulação de mercadorias, o que tornou a forma mercado obsoleta pela sua inadequação aos novos parâmetros de qualidade oferecidos para os consumidores por equipamentos mais novos, como os supermercados e hipermercados, concebidos para atender aos novos tempos do capital com o conforto, rapidez e sem a mediação dos vendedores;
5. a permanência dessa forma em tempos de um capitalismo fluído é através de sua metamorfose. Para existir na duração do tempo, um espaço tem que ter capacidade de resistir. Nos tempos atuais, isso significa metamorfose constante. (PINTAUDI, 2006, p. 96-97).

Perante essa metamorfose constante, Pintaudi (2006) abre um questionamento e convida à reflexão: será a manutenção da memória suficiente para justificar a reprodução dos espaços dos Mercados? Na perspectiva da autora, a resposta seria que não, pois estamos vivendo um momento de consumo do espaço, e, nesse contexto, os mercados só existirão na nossa paisagem enquanto servirem para reprodução do capital. Em contrapartida, a pesquisadora ressalta que os Mercados estão se flexibilizando para se manter em funcionamento, de maneira que possam produzir uma tradição, que é simulada por um novo público.

Podemos interpretar que Pintaudi (2006) se refere à tradição que se inventa ou que se faz com notória rapidez, a partir da tentativa de resgate de um passado histórico. Ao encontro desse pensamento, Hobsbawm (2008) se dedica a analisar a invenção das tradições. O historiador esclarece que as tradições aparentemente antigas podem, por muitas vezes, ser muito recentes ou até mesmo inventadas. O uso do termo “tradição inventada” é elucidado pelo autor da seguinte forma:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWM, 2008, p. 09).

Adiante, Hobsbawm acrescenta à definição do termo o fato de a tradição inventada se firmar como uma tentativa de continuidade de um passado histórico apropriado, mesmo que apenas por repetição:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2008, p. 09).

O processo de formalização e repetição ainda não explica muito bem como os complexos símbolos e rituais são criados, mas Hobsbawm (2008) presume que esse entendimento é facilitado quando as tradições são inventadas por apenas um único iniciador (pois, provavelmente, estarão bem documentadas e se manifestam de maneira mais nítida); porém, as tradições tornam mais difícil de se decifrar sua origem quando são parte inventadas e parte desenvolvidas por grupos fechados (em que provavelmente não foram documentadas). Além disso, o historiador acrescenta que a existência de novas tradições inventadas é ainda mais interessante quando se utiliza de elementos antigos, como prática e comunicação simbólica.

Há que se evidenciar duas ponderações propostas por Hobsbawm (2008). O autor adverte que é necessário, primeiramente, entender a diferença entre tradição e costume das sociedades ditas tradicionais. A tradição, por mais que seja inventada, se refere às práticas fixas, invariáveis, formalizadas, que resgatam um passado real ou forjado. Já o costume das sociedades tradicionais é associado, pelo autor, a motor e volante: pode até ser variável, mas

deve ser compatível ou idêntico ao seu precedente, com o objetivo de manter a continuidade histórica de algum processo e o comprometimento formal com o passado.

A segunda ponderação proposta pelo historiador passa pela diferenciação necessária entre a tradição e as rotinas e convenções. As tradições apresentam caráter simbólico e ritual, portanto, são ideológicas. Em contrapartida, as redes de convenções e rotinas, assim como as regras, se estabelecem a partir da repetição de práticas sociais comuns, a fim de agregar maior eficiência ao processo. Nesse sentido, podem ser transformadas facilmente, à medida que as necessidades se transformam, assumindo, assim, caráter técnico e pragmático.

Com a finalidade de se atingir novos propósitos ideológicos, as tradições podem se estabelecer como continuidades históricas inventadas por instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos sem antecessores, por meio da invenção de passados antigos. Essa continuidade pode também ser rompida e retomada em outro cenário, como se percebe nos próprios movimentos ditos tradicionalistas, que defendem a reestruturação das tradições. Hobsbawm (2008) explica que a própria existência desses movimentos de resgate (comuns entre os intelectuais da época romântica) já indica a ruptura da continuidade, posto que é impossível se desenvolver ou preservar um passado vivo. As tradições genuínas, por outro lado, apresentam força e adaptabilidade, uma vez que seus usos se conservam.

A exemplo, o autor cita o resultado problemático da negação às tradições por parte da ideologia liberal da transformação social, no período industrial (século XX). Essas tradições foram tratadas como obstáculos ao progresso ou como inimigos ativos, e então foram rejeitadas e substituídas por inovações radicais. Tal substituição interrompeu o fornecimento de vínculos sociais e hierárquicos já aceitos em sociedades precedentes, o que abriu lapsos que precisaram ser preenchidos por novas tradições inventadas, no período que compreende a Revolução Industrial.

Hobsbawm (2008) conclui, então, que entre as tradições inventadas nesse período, as que prevaleceram foram “aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou comunidade reais ou artificiais.” (HOBSBAWM, 2008, p. 17); já as tradições que estabeleciam autoridade, inculcação de ideias e socialização, não foram aplicadas universalmente, ao passo que novas tradições surgiam para preencher o vazio deixado pela decadência secular de outras velhas tradições e antigos costumes. Segundo o autor, essas criações podem servir aos estudiosos como indicadores de problemas que, talvez, não possam ser detectados de outra maneira. Ademais, esclarece que essa abordagem possibilita uma melhor compreensão das relações humanas com o passado, visto que toda

tradição inventada se utiliza da história para legitimar suas ações e para promover a coesão grupal.

Apropriando-nos da ideia de que os espaços dos Mercados Centrais só sobreviverão desde que sirvam para reprodução do capital, como exposto por Pintaudi (2006); dos conceitos de tradição genuína e tradição inventada, abordados por Hobsbawm (1997) e da problemática urbana discutida por Castells (1972), Lefévre (2001 e 1999), França (2007), Monte-Mór (2005 e 2006), Corrêa (1995) e Gomes (2007), vislumbramos um cenário em que os usuários de espaços que reinventam constantemente seu uso; os movimentos românticos de preservação das tradições sociais, dados em local específico da paisagem urbana; a ideologia do direito à memória de uma sociedade; o incentivo ao turismo, como atividade terciária e alternativa para reconquistar sua visibilidade e recuperar investimentos estrangeiros. Diante desse cenário, os Mercados abrigariam as tradições genuínas de uma sociedade, admitindo suas adaptabilidades, ou estariam produzindo tradições inventadas para comercialização e reprodução do capital, abrindo espaço à espetacularização da cultura, transformadas em bem de consumo comercializado no universo do Turismo Cultural? Trataremos sobre esses questionamentos no tópico que se segue.

1.5 A espetacularização da cultura e o comércio do turismo

Gonçalves et. al. (2006) esclarece que a relação entre cultura e turismo é complexa e multifacetada, pois implica no contato entre o turista e a comunidade anfitriã. Assim, os impactos socioculturais causados à comunidade e à sua produção cultural podem ser positivos ou negativos, e se apresentam relacionados pelos autores no quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais impactos do turismo no setor cultural de comunidades receptoras de turistas

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Intercâmbio de informação cultural, idéias e crenças	Estímulo a mudanças no comportamento e indumentária da população receptora ("efeito demonstração") ¹
Estímulo ao interesse e conservação do patrimônio cultural	Distorção de atividades e costumes tradicionais em eventos localizados e mais curtos
Estímulo ao orgulho de sua cultura na comunidade anfitriã e promoção do artesanato, tradições e costumes locais	Destruição do significado das performances culturais e eventos (mercantilização)
A encenação de eventos culturais que já não cabem mais na cultura moderna gera divisas necessárias para comunidades, preserva o costume e estimula o orgulho na população	A produção cultural torna -se dependente do fluxo turístico, comprometendo as oportunidades permanentes de lazer para a população local
Aumento do consumo de bens e serviços culturais locais, gerando oportunidades de negócios e consumo	_____
Aumento da oferta de eventos culturais em função do turismo, beneficiando a população pelo crescimento da oferta cultural	_____

Fonte: GONÇALVES. et. al. 2006, p. 135.

É importante considerar que dois dos impactos negativos causados pelo turismo cultural, evidenciados por Gonçalves et. al. (2006), estão diretamente ligados à espetacularização da cultura e à invenção das tradições, a saber, o estímulo às mudanças no comportamento e indumentária da população, que recebe os turistas e a destruição do significado das performances culturais e eventos, para fins de comercialização.

Em uma sociedade de consumo, onde o êxito das vendas é o critério preponderante no processo de seleção e sobrevivência, e não o patrimônio artístico e cultural, Bruno (2010) ressalta que este fenômeno, chamado por ele de darwinismo comercial, ocorre com produtos, tecnologias, serviços, expressões estéticas, pessoas e lugares, como as feiras livres das praças de mercado, já que são cada vez mais superadas por supermercados e hipermercados.

Essas feiras se colocam, segundo Bruno (2010), como uma forma anárquica, disruptiva e elementar de resistência contracultural ao rolo compressor da subjetividade capitalística industrial, ou à coisificação do espírito. Desse modo, os Mercados Públicos são, para ele, uma máquina de guerra mais paradoxal que as próprias feiras, por responsabilidade do Estado. E explica:

Não só é liberada uma permissão de uso do espaço público, nos moldes da concedida ao vendedor ambulante, como também é dado ao permissionário usufruir do valor artístico-arquitetônico e patrimonial do edifício, o que lhe confere uma qualidade sociopeta, em contraste com o princípio sosociofugo dos ambientes comerciais. Em contrapartida, ao compartilhar, com um seletivo grupo de comerciantes, o domínio de um espaço cívico, o Estado ganha um instrumento de apoio à regulação de outros males urbanos, como especulação imobiliária, a poluição visual e a agressão ao patrimônio cultural nos centros comerciais, enquanto a sociedade civil ganha parceiros no exercício da função social da propriedade. (BRUNO, 2010, p. 84-85)

Nesse contexto, Bruno (2010) afirma que o homem da sociedade do consumo busca pelo seu passado e sua memória, na tentativa de se significar, uma vez que os agentes sociais não podem ser tratados como meros reprodutores de uma estrutura posta e determinada, mas sim como agentes de sua prática. Ademais, o autor adverte sobre superarmos o pensamento de que o homem vive em função de suas necessidades biológicas. A atividade mental existe, é propriedade do homem, e recobra capacidades simbólicas.

Nesse cenário, os Mercados Públicos são concebidos pelo autor como um lugar repleto de memórias, símbolos, costumes e experiências vitais, e não apenas reduzido ao estômago da cidade: as atividades econômicas abrigadas ali não são meramente descartáveis, pois constituem parte da economia solidária, voltada para o ser humano, como resistência ao mito do progresso econômico. O cenário que se mostra é da era da parceria tomando o lugar da era da dominação capitalista industrial.

Os Mercados Centrais, assim como os super e hipermercados, falam ao corpo e à memória, porém são portadores de mensagens distintas. Segundo Bruno (2010, p. 91), enquanto os espaços super higienizados dos supermercados transmitem mensagens de automatismo e esquecimento, os Mercados transmitem autonomia e memória. Então, torna-se evidente a função pedagógica do espaço urbano, tomada como responsabilidade do poder público:

Os motivos que fazem os consumidores “preferirem” os supermercados do que as feiras livres ou mercados públicos, para efetuarem compras, são os mesmos que fazem os motoristas e pedestres “preferirem” os semáforos às faixas de segurança. No entanto, não é por isso que as políticas públicas devem ceder e dar aos habitantes da cidade o automatismo infantilizante que eles tanto querem. Ao promover agenciamentos que produzem ou reprimem alteridades, o espaço urbano possui uma função pedagógica, que deve ser assumida pelo poder público, dentre outras maneiras, pintando as faixas de segurança e preservando mercados públicos! Semáforos e gondolas podem ser muito eficientes para exercer as funções a que se destinam, sendo de fato as únicas soluções em alguns casos, mas faixas de segurança e bancas de mercado além de cumprirem suas funções exercem uma outra, fundamental: fazem as pessoas se olharem, e trocarem algum tipo de comunicação. (BRUNO, 2010, p. 91).

A dicotomia memória *versus* hábito entre o corpo autômato e o autônomo está presente nas diversas configurações espaciais espalhadas pela cidade e revela um conflito já bastante estudado na relação entre corpo, espaços de troca e memória. Bruno (2010) trata da alimentação como técnica do corpo, apreendida ainda como protomemória ou memória inconsciente, ligada à corporeidade, apreendidas ao logo de várias gerações e capaz de influenciar diretamente na produção do espaço urbano:

A máxima, ao que parece, originária da filosofia oriental, “você é o que você come” encontra respaldo em recentes pesquisas sobre a influência dos alimentos, não apenas nas estruturas corporais mais evidentes, mas também na constituição dos processos mentais de cada pessoa. Ao perder o controle sobre seus hábitos alimentares, pela sedução do grande mercado de alimentos industrializados, o hábito alimentar produzido passa a controlar o homem. A relação do homem urbano com a comida é, assim, porta de entrada da relação do homem com a cidade: ela produz o homem que a consome, cria seus hábitos, modela seu corpo, através dos apetites hiperestimulados. As escolhas dependem cada vez menos da memória autônoma, e sim dos impulsos excitados. (BRUNO, 2010, p. 92-93).

É importante considerar que a realidade das cidades contemporâneas, com fluxos migratórios cada vez maiores, recebe imigrantes de toda etnia e os submete a um consumo de alimentos com poucas variedades, distribuídos por poucas e grandes indústrias. Nessa perspectiva, Bruno (2010) salienta que os Mercados atuavam de maneira diferente, já que:

[...] cada freguês tinha à disposição não só alimentos mais saudáveis, como melhor adaptados a sua memória genética, muitas vezes vendidos por outro imigrante, conterrâneo seu. Dessa forma, se preservava ainda uma cadeia de saberes do cultivo ao preparo, que, com os super e hipermercados, foram reduzidos ao diminuto “nicho de mercado” conhecido como “culinária típica” ou, ainda, “exótica”. (BRUNO, 2010, p. 94).

Dessa forma, além do monumento arquitetônico e das atividades econômicas e culturais que se desenvolvem ali, os saberes que percorrem os espaços dos Mercados, embutidos nas relações entre o indivíduo e os objetos, conferem-lhe valor patrimonial.

Os Mercados se inserem como espaço que abriga e comercializa os produtos artesanais, advindos da promissora cultura de economia da cauda longa, onde o consumidor quer pensar de forma alternativa, consumindo produtos personalizados e exercendo sua autonomia, em benefício próprio e do pequeno produtor. Nesse sentido, movimentos de abertura à economia solidária começam a tomar força, pois há a indução de oferta de oportunidades econômicas às populações em situação de risco. Segundo Bruno (2010), uma medida possível seria a concessão de exploração do solo urbano e rural às classes

marginalizadas, movimento que reativaria os modelos de abastecimento dos Mercados Municipais.

Neste capítulo, foram tratados diversos conceitos, como a questão urbana, espaço, espacialidade, urbanismo, a cidade, seus conflitos e a sua relação direta com os Mercados públicos. Elucidados tais conceitos, partiremos então para a sua aplicação na cidade de Montes Claros e para relação da cidade com o nosso objeto de estudo, que é o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.

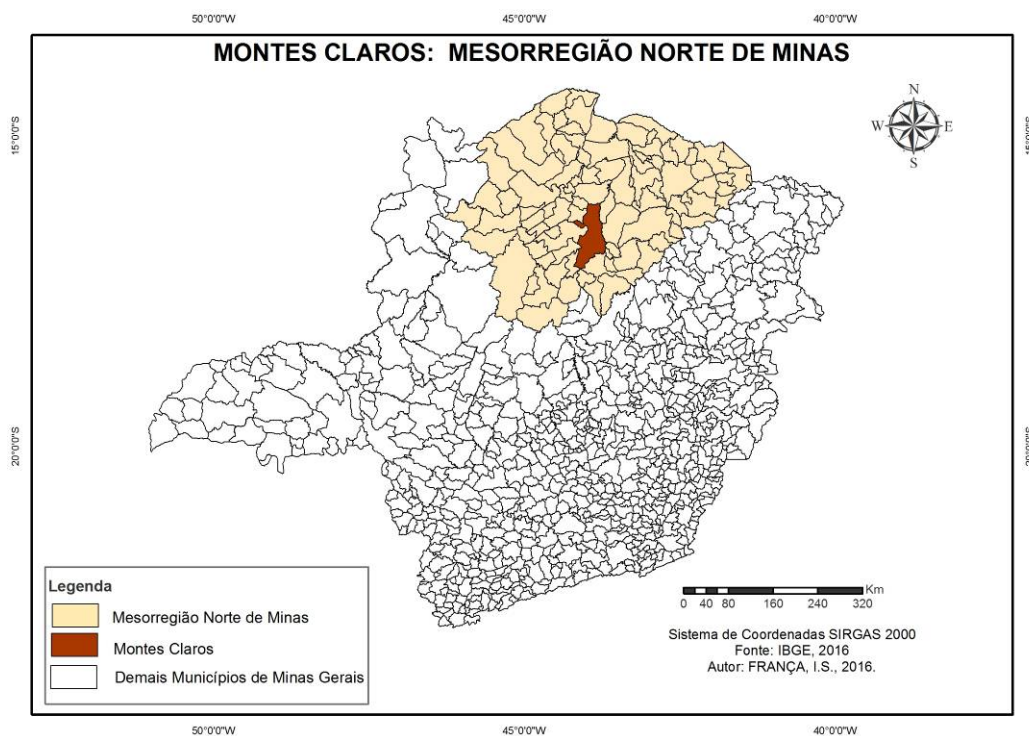
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MERCADO CENTRAL DE MONTES CLAROS E O SEU CONTEXTO URBANO

De forma geral, os Mercados públicos de abastecimento se apresentam como importante referência histórica e cultural das cidades. Eles abrigam as mais diversas relações de trocas, que vão além das econômicas, e se estabelecem como lugares em constante mutação. O objeto deste trabalho é o Mercado Central de Montes Claros Christo Raeff Nedelkoff, que passou por mudanças de uso e de significados ao longo dos anos. O objetivo é compreender a sua configuração espacial (junto à trajetória histórica dos Mercados centrais antigos da cidade), os grupos sociais que o frequentam, as dinâmicas que o compõem, as mudanças pelas quais o espaço tem passado e sua importância cultural e econômica.

2.1 Montes Claros como cidade média

Diante do cenário caótico dos grandes centros urbanos no Brasil, França (2007) discute sobre o papel das cidades médias no país e explica que a já citada crescente demanda populacional das grandes cidades e sua ineficácia na oferta de serviços básicos, aliados à consequente queda na qualidade de vida de seus moradores, introduziu um novo olhar às cidades pequenas e médias: estas passam a ganhar importância política, econômica e demográfica, atraindo indústrias e gerando comércio e prestação de serviços, o que leva à atração de fortes contingentes populacionais. Segundo a autora, as cidades médias demonstram seu potencial com a elevada participação na economia nacional, se tornam complexas e dinâmicas, inovando-se constantemente e oferecendo relativa qualidade de vida a seus moradores. O município de Montes Claros (MG) se insere dentro dessa dinâmica (figura 7).

Figura 7 - Localização de Montes Claros em Minas Gerais.



Fonte: FRANÇA, I. S., 2016.

Montes Claros é uma cidade média mineira que se apresenta em um contexto diferente de crescimento e expansão urbana, assumindo na atualidade uma posição de centralidade intra e interurbana, e se consolidando como o núcleo urbano mais expressivo do Norte de Minas (FRANÇA, 2007).

Segundo a Estimativa Populacional do IBGE de 2018, Montes Claros (MG) possui 404.804 habitantes, ocupando o sexto lugar no ranking das cidades mais populosas do estado de Minas Gerais. Sendo a sua área geográfica de 3.568,941 km², por dedução, pode-se dizer que sua densidade demográfica é de 101,41 habitantes/km². O Produto Interno Bruto – PIB – per capita do município, estimado pelo IBGE em 2016, era de R\$ 21.943,89. Se adotado esse valor para a população estimada em 2018, pode-se inferir que o PIB a preços correntes do município já ultrapassa a R\$ 8,8 bilhões.

Considerada o segundo maior entroncamento rodoviário nacional, Montes Claros apresenta localização geográfica privilegiada, dispondo, para escoamento de produção, das rodovias, como as BRs 135, 365, 251 e 122. No transporte aéreo, o aeroporto Mário Ribeiro é dotado de infraestrutura capaz de suportar a operação de aeronaves de grande porte, e conta, atualmente, com uma média de 05 voos diários das companhias aéreas Gol e Azul (Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019).

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, a economia da cidade sofreu transformações a partir de incentivos fiscais e financeiros concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), já que era originalmente voltada para a agricultura e pecuária. Tais investimentos fizeram com que grandes indústrias do contexto nacional e internacional se estabelecessem no município, como a Coteminas, Elster Medição de Água S.A, Lafarge, Nestlé, Novo Nordisk e Vallée S.A.

Montes Claros é referência regional na prestação de serviços de saúde e educação, possuindo importantes centros universitários e faculdades, além de uma ampla rede de hospitais, consultórios e clínicas médicas, e laboratórios de que procedem os mais diversos tipos de análises.

França & Soares (2007) fazem uma análise das transformações econômicas, políticas e demográficas de Montes Claros a partir de 1970, contando sua trajetória como centro polarizador do Norte de Minas:

O intenso processo de urbanização decorrente dos fluxos migratórios provenientes de outras cidades, iniciado na década de 1970, e a expansão territorial urbana decorrente deste movimento contribuíram para que Montes Claros se consolidasse como centro polarizador da região norte-mineira. O tamanho demográfico e o papel regional que essa cidade desempenha permitem classificá-la como uma cidade média, conforme demonstram estudos de Andrade; Lodder (1979) Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) e Pereira e Lemos (2004). Em muitos estudos, a cidade de Montes Claros surge como um centro regional que comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de funções. Abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas, informação, interagindo com a capital estadual, Belo Horizonte, que a polariza. (FRANÇA; SOARES, 2007, p. 12).

Foi possível perceber uma transformação de cidade agrária para um polo industrial incompleto, e então mais tarde para polo de serviços, como trataremos de analisar no próximo tópico.

2.2 Montes Claros: de cidade agrária a cidade polo de serviços

Montes Claros se desenvolveu sob um cenário peculiar em relação às outras cidades médias brasileiras. Ao exemplo da análise do eixo espaço-temporal que Lefebvre desenvolve sobre a urbanização das cidades, Gomes (2007) analisa as principais transformações ocorridas na cidade de Montes Claros nesse mesmo processo de urbanização, que se mostra complexo e delicado. Após o aprofundamento nas várias etapas do processo de passagem da *polis* ao urbano, a autora sugere um esquema de eixo espaço-temporal para marcar as transformações

econômicas e estruturais na cidade de Montes Claros durante esse processo, destacando os principais agentes e momentos que abrigaram a passagem de cidade agrária para cidade polo de serviços.

Figura 8 - eixo espaço-temporal representando as transformações da cidade de Montes Claros no processo de urbanização

**(1) - Cidade Agrária – (2) - Cidade Mercantil – (3) -
Cidade Industrial Incompleta – (4) - Cidade Pólo de Serviços**

- (1) Expansão da agropecuária
- (2) Expansão ferroviária
- (3) Expansão da indústria (atuação da SUDENE) e a urbanização da cidade
- (4) Expansão do *urbano* – terciarização (aumento do consumo e dos serviços avançados)

Fonte: GOMES, 2007, p. 57.

Montes Claros, ainda antes da sua emancipação, que ocorreu em 3 de julho de 1857, segundo Gomes (2007), já era um centro político-administrativo de notável importância e logo se caracterizava como cidade agrária. A pecuária na região se desenvolveu e se fortaleceu pelas condições climáticas e geográficas. Por estar no entroncamento entre as cidades do ciclo do ouro, Montes Claros se tornou o ponto de passagem em direção a elas. Com a maioria da população da cidade vivendo em povoados em volta das fazendas, suas expansões formaram novas vilas. Com elas, novos centros de produção agrícola, novas atividades e novos centros de poder político por parte dos grandes fazendeiros, que controlavam o capital e a produção, formando novos territórios do poder. Entre os séculos XVII e XX, o campo concentra população, produção e poder. (GOMES, 2007).

Segundo Gomes (2007), a cidade mercantil montesclarensense se inicia então com a construção da Estação Ferroviária Central do Brasil, que liga o sul ao norte do país e tem parada em Montes Claros, que à época se tornou “boca de sertão”, já que coletava o excedente da produção dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, e era ponto de distribuição para a sua região de abrangência. Sua consolidação acontece com a construção do Mercado Público, objeto principal deste estudo, que trouxe para o seu entorno vários pontos de comércio, como lojas, bares armazéns. Como até 1942 a cidade era ponta de trilho (a linha férrea acabava ali), se configurou como um dos principais pontos de recebimento fluxo migratório do país. Nesse contexto, a ferrovia se mostra como agente transformador, já que induziu o crescimento dos setores comercial e produtivo da região e tornou Montes Claros o maior centro regional do Norte de Minas.

A cidade industrial se inicia ainda no início do século XX, com algumas fábricas de ramos variados, como alimentação, têxtil, algodão, vestuário. Mas o processo de industrialização de fato ocorre mais tarde, na década de 70, por meio da utilização de investimentos da SUDENE. Gomes (2007) ressalta que o processo de industrialização de concepção fordista avançada não atingiu os resultados esperados, visto que cerca de 30% das indústrias que chegaram na cidade faliram, o que a leva a caracterizá-la como Cidade Industrial Incompleta. A autora explica que o processo trouxe desenvolvimento para a cidade: devido à crescente oferta de serviços assalariados, o caráter paternalista diminuiu; a cidade teve que oferecer mais serviços na área de saúde, educação, entre outros, para atender à população que chegava para trabalhar nas indústrias; o campo se modernizou e passou a utilizar a tecnologia e assistências técnicas.

Esse processo desordenado de industrialização fez com que o fluxo migratório da para Montes Claros aumentasse, trazendo camponeses e migrantes de várias regiões. A cidade então se desenvolve rapidamente e essa demanda populacional crescente não consegue encontrar um equilíbrio com a infraestrutura e os serviços disponíveis. Logo, as indústrias não conseguiram absorver toda a oferta de mão de obra recém-chegada, o que fez aumentar a taxa de desemprego e as atividades informais, e a zona rural perde cada vez mais população: em 1970, somente 27% da população vivia no campo (IBGE, 2000). Sendo assim, essa década marca a passagem de Cidade-Mercantil para Cidade Urbano-Industrial, já que foi aí que a população urbana excedeu a população g. (GOMES, 2007).

A onda de globalização, segundo Gomes (2007), impôs uma nova lógica econômica em Montes Claros, que na década de 1990 passou por uma mudança estrutural profunda e por uma especialização de serviços, o que fez com que o setor terciário se tornasse o motor da economia da cidade. A autora atribui essa mudança de comportamento, em grande parte, ao desenvolvimento do ensino superior na cidade.

A expansão do setor educacional na cidade impulsionou o crescimento de diversos setores para atender ao crescimento populacional, que exige maior prestação de serviços e atividades no comércio em geral, como hotéis e restaurantes. Outro fator que contribuiu em demasia para o setor de saúde, que passa por mudança e reestruturação constantes, a fim de responder à demanda da população local e da região. Além desses dois setores em expansão, há que se considerar o aumento da terceirização em decorrência da necessidade de atividades que apoiassem a indústria, em serviços pessoais ou de produção.

As demandas citadas acima fizeram com que a cidade se tornasse um polo urbano-industrial, tornando-a referência na oferta e diversificação de serviços mais especializados. Segundo Santos & Silva (2011), o Norte de Minas Gerais faz parte da área de atuação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). A região teve sua fase de industrialização estimulada pelo governo federal, que subsidiou políticas de incentivos fiscais para a implantação de indústrias na região, de maneira que conseguissem competir com as indústrias do Centro-Sul, configurando-se como espaço alternativo para reprodução do capital.

2.3 A importância do Mercado Central para Montes Claros

Servilha & Doula (2009) escrevem sobre a importância social dos Mercados e feiras, apresentando as importantes contribuições para o entendimento desses espaços. A divisão social do trabalho influencia diretamente as trocas que aconteciam nos mercados, muito antes da Revolução Industrial:

[...] a divisão de trabalho, presente nas relações sociais muito anteriormente a formação do sistema capitalista no Ocidente, provoca conseqüente e inevitavelmente, as relações de troca. Se não se produz tudo o que se utiliza e consome, alguém produz, portanto, há a troca. Se utilizamos serviços de outrem, trocamos. Entre tantos mecanismos e espaços histórica e socialmente construídos para a realização das trocas pelo homem, estão os mercados públicos, hoje conhecidos principalmente como municipais, e as feiras. (SERVILHA & DOULA, 2009, p. 126.)

Esse sistema de trocas, segundo Guimarães & Doula (2018), vai além do financeiro, que hoje pode ser atendido mais facilmente por supermercados, sacolões e atacadistas. Segundo as autoras, as práticas e os saberes destes espaços são transferidos e modificados ao longo do tempo:

[...] desse modo, a existência e persistência dos mercados nos dias atuais está vinculada à ideia de que este é um espaço não só de comercialização, mas também de socialização, de cores, cheiros e sons que fazem parte da história das pessoas e das cidades nas quais estão inseridos. O mercado surge da necessidade da troca e do intercâmbio de saberes e práticas (Servilha, 2008) que são construídos através do cotidiano e formam o patrimônio cultural e imaterial das cidades. (GUIMARÃES; DOULA, 2018, p. 03).

Baseando-se em Araújo e Barbosa (2004), Servilha e Doula (2009) explicam que o Mercado abriga o encontro entre o urbano e o rural, onde relações interculturais são tecidas

por pessoas de diferentes classes sociais e realidades. Para uma melhor compreensão histórica desses lugares:

Ao abordar a história das trocas com a preocupação de compreender as relações econômicas na vida social da Europa, (Braudel) apresentou de forma muito clara a importância social do mercado, como instituição e como espaço físico, para a vida dos homens, onde estratégias de sobrevivência e relações de laços sociais são construídas e intercambiadas, assim como manifestações e valores culturais desfeitos, metamorfoseados ou consolidados. A relevância dos mercados, assim como das feiras, espaços utilizados pelo homem para a troca, vai muito além da econômica no jogo das trocas. (SERVILHA; DOULA, 2009, p.127).

A importância econômica, social e política do Mercado Central para Montes Claros se dá desde sua criação e sofre mudanças ao longo do tempo. França (2007) evidencia que a chegada da ferrovia, em 1926, abriu caminhos para um profundo desenvolvimento do comércio local e regional: a cidade passa a comercializar seus produtos para, além da região Norte, municípios dos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. O núcleo central comercial da cidade funcionava na Praça principal da cidade, a Praça Dr. Carlos Versiani, que abrigava o seu primeiro Mercado Central. À sua volta, foram surgindo logo as primeiras agências bancárias.

É interessante observar como os Mercados construíram nas cidades uma centralidade comercial. E, quando se mudam de espaço, carregam consigo e constroem outras centralidades. Tomemos como exemplo os Mercados centrais que existiram em Montes Claros. Suas construções atraíram para seus entornos lojas e pontos de prestações de serviços, que estivessem, de alguma forma aliados ao público de consumo que frequentava esses espaços.

2.4 Os quatro Mercados de Montes Claros

Antes da localização e estrutura atual, o Mercado Central possuiu outras duas versões. O primeiro Mercado Central de Montes Claros se localizava em frente à praça Dr. Carlos Versiani e deu forma ao comércio alimentar da cidade que, no início do século XIX, abrigava ranchos e intendências onde os tropeiros, fazendeiros e cometas comerciavam produtos agrícolas locais, produtos originados da corte e até escravos. O segundo Mercado Central era situado entre a Coronel Joaquim Costa e a rua Belo Horizonte; concomitante a ele, foi construído um Mercado alternativo, o Mercado Sul (em funcionamento até a presente data), no bairro Morrinhos. O terceiro Mercado Central (o nosso objeto de pesquisa) recebeu o

nome de Christo Raeff Nedelkoff, se localiza à Avenida Deputado Esteves Rodrigues e se encontra em pleno funcionamento nos dias atuais (Figura 9). (SILVA, 2012).

Figura 9 - localização dos quatro Mercados de Montes Claros



Fonte: acervo da própria autora, 2019.

É importante reiterar sobre a necessidade da compreensão da trajetória histórica dos Mercados que já existiram na cidade. Entendemos que, para assimilação das mudanças de uso e de significado do Mercado Central atual, se faz necessário compreender sua trajetória e memória, visto que o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff é resultado de um processo de ressignificações e mudanças vividas pela cidade e materializada na metamorfose dos três outros Mercados que o precederam. Para tal entendimento, recorreremos a importantes memorialistas e revistas históricas que se dedicaram a contar relatos históricos de acontecimentos sobre a cidade, ricos em detalhes e fatos corriqueiros, que não se encontram com frequência em trabalhos científicos.

Em Montes Claros, quando ainda era o Arraial das Formigas (denominação datada do início do século XIX), já existia um rancho que abrigava os tropeiros (fazendeiros da região e cometas) e servia de local de exposição e venda de seus produtos, ofertados à população local. A revista Nossa História (2000) conta que existiram vários ranchos/Mercados na Vila e que foram noticiados por algumas personalidades que por lá passaram:

Saint Hilaire relata em um dos seus livros que, quando passou por Montes Claros, em 1817, achou o arraial de Montes Claros “como um dos mais belos que ele viu na “Província de Minas” e relatou, que nele já existia uma “intendência”. Outros viajantes estrangeiros que por aqui passaram, tais como Spix e Matius (em 1819), relataram no livro, “Viagem ao Interior do Brasil”, a existência de um rancho/mercado no arraial. Em 1837, já no tempo em que Montes Claros havia passado à condição de Vila, e também conquistara a sua autonomia política e administrativa, e a sua população vinha, gradativamente, aumentando, os administradores da progressista Vila, seguramente, melhoraram as condições dos ranchos que serviam de mercado, pois, naquele ano, quando por aqui passou George Gradner, médico e pesquisador inglês, além de ter achado a vila de Montes Claros como uma das mais belas do interior do Brasil, relatou em seu livro, que aqui existia um mercado/intendência no largo da matriz que ele considerou de excelente qualidade. (NOSSA HISTÓRIA, 2000, p. 2).

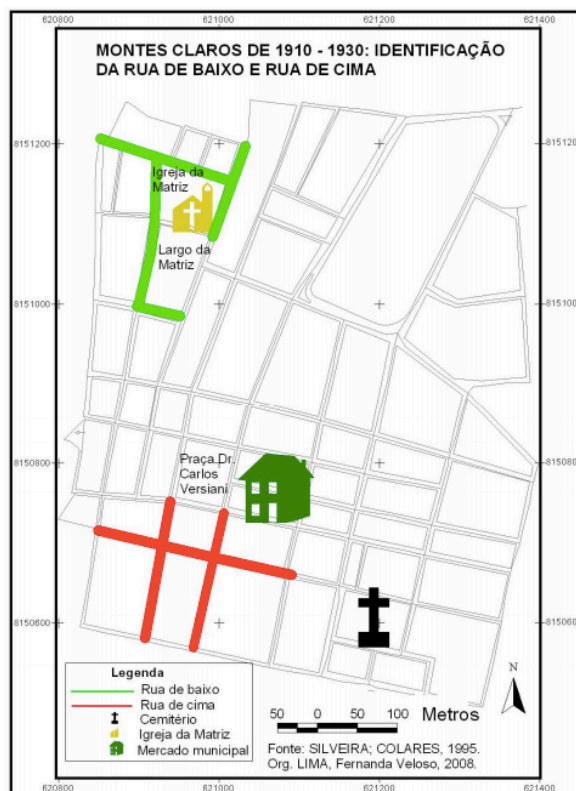
Na última década do século XIX, diante do crescimento da cidade, os ranchos e intendências passam a ser insuficientes para o abastecimento alimentar da população e do comércio local. Então, cidadãos “influentes” da cidade tomam a iniciativa de construir um novo Mercado, que acompanhasse o crescimento da cidade, o aumento de sua demanda alimentar e que abrigasse, com condições mínimas de higiene e segurança, as trocas que se tornavam cada vez mais crescentes.

2.5 O Primeiro Mercado Central – na Rua Doutor Santos

De acordo com a Revista Nossa História (2000), na última década do século XX, a localização inicial do Mercado, proposta pela câmara, foi a Várzea, que hoje é a praça de Esportes; no entanto, a área escolhida ficava localizada na região em que morava a maioria dos adversários políticos do vereador Honorato Alves, então presidente da Câmara. Os documentos históricos destacam que a decisão sobre a construção do Mercado foi protelada. Mais tarde, outra comissão foi formada e, junto ao novo local proposto, a comissão ofereceu o terreno e uma quantia em dinheiro para a sua construção. Então, a Câmara aprovou a proposta de construir o Primeiro Mercado Municipal na Praça Doutor Carlos Versiani. A decisão causou atrito político entre os moradores da cidade de cima (os “Pelados”), partidários do Dr.

Honorato Alves, e da cidade de baixo (os “Estrepes”), seus adversários (NOSSA HISTÓRIA, 2000).

Mapa 1 - Localização da Rua de Baixo, da Rua de Cima e do Mercado



Fonte: LIMA, Fernanda (2008, p. 62.).

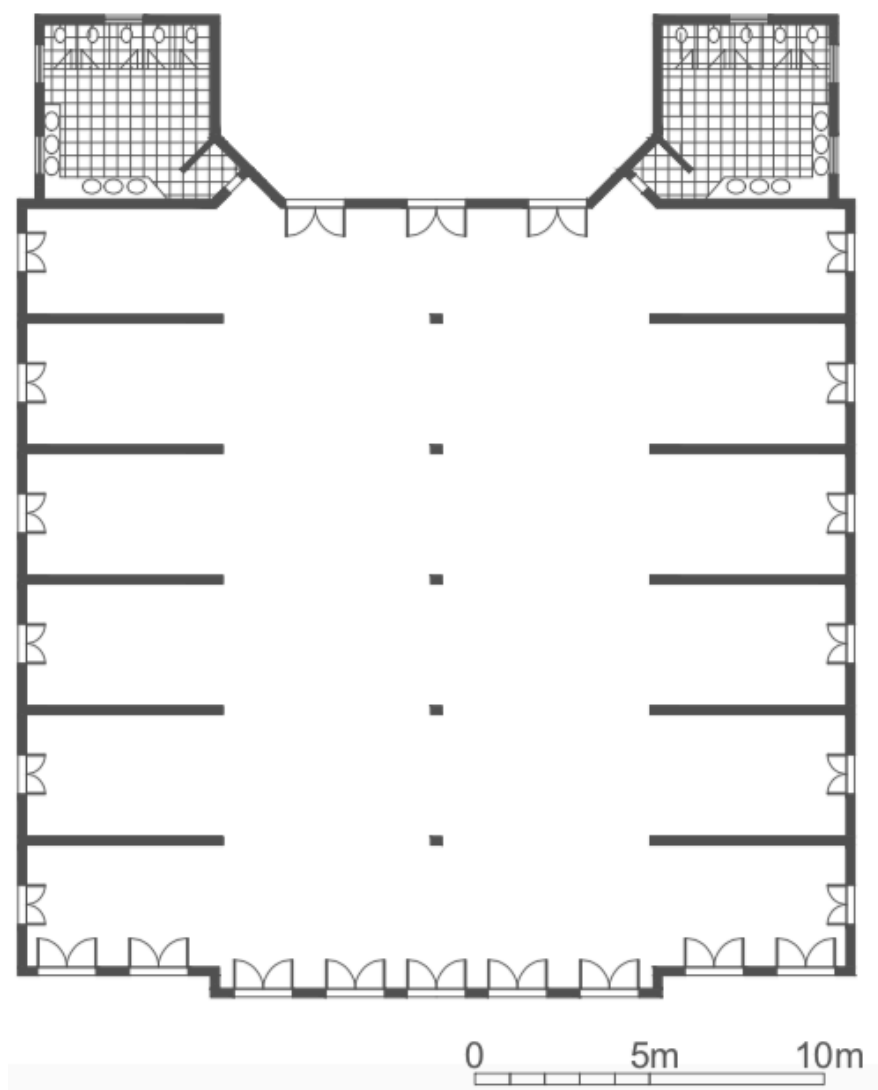
Em 29 de janeiro de 1896, um conjunto de comerciantes e moradores entregou um ofício com a doação de um terreno em frente à praça Dr. Carlos Versiani e uma quantia em dinheiro para a construção do primeiro Mercado Municipal da cidade e para as desapropriações que se fizessem necessárias para tal. (PAULA, 1979).

Nesse tempo, a cidade se dividia entre alta e baixa devido às segregações políticas entre dois chefes políticos: Dr. Honorato Alves residia na região alta da cidade, então seus partidários compunham o grupo político do “Partido de Cima” (Figura 3). Na região mais baixa da cidade residia o Dr. Camilo Prates, que chefiava o grupo do “Partido Baixo” (NOSSA HISTÓRIA, 2000).

Nesse contexto, se iniciaram as obras. O engenheiro responsável pelo projeto de arquitetura foi o Dr. Frederico Gamba, e a execução ficou por conta do construtor João Fróes. O espaço, de 733m², se distribuía da seguinte maneira: à frente, havia um grande salão

aberto, com boxes divididos nas laterais, e os sanitários ficavam ao fundo (Figura 10). (PAULA, 1979).

Figura 10 – Planta esquemática do Mercado Central Antigo

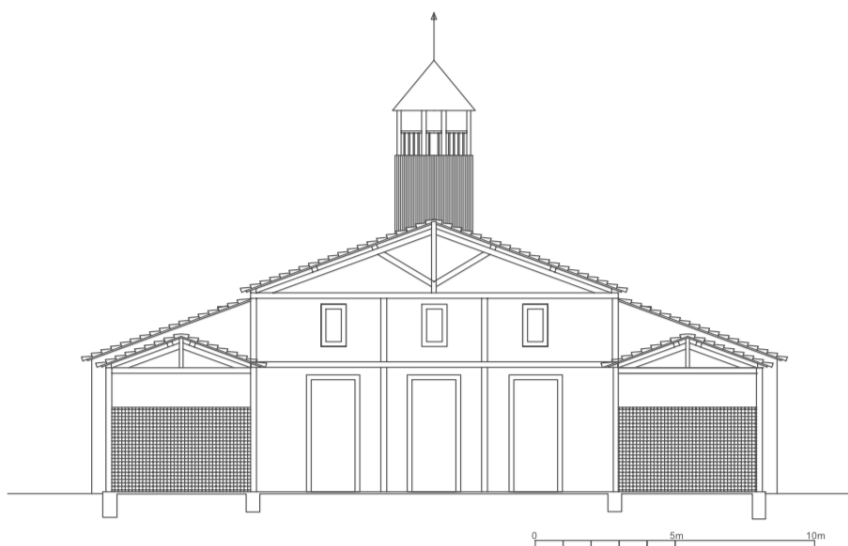


Fonte: figura elaborada pela própria autora, a partir dos documentos da mapoteca da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

Diferente da tipologia de arquitetura de Mercados públicos adotada nas grandes cidades, o Mercado Central de Montes Claros apresentava forma retangular, com circulação interna feita por ruas que se iniciavam nos portões laterais e terminavam nos portões laterais do fundo da edificação, que separavam os boxes do pátio central. O vão central tinha uma altura de aproximadamente 7 metros e os vãos laterais mediam 4,5m de altura (Figura 11). O método construtivo adotado foi alicerce de pedras, vedação em tijolos de adobe e estrutura em

madeira. A cobertura era de telha colonial, suportada por tesourões de madeira distribuídos ao longo da extensão longitudinal do vão.

Figura 11 – Corte Transversal esquemático do Primeiro Mercado Central de Montes Claros.

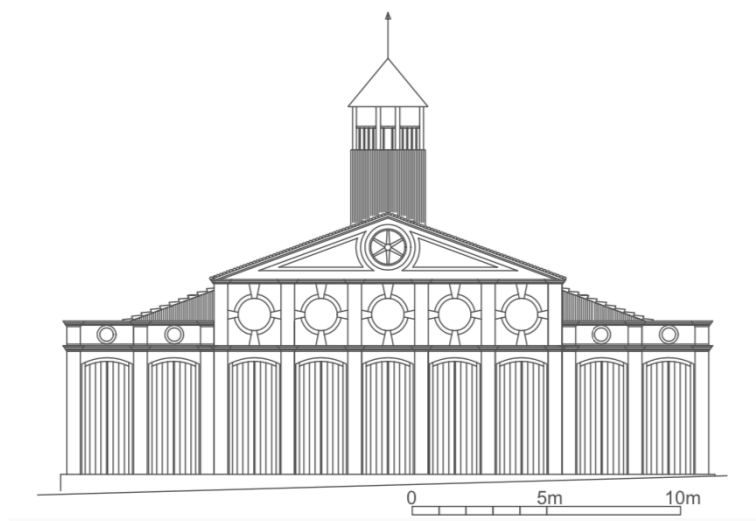


Fonte: figura elaborada pela própria autora, a partir dos documentos da mapoteca da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

O estilo de arquitetura adotado foi o neoclássico³, como resposta aos extremismos e exageros decorrentes do período barroco. Suas características arquitetônicas correspondem ao modelo das edificações brasileiras de maior porte construídas no século XIX: apresentava planta simplificada, simétrica, com cores neutras, telhados com platibandas, possuía um frontão em sua fachada principal (Figura 12) e uma torre de 17 palmos que abrigaria o relógio, como regulador municipal.

³ Segundo Benevolo (2001), o estilo de construção neoclássico se inicia no século XVI e tem como características dominantes o resgate de modelos da arquitetura antiga, grega e romana, como colunas, cornijas, tampões em telhado, frontões, etc. com noções de racionalidade.

Figura 12 – Elevação esquemática da fachada principal do Mercado Central de Montes Claros.



Fonte: figura elaborada pela própria autora, a partir dos documentos da mapoteca da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

O construtor João Fróes alterou por conta própria o método construtivo da obra: em vez de utilizar pedras no seu alicerce, optou pelo travamento de aroeira com caibros roliços, o que acabou por resultar no seu desabamento (PAULA, 1979). Na obra *Efemérides Montesclarenses*, Vianna (1964) narra que o prédio ruiu devido à desobediência do projeto de arquitetura feito pelo engenheiro Frederico Gâmbara:

Ruem, com grande estrondo, várias paredes do prédio destinado ao Mercado Municipal de Montes Claros, ainda em construção, embora já bastante adiantada. Segundo o comentário geral, o empreiteiro da obra, João dos Anjos Fróis, não seguiu fielmente o projeto de autoria do Engenheiro do Estado Frederico Gâmbara, cuja planta também foi por ele desenhada. O acidente, verificado na parte da tarde, provocou susto na população local, ferindo sem gravidade alguns operários e matando um carneiro. (VIANA, 1926, p. 572).

Nesse contexto, a Revista Nossa História narra que o desabamento foi motivo de comemoração por parte dos adversários políticos do Honorato Alves:

Os “estrepes”, adversários políticos de Honorato Alves, então presidente da Câmara, cargo similar ao dos atuais prefeitos municipais), festejaram a tragédia com muito regozijo. Há relatos de que eles soltaram fogos de artifícios por causa do acidente, que parecia impedir definitivamente a construção do novo mercado, no local escolhido pelos “pelados”, partidários do presidente da câmara Honorato Alvez. (NOSSA HISTÓRIA, 2000, p. 4).

Já a servidora municipal Raquel Mendonça destaca que o primeiro Mercado ruíra por causa da qualidade questionável dos materiais utilizados na construção. Ela conta que os moradores e comerciantes se uniram novamente para arrecadar fundos para a reconstrução do

mercado, agora com o comprometimento de seguir as orientações do engenheiro. É importante destacar que a opinião acerca do motivo do desabamento foi exclusiva da Raquel. Outras fontes históricas não apresentam a mesma motivação. A respeito das doações, ela se lembra com um semblante orgulhoso que seu avô foi um dos maiores contribuintes para a retomada da construção:

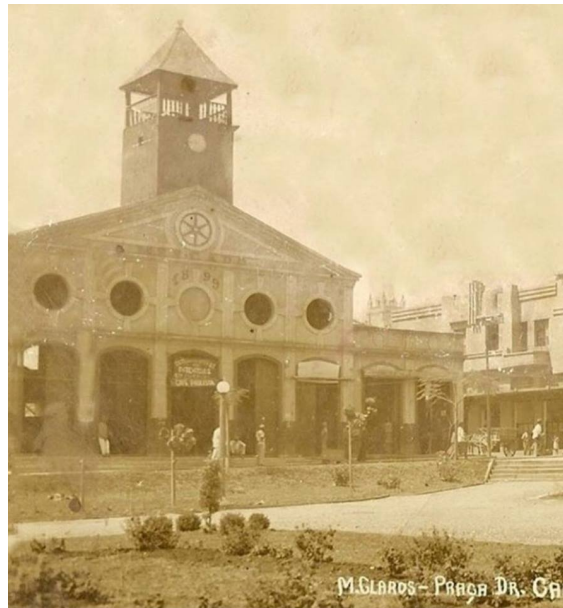
O Mercado desmoronou. Disseram que foi por causa da qualidade dos materiais de construção. Mas os comerciantes da cidade decidiram se unir para retomar a construção do Mercado. Cassimiro Mendonça, meu avô, foi o primeiro a doar dinheiro para a nova construção. Foram 200 contos, uma quantia exorbitante para a época! Foi um escândalo. Todos ficaram boquiabertos. (MENDONÇA, Raquel. Entrevista. Maio de 2019).

No dia 02 de setembro de 1899, o primeiro Mercado municipal da cidade é então inaugurado, ainda sem o torreão junto ao seu relógio. A revista Nossa História (2000) narra que o acontecimento se deu sob festejos e fogos de artifícios. É perceptível a importância que ele exerce, desde o seu planejamento até a inauguração. Figuras públicas participaram do evento e a cidade toda se coloca em festa para receber o novo espaço de trocas:

A cidade ficou em festa para a solenidade da inauguração. Muitos fogos espocaram em regozijo pela inauguração do prédio público que se tornaria o centro comercial de maior importância de Montes Claros. A população vibrou com tal acontecimento. Estava no comando da cidade, como presidente da Câmara Municipal, o vereador Simeão Ribeiro dos Santos, que se tornou o patriarca de uma das mais tradicionais famílias de Montes Claros. O antigo público foi um dos que mais lutaram para a concretização do sonho de todos os moradores da cidade, que queriam ter um local onde pudessem realizar as suas compras de produtos da região e de mercadorias provenientes de outras regiões do Brasil. O dr. Antônio Augusto Velloso parou a solenidade, que teve a presença do Presidente da Câmara, do vigário da paróquia, reverendo Lúcio Antunes de Souza, os demais vereadores da cidade, autoridades civis e militares, e uma grande multidão. (NOSSA CIDADE, 2000, p. 4).

Graça (1986) descreve o espaço como um enorme casarão branco, “tipo chalé” (Figura 13), medindo 29 (vinte e nove) metros de frente por 32 (trinta e dois) metros de profundidade, com sete cômodos de cada lado, onde os comerciantes podiam se instalar. O centro era vazio e servia de espaço para os tropeiros e bruaqueiros estenderem seus produtos. O seu torreão foi instalado posterior à inauguração do prédio e abrigava um relógio, que funcionava como regulador municipal, de onde se poderia ajustar se as horas de toda a população da cidade.

Figura 13 - Foto da entrada principal do Mercado Central de Montes Claros.



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

A revista *Nossa História* (2000) observa que o relógio foi doado pela Dona Carlota dos Anjos, viúva do fazendeiro Lucas Pereira dos Anjos, e instalado por um relojoeiro que veio de Curvelo para cumprir tal atividade. Além disso, a revista comenta um fato curioso sobre uma atitude desrespeitosa da esposa do relojoeiro, a Cândido Mena Barreto, já que ela foi a primeira a vestir calças compridas na cidade:

O lançamento desta nova moda provocou a ira das senhoras montesclarenses, que fizeram um abaixo assinado em protesto pelos trajes masculinos, utilizados pela mulher do relojoeiro, e exigiram que a curvelana não saísse mais às ruas vestida de calça comprida. As mães de família montesclarenses achavam que usar calças compridas era uma falta de “decoro”. (REVISTA NOSSA HISTÓRIA, 2000, p. 4).

Em um dos relatos da revista, revela-se um dado curioso em relação a construção do Mercado: as instalações sanitárias não haviam sido previstas no projeto. Então, a água utilizada em seu interior era proveniente de um “rego d’água”, que passava em frente ao prédio. O rego d’água foi construído pelo coronel Simeão Ribeiro. Diante das limitações, conta-se sobre como os usuários do espaço faziam para satisfazer as suas necessidades fisiológicas:

Um dos antigos comerciantes nos relatou que quando um se “apertava” tinha que correr pra casa, ou procurar um lugar que pudesse fazer as suas “necessidades”. Uma das maneiras utilizadas para urinar era fazer “xixi” dentro de garrafas, e, despidadamente, jogar a urina na rua. Este procedimento fazia com que o mau cheiro chegasse a ser insuportável nas proximidades. (NOSSA HISTÓRIA, 2000, p. 5).

Observa-se, no entanto, que estas condições de higiene foram melhoradas ao longo do tempo, pois o Dr. Alfeu providenciou a construção das instalações sanitárias no interior do Mercado, e mais tarde, o Dr. Rockerth mandou cimentar o piso do salão interno e higienizar os banheiros.

O costume de ir à feira aos sábados já vinha desse tempo. É notória a importância do Mercado desde o início de sua existência, funcionando como o coração da cidade. A esse respeito, Graça (1986) relata suas memórias sobre o lugar e sua importância para Montes Claros:

Ao centro, uma enorme área vazia onde os tropeiros e bruaqueiros espalhavam suas brucas. Mais tarde, ampliaram-no, com uma torre de 17 palmos, onde colocaram um Regulador Público, que foi inaugurado em 1906, com muita festa, já no governo de Dr. Honorato Dias. Esse mercado foi, por muitos anos, o ponto vital da nossa cidade, onde os encontros se repetiam diariamente, os bate-papos, conversas políticas, negócios, decisões sobre as famílias, até problemas no casamento, tudo era discutido no mercado. Aos sábados, tornou-se hábito de todos, era o dia da feira, ou “procissões dos aflitos”, como dizem, todos os moradores da nossa cidade antiga dirigiam-se ao mercado para fazerem suas compras. Era feira de verdade, onde se encontrava de tudo, mercadorias simples, sem a industrialização e sofisticadas embalagens dos mercados modernos. (GRAÇA, 1986, p. 62).

O Mercado era o lugar em que o espetáculo de cores, cheiros e sabores acontecia. Graça (1986) lembra do cheiro do café torrado e da enorme variedade de frutas disponível: “ainda me lembro, na Rua de Baixo, onde morava, que quando Maria Flora (mãe do Alcebíades Santos) torrava o café, entendia-se a toda a rua aquele cheirinho quente e gostoso.” (GRAÇA, 1986, p. 64).

O arquiteto e urbanista da prefeitura municipal de Montes Claros, Davidson Caldeira Rocha, define o Mercado antigo como aglutinador da área comercial de Montes Claros. Ele conta que tinha 9 (nove) anos quando o mercado foi demolido e, por isso, e se lembra pouco do lugar, mas Ele recorda como seu pai descrevia aquele espaço:

Na sexta, os comerciantes traziam suas coisas para vender, como banda de porco, milho, mandioca [...] colocavam tudo no chão e negociavam aquilo. No fundo, havia uma manga, para deixar os cavalos, jegues e burros que transportavam essas mercadorias [...] O Mercado Antigo ocupava exatamente o espaço que hoje ocupa o shopping popular e em volta do mercado haviam as lojas comerciais, que vendiam utensílios para roças, como chapéus, roupas. Era um galpão com lojas separadas nos limites. Eu me lembro de uma figura caricata do mercado antigo: o búlgaro Rael Cristoff era o único que produzia hortaliças na cidade. Ele trouxe comportamentos novos para a cidade. No início das feiras, era o único comerciante que tinha banca, já que todo o restante dos feirantes vendia tudo no chão. Eu sempre ia tomar caldo de cana com meu pai. Era o programa do sábado. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

Figura 14 - Comerciantes no entorno do Mercado Antigo e seus produtos expostos ao chão.



Fonte: Acervo pessoal do historiador Norivaldo Alves Alves.

Sobre a origem dos produtos, o arquiteto Gilner Rocha lembra-se que os bairros conhecidos hoje como centrais, ou próximos ao centro, eram grandes Chácaras, onde o excedente agrícola produzido era vendido no Mercado Central:

Existiam uns boxes e tinham umas pessoas que espalhavam mercadorias ali. Os produtos eram produzidos aqui em volta do centro, nos bairros como Melo, Ibituruna, era uma série de chácaras, a cidade tem muita água. Aqui é uma nascente, as cidades começam pela água. Então tudo vinha daqui. Os processos não eram organizados, mas as pessoas se respeitavam mais[...]. As mercadorias chegavam em cangalhas e bruacas. Tinha um curral perto da Cemig, onde os animais em geral ficaram presos. Eu lembro que havia um rio de urina dos animais que descia cidade afora. Era monstruoso. Tinha pequenas lojinhas e armazéns, acho que algumas ficavam abertos para fora. Tinha muitas portas. (ROCHA, Gilner. Entrevista. Junho de 2019).

Gilner reflete sobre a importância do Mercado e de se produzir e consumir localmente, o que acontecia à época do Mercado Antigo, já que o transporte era difícil. Ele pondera que retomar esse costume pode ser uma solução alternativa para reduzir os impactos causados ao ambiente:

Acho que até a década de 60, a importância do mercado era mais local, era importante pra cá e pras cidades vizinhas. A praça era onde aconteciam os comícios, era um evento. Todo mundo se envolvia com aquilo. Ali era o palco de tudo. Quando fui estudar em Belo Horizonte, em 62, o trem Baiano gastava 24 horas para ir. Surgiu um ônibus que fazia 13 horas. O transporte era difícil e as pessoas tinham que produzir localmente. A gente tem que retomar isso. Inclusive a relação com a própria água, com a energia. (ROCHA, Gilner. Entrevista, Junho de 2019).

Em perspectiva semelhante, a escritora Mary Lelis afirma que o Mercado era a “vida da cidade”. Com falas como essa, é possível notar que a maioria dos entrevistados possui uma relação de intensa nostalgia com o espaço e todas as memórias que ele guarda:

Meu pai era tropeiro, eu ia muito ao Mercado antes e depois de me casar. Todas as compras da casa dos meus pais e depois da minha casa eram feitas lá mesmo, aos sábados. Eu vivia lá. O mercado era uma construção linda, arejada, lá eu comprava meus docinhos também, conversava com as pessoas [...] (LELYS, Mery. Entrevista. Maio de 2019).

A comerciante Maria de Lourdes Santos, que hoje possui uma banca de frutas e verduras no Mercado Sul, conta que começou a trabalhar no Primeiro Mercado Central e se lembra com certo saudosismo de acontecimentos que marcaram a sua vida:

Eu ia com a minha tia Virgínia sempre. Ela tinha uma banca lá que ela vendia frutas e vinha muitas frutas do sítio. Então aí a gente ia vender. Ela vendia muita abóbora moranga, que naquela época consumia muito. E, frutas[...] eu lembro que eu ia com a cesta, (um balaio) de jabuticaba na cabeça. Chegava morrendo lá pra poder vender milho verde, essas coisas. Era aquela feira gostosa que o pessoal que vinha da roça que deixava os cavalos todos parados ali na praça Doutor Carlos, ali era o lugar deles colocar os cavalos, as carroças, os carros de boi, né? E ficava ali, tinha uns açougues e umas bancas de verduras e frutas. Foi aonde eu conheci a maçã, que até então eu não conhecia. E ficava lá na banca namorando aquelas maçãs, mas como a gente não tinha dinheiro[...] eu não tinha dinheiro[...] A gente pegava uma ali, estragada, tirava um pedacinho e comia. E assim eu ficava até que ela vendia as coisas e a gente voltava pra casa era meio dia mas ou menos. Mas era uma época muito boa viu. Era só o sábado. (SANTOS, Maria. Entrevista. Junho de 2019).

Já na opinião de Paula (1979), o Mercado, que serviu à população e aos comerciantes por setenta e dois anos, já não era mais tão espaçoso e arejado. Na década de 1960, foram executadas alterações na sua construção: o espaço das bancas ficou menor e a demanda alimentar aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento da população. Além disso, a aglomeração de pessoas e animais em seu entorno atrapalhava o trânsito de automóveis.

2.6 A demolição do Primeiro Mercado

Segundo Silva (2012), o então prefeito Simeão Ribeiro Pires decide construir outro mercado central, que, segundo ele, “fosse mais condizente com o cenário de progresso vivido em Montes Claros.” A proposta de projeto e a localização do novo mercado agradaram ao público que assistiu à apresentação e então foi autorizada, em sessão extraordinária, na Câmara Municipal de Montes Claros, a construção de um novo mercado entre as ruas Belo Horizonte, Coronel Joaquim Costa e Visconde de Ouro Preto.

A demolição do primeiro Mercado se insere em um contexto de reestruturação da cidade. A gestão do prefeito Antônio Lafeté Rebello aconteceu entre os anos 1966 a 1970.

Esse período ficou marcado pelos princípios de modernização e desenvolvimento, em que a cidade passou por uma reestruturação urbana delineada no seu primeiro plano diretor.

O princípio da gestão, de acordo com Silva (2012), era romper as relações com o passado e abrir espaço para a modernidade: ruas se transformaram em avenidas e prédios e construções antigas deram lugar a uma nova arquitetura, fruto do programa desenvolvimentista do regime militar. O governo tinha como objetivo, à época, levar progresso às cidades de porte médio, a fim de diminuir a migração para os grandes centros do país.

A justificativa apresentada à população foi falta de higiene e de segurança do prédio em questão e a aglomeração de comerciantes nas ruas adjacentes ao Mercado. Silva (2012) explica que a demolição do antigo mercado se deu, porque a obra estava condenada por medidas de higiene e segurança, além disso, a ideia de preservação do patrimônio cultural e da memória da cidade é muito recente. A situação era percebida por parte da população na época:

É importante salientar que a demolição do prédio ocorreu porque a obra já estava condenada. O decreto no 150, de 8 de maio de 1968, condenou por medidas de higiene e segurança o Mercado da Praça Doutor Carlos. Tal situação era visível à população que conhecia este espaço, como podemos confirmar no fragmento da entrevista: “O Mercado Velho acabou, porque estava caindo mesmo, não tinha como restaurá-lo mais.” (José Paulo). Por este motivo, optou-se pela demolição do prédio, pois, nesta época a ideia de modernização era muito mais forte do que a ideia de preservação. (SILVA, 2012, p. 69).

Sob outra perspectiva, a musicista Marina Fernandêz, fundadora do Conservatório Lorenzo Fernandêz, lembra-se que não havia ficado muito claro o motivo real da demolição do Mercado e confirma a fala da servidora Raquel Mendonça, mais adiante, sobre o grupo de mulheres que foram reclamar a manutenção da edificação, explicando que ela e outras mulheres propunham à administração que aquele espaço fosse um centro de artesanato:

Não entendemos porque tinha que demolir aquele mercado. Com certeza por questão política. Não sei se quiseram aproveitar o espaço. Eu sei que nós não queríamos deixar. Queríamos fazer um centro de artesanato lá. Era outra visão que a gente tinha, não era nem econômica, dizendo o que ali valia de terreno. Talvez era errada a nossa visão, talvez não chegaríamos ao progresso se ele tivesse sido mantido. A gente não sabe. Mas faz parte. (FERNANDÊZ, Marina. Entrevista. Junho de 2019).

Assim como Marina Fernandêz, o arquiteto Gilner Rocha também interpreta a decisão de demolição do Mercado Antigo como uma considerável falha da gestão municipal, influenciada pelo pensamento de modernização, motivado e vivido naquela época:

O Toninho promoveu a demolição do mercado e da igreja do rosário. O que seria um crime fazer o que ele fez. Naquela época, ninguém tinha essa sensibilidade. O código de obras tinha um artigo que proibia você de tornar uma casa antiga mais sólida, elas deveriam ser demolidas. Aquilo era uma ameaça à segurança das pessoas. Casarão não era um negócio tão bem-vindo aqui não[...] De um modo geral, não existia essa consciência de preservação de um patrimônio histórico. Ainda mais nessa época, que era o governo de Juscelino. Tudo era novo: o cinema novo, a bossa nova. Nada velho prestava. A igreja do rosário foi publicada, o automóvel clube. Era o modernismo. Tentaram até que Jairo fez aquele negócio um pouco mais jeitoso pelo menos para poder atender aos camelôs e liberar a praça. Todo mundo tinha mil ideias sobre o que fazer naquele espaço. (ROCHA, Gilner. Entrevista. Junho de 2019).

O primeiro plano diretor, implementado na década de 1970, se apresentava como a primeira tentativa de regulação dos espaços da cidade de Montes Claros e tinha como princípio acabar com o aspecto rural e tradicional da cidade, agregando-lhe ares modernos e urbanos. A cidade então se reestrutura com a modernização dos prédios, alargamento das ruas, modernização do centro e a criação do distrito industrial.

Diferente de Silva (2012), Raquel Mendonça narra um fato sobre a resistência da população contra a demolição do Mercado antigo, que envolve um grupo de mulheres da cidade. A servidora conta que a musicista Marina Fernández organizou uma lista de abaixo assinado para impedir a demolição da edificação:

Marina Lorenzo Fernández, aquela do conservatório de música, colheu mais de 200 assinaturas pra Toninho não demolir. Toninho (Rebello) me dizia: “minha filha, isso aí é um pardieiro! Um prédio arruinado! Precisamos demolir!”, eu então retruquei “Então vamos reformar, Toninho... Ou então crescer! Mas demolir, não!” Nesta época, minha filha, ninguém pensava em preservar história alguma... A ordem era modernizar. Demolir prédios antigos e construir construções modernas! (MENDONÇA, Raquel. Entrevista. Maio de 2019).

A servidora destaca que fazia parte do grupo de “viúvas do Mercado velho”, composto por escritoras que compunham contos e crônicas sobre as experiências vividas naquele espaço e a saudade que sentiriam do lugar. Ela se lembra que escreveu muitas cartas ao Mercado Antigo com o grupo.

Os movimentos de preservação da memória e da história da cidade ainda se faziam tímidos à época do conflito a respeito da demolição do Mercado Antigo. Percebemos uma manifestação de fato romântica em favor da manutenção da paisagem urbana de Montes Claros, em que o Mercado participava como a construção mais expressiva da época.

Nesse contexto, Antônio Carvalho, hoje com 96 anos, é comerciante do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff e lá possui uma tabacaria e uma banca de farinhas. O

comerciante conta que possuía um restaurante no Mercado Central da Praça Doutor Carlos Versiani e uma banca de tabacos no Mercado Central, situado à rua Coronel Joaquim Costa. Ele diz que também discordava da decisão de demolir o Mercado e compartilha da opinião sobre a escolha desacertada da administração. É evidente o tom de entusiasmo e saudosismo do Antônio Carvalho, ao se lembrar de algum fato diferente que ele viveu em relação ao Mercado Antigo. Em meio às queixas sobre sua falta de memória e sua dificuldade com a audição, ele descreve o episódio da demolição do Mercado Antigo. A partir do seu relato, percebe-se também o expressivo caráter coronelista da cidade:

Eu podia te informar uma coisa. Foi Toninho Rebello que derrubou aquele mercado. Pra derrubar, precisou de um trator pra derrubar e não conseguiu. Teve que serrar todas as madeiras pra conseguir demolir. O povo não gostou de jeito nenhum da ideia de demolir. Mas o prefeito decretou! Foi a única coisa que o povo não gostou na administração de Toninho foi a demolição daquele mercado. Mas o problema é que não tinha quem voltava a palavra dele. Ele dizia “vou fazer isso”, ele fazia mesmo. Ele não atendia vereador. Não conversava com vereador. Hoje, o prefeito não pode fazer nada se não passar pela câmara (de vereadores). Ele tomava a decisão dele e fazia mesmo. Era a época dos coronéis! (CARVALHO, Antônio. Entrevista. Junho de 2019).

Ao encontro da perspectiva apresentada no relato de Antônio Carvalho, Paulo Ribeiro conta as histórias que conhece a respeito desta edificação. Ele faz uma análise sobre o porte da construção em relação as demais da cidade, além de pontuar sua importância como centro de decisões da cidade:

O Mercado era o centro da cidade, tudo gravitava em torno do mercado. A importância era tão grande que era a principal construção da cidade. Não tinha uma escola maior, não tinha um prédio maior, inclusive de dois andares. A economia nossa é principalmente a pecuária. Então o encontro das pessoas se dava no mercado. Era, ao mesmo tempo, comércio e clube. A questão social dos relacionamentos. Principalmente, quando as pessoas do entorno da cidade, da área rural, vinham para vender seus produtos, ou até mesmo fazer escambo. Era o ponto de encontro do município inteiro. As pessoas que moravam na zona rural de todo o município e das mais diferentes regiões se convergiam para ali. Era o coração da cidade. [...]A expressão cultural da nossa gente sempre esteve lá. Principalmente no artesanato: cerâmica, trançados, madeiras, potes, tinha tudo. Tanto para uso próprio, porque o restante era comercializado. Muita gente que tinha experiência com remédios caseiros também trazia para clientes fidedignos que iam se consultar e comprar seus remédios lá. Tínhamos as garrafadas dos fitoterápicos. (RIBEIRO, Paulo. Entrevista. Junho de 2019)

A figura 15 retrata a frente do Mercado Antigo e o acúmulo de pessoas à sua frente e na praça Doutor Carlos Versiane.

Figura 15 - Vista Frontal do Mercado Central, pela praça Doutor Carlos Versiani.



Fonte: Acervo pessoal do historiador Norivaldo Alves, s.d.

A figura 16 mostra a vista do fundo do Mercado Antigo, pela antiga praça Coronel Costa, ocupada por animais em decorrência das feiras do Mercado.

Figura 16 - vista posterior do Mercado Antigo.



Praça Cel. Costa - 1952

Fonte: Acervo pessoal do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Quando indagado sobre o que era comercializado naquele espaço, Paulo Ribeiro responde que drogas e a prostituição também circulavam naquele recinto. Ele reitera que, como aquele lugar era o mais democrático possível, existia todo tipo de comércio lá dentro:

Existia também a droga, que era desculpa para demolição do lugar. As pessoas de fora traziam isso, ali era comercializado. Prostituição também existia. Foi o argumento pro ex-prefeito pra destruir. Essa troca de sinergia, de todo mundo, inclusive de outras cidades para cá. Você tem que pensar é que estávamos no século XIX, então o meio de comunicação era pessoal. A única coisa que não era comercializada fisicamente era o gado, pelos grandes coronéis da época. Mas a negociação para a venda desses animais também era feita no Mercado. Não tinha espaço, mas a troca era lá e a busca era na fazenda. Mas os burros ficavam no entorno. O local mais importante economicamente, socialmente, politicamente, era lá. O Mercado era como se fosse a praia litorânea. Tinha negro, branco, tudo se misturava. (RIBEIRO, Paulo, Entrevista, junho de 2019).

Paulo Ribeiro oportuniza uma discussão sobre um cenário ainda não abordado pelos outros entrevistados, um aspecto, segundo ele, sujo e mundano para os moralistas da época. Como o espaço agregava todas as formas de comércio, ele acredita que o real motivo da sua demolição foi o rompimento com as tradições conservadoras da elite montesclarensense e ainda revela a relação dos homens com a bebida, a droga e a prostituição, todas abrigadas também pelo Mercado Central:

Era incontrolável. É bom lembrar que a gente estava em plena ditadura. Toninho foi eleito em 66 e tomou posse em 67. É engraçado que a questão da prostituição era tolerada. Não existia família tradicional e importante da cidade da época que não frequentava os bordéis. As mulheres sabiam. Todos sabiam. Os personagens importantes todos eram estéreis. Eram contaminados por gonorreia, que só tinha cura a partir dos 43 anos. Então muita família tinha homem estéril. Darcy era estéril, justamente por isso. Pedro Veloso. As mulheres toleravam, porque às vezes era sacrifício para as mulheres estabelecerem relações sexuais com seus maridos. Então, as puritanas e as beatas tinham resistência, porque o Mercado estava no centro da cidade, e tinha gente bebendo cachaça e comemorando, o que agredia essas pessoas. Então Toninho sempre foi muito tradicional e conservador, ele concordava que ali, além de circularem pessoas, alimentos, produtos em geral, circulava muita coisa reprovada na época, porque também circulava droga, que na época era maconha, cachaça e prostituição. As donas de casa das famílias tradicionais não iam ao Mercado não. Elas mandavam suas negras para comprar o que precisava. Então, o problema que eu vejo que o Mercado apresentava para a elite montesclarensense era exatamente esse de ser um espaço sujo, mundano. (RIBEIRO, Paulo, Entrevista, Junho de 2019).

De acordo com as falas dos entrevistados, o Mercado era frequentado somente por homens, escravos, empregados e comerciantes. As mulheres de famílias tradicionais não tinham o mesmo costume. Pelo entendimento de Paulo Ribeiro, o motivo era pelo julgamento de reprovação que as mulheres tradicionais faziam do lugar. Nessa perspectiva, a musicista Marina Fernandéz reitera que realmente não frequentava o Mercado, pois, segundo ela, suas

empregadas sempre iam. Quando indagada se ia com frequência naquele espaço, ela responde:

“Não. Não vou mentir. Não usava com frequência, porque sempre tinha uma pessoa pra trazer o que a gente precisava. A empregada que ia. A gente só colhia os resultados. Era uma questão poética com o lugar. Nos temos aquela concepção mais romântica daquele espaço, da memória,” (FERNANDÊS. Marina. Entrevista. Junho de 2019).

É possível interpretar que o interesse na preservação da construção deste Mercado tenha se consolidado muito pela ideologia romântica de preservação da paisagem urbana, na qual as fachadas externas da construção importam mais que o conteúdo interior, que por vezes é até negado. O prédio era a construção de maior expressividade arquitetônica da época.

2.7 O Mercado e a Prostituição

A relação entre Mercados e prostituição nos grandes centros urbanos brasileiros é forte e complexa. Os Mercados foram, por muito tempo, o centro de referência dos acontecimentos e das transações. A prostituição está intrinsecamente ligada a este meio de serviços. Esses ambientes eram, por domínio, masculinizados, visto que as mulheres ditas de família tinham, por tradição, de se conservar aos serviços domésticos. Então, o entorno do Mercado passou a concentrar a zona boêmia, onde ficam os bares e os pontos de prostituição.

Uma questão apontada na entrevista cedida por Paulo Ribeiro, que nos gerou curiosidade e foi pouco discutida e evidenciada nas literaturas encontradas a respeito do Mercado Antigo, é a zona boêmia que se formava ao redor do local, problemática que foi estudada por Fernanda Veloso Lima, em sua dissertação de mestrado em 2008.

Lima (2008) escreve que a prostituição feminina em Montes Claros ainda é um tabu nos tempos atuais, pois atinge o ordenamento social da instituição família e confere à mulher a capacidade de controlar sua própria vida sexual. O cenário da cidade industrial era de condições de higiene pública cada vez mais precárias: ruas tortuosas, morros que dificultavam a renovação do ar, habitações insalubres, ou seja, ambiente propício à manifestação e proliferação de doenças.

A autora explica que, por mais que tenha havido um movimento higienista a fim de assegurar a saúde e a produtividade do trabalhador proletário e a segurança da saúde das classes mais nobres, a medicina social passa a controlar todo o modo de vida do proletariado,

normatizando inclusive seus hábitos sexuais, afetivos e sociais, a partir do aburguesamento dos habitantes da cidade. Lima afirma que o mesmo ocorreu em Montes Claros: “a ordenação da urbe delimita social e simbolicamente os espaços e lugares frequentados por homens e mulheres.” (LIMA, 2008, p. 77).

É curioso observar como o comportamento (inclusive sexual) dos homens e mulheres é controlado a partir do controle de higiene da cidade. Lima (2008) discorre que, entre os anos 1940 e 1960, as mulheres das classes ricas (esposas ou mães de dita sexualidade sadia) deveriam se manter higiênicas, obedecendo às regras de namoro, não circulando nas ruas onde as prostitutas andavam e não se relacionando com viajantes.

Segundo a pesquisadora (2008), na década de 70, o domínio e a violência simbólica masculinos sobre o corpo feminino se manifestam claramente nos namoros da época: os homens tinham que tratar os corpos femininos como algo intocável antes do casamento, então procuravam mulheres de classes mais baixas (empregadas domésticas, mulheres de classe pobre e prostitutas, ditas de sexualidade doentia) para relações sexuais casuais.

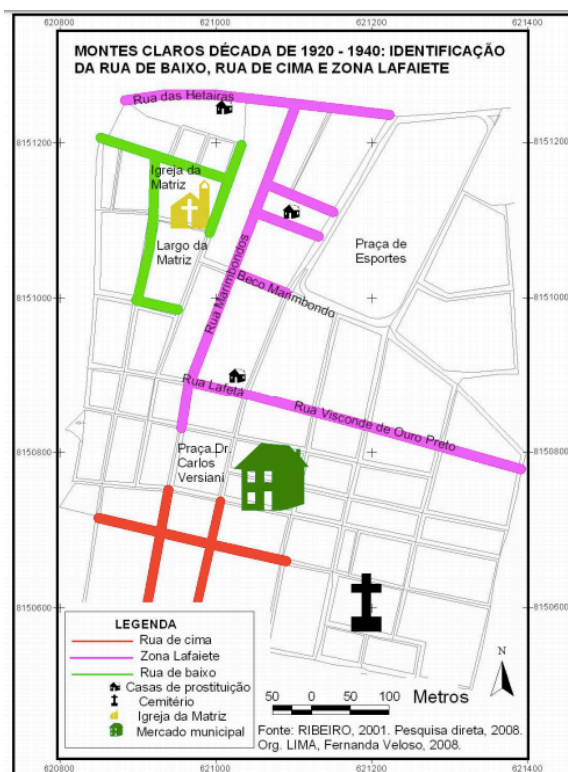
Assim, as mulheres tinham seu espaço definido, se restringindo às atividades domésticas, isoladas dos planos profissional e político, reforçando sua inferioridade em relação ao homem no imaginário social.

Ao encontro do já mencionado espaço urbano definido por Corrêa (1995), como um espaço fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, que também abriga conflitos sociais de diferentes grupos e classes, Lima (2008) relata que com Montes Claros não foi diferente: a cidade apresenta-se ordenada por uma relação simbólica dos espaços. Uma trama de relações urbanas se constrói, a partir dos comportamentos dos diferentes grupos sociais citadinos. Havia lugares comuns que homens e mulheres podiam frequentar, como matinês, igrejas e clubes sociais; mas também haviam lugares onde somente os homens podiam circular, como a zona boêmia da cidade, que abrigava as prostitutas e os bares.

As prostitutas moravam nas zonas boêmias, que eram delimitadas simbolicamente, mas podiam circular por toda a cidade. As mulheres ditas de família não podiam passar por ali e eram orientadas, pelos costumes sociais, a não transitar por aquelas ruas. Consideramos importante destacar que a zona boêmia se instalou nas adjacências do Mercado Central, além disso, cabe discutir aqui a relação entre estes dois espaços. O Mapa 2 representa a cidade dividida politicamente (essa divisão se consolida com a construção do Mercado Central) entre

os Esterpes e os Pelados; o Mercado Central e a zona boêmia, chamada de Zona Lafaiete. Lima (2008) ressalta que esta Zona constituiu a territorialidade da prostituição feminina na cidade, uma vez que os territórios eram bem definidos entre as prostitutas e as mulheres de família.

Mapa 2 - Montes Claros década de 1920 - 1940: Identificação da Rua de Baixo, Rua de Cima e Zona Lafaiete.



Fonte: LIMA, 2008, p. 88.

O acesso restrito a estes espaços foi evidenciado pela pesquisadora, em uma de suas entrevistas feitas a Iracema, uma mulher que viveu sua juventude em Montes Claros, entre as décadas de 40 e 60 e narra a proibição da circulação pela Zona Lafaiete:

Iracema: Essa rua aqui era a Rua Lafaiete! Ela e as adjacentes aqui na região do mercado era zona de prostituição! A gente, num, num passava nessas ruas, a gente desviava porque falavam que não era bom! Moça séria não passava ali, mas num era por causa delas era por causa do que podia ver, né? Porque a gente não podia ver nada, né! Então era assim, essa era a Rua Lafaiete que eu me lembro aqui descia pela Praça Esporte, onde tinha outra região de prostituição também, na Praça Esporte! Aqui a gente não pode nem descrever como era pelo fato que a gente nem passava lá, né! Fernanda: As moças não passavam, como assim? Iracema: Na rua! Na rua onde era considerada zona de... A zona boêmia. Chamavam zona boêmia, né?! Porque tinha as casas dela, mas tinha também os barzinhos, os lugares aonde os homens iam pra beber e conhecer! Elas eram, eram limitadas ali! Não como uma prisão, mas era o mundo delas ali! Ali elas, elas eram livres ali, elas saíam, elas naquela rua, naquelas ruas geralmente era algumas ruas que formavam!
(LIMA, 2008, p. 87).

Assim, Lima conclui que fica claro que as relações espaciais simbólicas e sociais determinam a forma espacial de Montes Claros: “os lugares de lazer, as ruas da zona boêmia, as Praças, os cinemas constituíram-se em um campo simbólico cujas dimensões e significados variaram segundo a representatividade que a população atribuiu a esses lugares.” (LIMA, 2008, p. 90).

A partir da análise da pesquisadora a respeito do ordenamento da urbe diretamente influenciado pelas tradições e valores de uma sociedade, podemos fazer algumas considerações, das quais: o Mercado Central era o centro de decisões políticas, econômicas e sociais daquela época; seguindo as tradições, as mulheres ditas de família eram restringidas das atividades políticas e econômicas, limitando-se às atividades domésticas. Pela figura 17, percebe-se a predominância masculina nas imediações do Mercado Antigo.

Figura 17 - Entorno do Mercado Central, entre os anos 1940 e 1950



Fonte: Acervo pessoal do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Podemos inferir que o Mercado era frequentado, em sua maioria, por homens, viajantes e empregadas. Os produtos e serviços comercializados e consumidos ali e nas suas adjacências relevam a face de um conservadorismo. Tudo era vendido e comprado, mas, publicamente, alguns produtos “ilícitos” e “serviços sexuais” representavam sujeira, poluição e imoralidade.

Vale ressaltar que este emblemático assunto da prostituição nos Mercados não será aprofundado neste trabalho, visto que não é o foco principal da pesquisa. Porém, entendemos que deve ser abordado por ter apresentado conotação de sujeira e poluição.

2.8 O Segundo Mercado Central – na Rua Coronel Joaquim Costa

Diante do crescimento da demanda alimentar e da necessidade de abrigar mais comerciantes que chegavam para vender seus produtos a Câmara Municipal da cidade delibera sobre a construção do Segundo Mercado Central. Silva (2012) descreve a distribuição dos espaços do novo Mercado:

Segundo a Ata da sessão no 622 da Câmara Municipal de Montes Claros, o novo Mercado Municipal, será construído pelo sistema de autofinanciamento e obedecerá a todas as prescrições técnico-higiênicas e será composta de noventa e quatro (94) lojas e cinco (5) bar-restaurantes, e vinte (20) aviários, um frigorífico, cinco (5) bancas, seis (6) depósitos, cento e vinte cinco (125) box e de instalações sanitárias para homens e senhoras. Tal projeto foi muito bem aceito pelos presentes que elogiaram o prefeito pela solução encontrada para um grande problema que tanto afligia a população. (SILVA, 2012, p. 72)

Silva (2012) evidencia que a construção do novo Mercado ficou paralisada por alguns anos, e que a data de sua inauguração não é precisa, mas é possível estipulá-la, pela data de desapropriação do terreno pretendido para construção, em fevereiro de 1967 e pelo decreto nº 150, de 8 de maio de 1968, na gestão do prefeito Toninho Rebello. Segundo a autora, a obra do Mercado da Praça Dr. Carlos foi condenada por medidas de higiene e segurança e sua demolição aconteceria quando o Mercado novo fosse inaugurado: “considerando que o poder público municipal construiu um novo Mercado condizente com a cidade e cujas características vêm suprir de modo amplo e insofismável o Antigo Mercado”⁴.

O espaço do segundo Mercado Central, construído na rua Coronel Joaquim Costa, é descrito pelo arquiteto Davidson Caldeira, que viveu naquele tempo e frequentava o espaço:

Surgiu uma verba do governo e então foi construído o segundo Mercado, já com arquitetura modernista, com telhas tipo calhetão, dividido em dois níveis, com iluminações zenitais. A rampa tinha 20% de inclinação, não era nada acessível. Só depois de construído o segundo Mercado é que o primeiro foi então demolido. Tinha uma entrada alternativa, recuada, ao fundo do Mercado, onde os animais vivos eram comercializados. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

Gilner Rocha conta de suas lembranças sobre o espaço do Mercado e aborda um assunto ainda emblemático, que são as concessões dadas aos comerciantes para venderem naqueles espaços. O arquiteto entende que são pontos conflituosos, já que há uma sobreposição de interesses. Além disso, ele ressalta o vazio físico que o Mercado Central deixou por muito tempo, tornando-se outro problema:

⁴ Decreto nº 150, de 8 de maio de 1968. Fonte: Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Do segundo, lembro pouco. Era uma galeria que saia da Visconde de Ouro Preto até a Belo Horizonte e tinha lojas de um lado e do outro. Para estacionar, não era problema. A cidade era pequena, havia poucos automóveis, as pessoas andavam a pé, não existia essa demanda. Sei que os Mercados têm esse problema. Caras folgados que não pagam nada, não vendem nada, mas ficam ali, apegados ao lugar. Deveria haver algo impositivo, que obrigasse as pessoas a contribuir. Eles são apegados, não conseguem se organizar. O Mercado Sul é pior. É uma trava política violenta [...] Eu frequentei pouco o segundo Mercado. Foi quando eu estudei fora, ia pouco lá. Ninguém notou muito. Resolveu o problema, por certo tempo. Foi o Cimentão que deixou um vazio, deixou muita gente incomodada e passou a ser um problema. Diziam que o vazio era a solução. Na construção do segundo, ainda não havia preocupação com estacionamento de automóvel. O número de automóvel era ainda restrito. A rua Coronel Joaquim Costa era larga, as pessoas paravam, compravam as coisas, sem problema com automóvel. Eu comprava coisas com uma cesta grande, era fácil de lidar. (ROCHA. Gilner. Entrevista. maio de 2019).

Sob uma ótica semelhante a do arquiteto, Paulo Ribeiro concorda que o vazio deixado pelo antigo Mercado Central era um incômodo constante para os usuários do centro da cidade. Após sua demolição, toda a área foi cimentada e assim permaneceu por um tempo, ficando conhecida como “cimentão”. Segundo o secretário, essa atitude foi isolada e sem planejamento, o que revelava outros motivos para sua demolição:

O “cimentão” foi um problema por muito tempo. Pra você entender que foi uma falha terrível essa demolição... Ela não tinha planejamento, não tinha porquê. A construção, a meu ver, não era decadente, não estava desmoronando. Demolir pra fazer o que depois? Não tinha o que fazer lá. O espaço era nobre, mas a gestão não tinha ideia do que construir ali. Só queriam acabar com o problema do espaço sujo, que para a elite detentora do poder, acabava desvalorizando a moral da cidade. Muita gente começou a imaginar e sugerir e ate cobrar algo que preenchesse aquele espaço, porque ficou um vazio muito grande na cabeça e na memória das pessoas. Depois de muito tempo, houve um estacionamento ali, mas o povo não aceitou tão bem aquilo. (RIBEIRO, Paulo. Entrevista. junho de 2019).

Seguindo a lógica de Gilner a respeito da eficácia do segundo Mercado Central, Maria de Lourdes Santos explica como se lembra do espaço. As falas dos dois convergem, ao evidenciarem que este Mercado resolveu por pouco tempo a situação de superlotação dos comerciantes da época, que cresciam para acompanhar a demanda cada vez mais forte:

Na época, Montes Claros já tinha uma população maior e o segundo Mercado ia conseguir atender porque o Mercado antigo estava ficando pequeno. Aí eles construíram o segundo Mercado porque tinha muita banca na rua. Mas isso não durou muito tempo, porque continuou aumentando a população e o povo foi pra rua de novo. Aquela rua Coronel Joaquim Costa era cheia de bancas. A rua Belo Horizonte... o povo ficava o tempo todo transitando e então lá no fundo da rua Belo Horizonte ficavam os caminhos onde os vendedores vinham vender. Então do lado da (rua) Coronel Joaquim Costa era o varejo e do lado da (rua) Belo Horizonte era o atacado. Mas era um Mercado que tinha muito movimento. Você encontrava de tudo. Na parte de cima tinha os restaurantes. As pessoas se confraternizavam. Não tinha supermercado, era diferente. De um lado, eram só os atacadistas. Eles vinham pra vender em atacado. Encostavam o caminhão e vendiam ali mesmo. E do outro lado, dentro do Mercado, o pessoal vendia a semana inteira. Quando dava no

sábado, não comportava o pessoal da roça que vinha. Então eles fechavam uma parte da (rua) Coronel, entre o Maísa (frigorífico) e a Praça de Esportes, e o pessoal vendia na rua. Fechava pra carros não passarem. Tinha algumas bancas, mas a maioria vendia no chão. Colocava alguma coisa, tipo um pano e vendia. (SANTOS, Maria. Entrevista. Junho de 2019).

Ao ser questionado sobre as lembranças que guardava sobre o espaço, o arquiteto Davidson Caldeira narra sobre um comerciante caricato, que apresentava algumas peculiaridades:

Eu me lembro muito bem do japonês que trazia alface e tomate para as bancas, coisa que não era comum de se consumir no prato típico da comunidade. O prato comum servido à mesa na época tinha arroz, feijão, carne e uma verdura cozida. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

O arquiteto fala ainda sobre sua percepção acerca da decisão de mudança de espaço do segundo Mercado. Ele se posiciona contrário à privatização de espaços públicos, entendendo que estes deveriam ainda servir à população:

O Mercado foi então vendido e transformado em lojas, o que eu entendo como uma falha de gestão, já que espaços públicos deveriam ceder lugar a outros espaços públicos, como praças. As lojas laterais medem 5x15m e o vão interno se transformou em um estacionamento, ainda em funcionamento. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

Mesmo que o objeto fosse alcançar um ideal de progresso e desenvolvimento, Silva (2012) relata que o Mercado recém-inaugurado não atendeu muito bem às necessidades dos feirantes e da população, pois, sofria com a falta de espaço para os comerciantes:

O novo Mercado sofria com alguns problemas como a falta de estrutura física para melhor acomodar os feirantes, transtornos nas ruas adjacentes que tumultuavam o trânsito no centro, falta de fiscalização em relação à comercialização dos produtos e a higiene do local, dentre outros. Esses problemas fizeram com que a população exigisse da administração municipal medidas a serem tomadas em relação aos mesmos. Dentre os problemas a serem resolvidos havia o caso dos atravessadores que encareciam os preços dos produtos ali comercializados, as mercadorias que eram expostas na rua junto com os roceiros, os constantes furtos no local, além da falta de fiscalização em relação aos açougues instalados fora do Mercado. (SILVA, 2012, p. 76).

A solução proposta pela gestão do prefeito Toninho Rebello foi construir um outro Mercado, o Mercado Sul, na região sul da cidade, no Morrinhos, justificado pelo interesse de crescimento em direção àquela região.

O segundo Mercado Central foi um espaço pouco lembrado pelos entrevistados, inclusive por quem já trabalhou lá. As pesquisas sobre ele também são escassas. Não tivemos

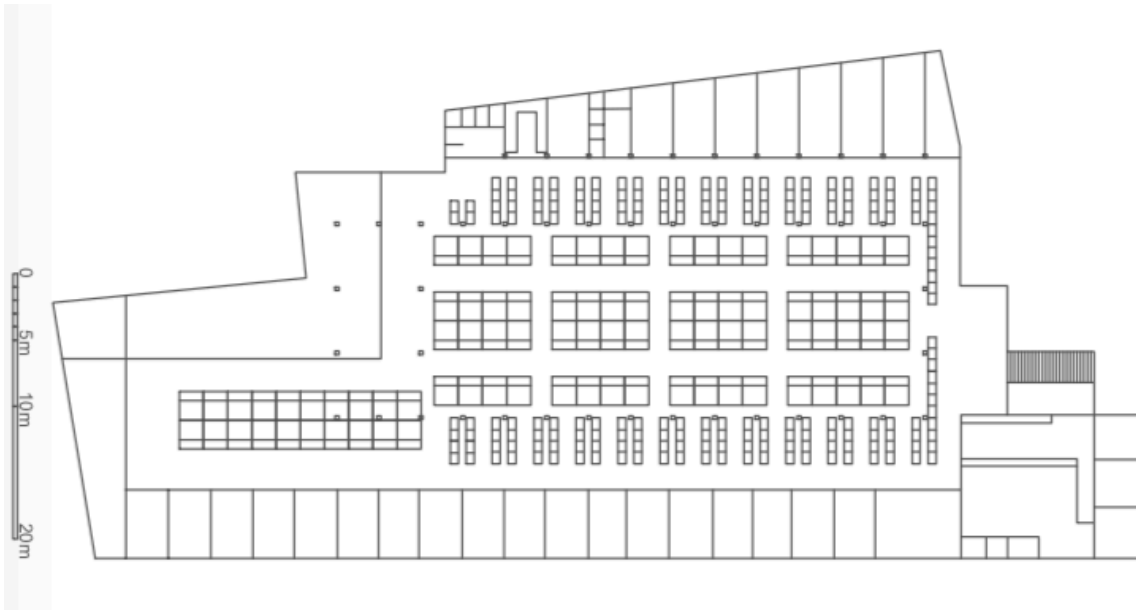
acesso a projetos de construção ou fotos, e as bibliografias são, em sua maioria, rasas no que tange à descrição daquele espaço e das pessoas que ali frequentaram. A interpretação que fazemos é que aquele espaço não ficou no imaginário das pessoas. Podemos deduzir que essa “amnésia histórica” tem relação direta com a representatividade que o primeiro Mercado teve, e o grande significado do atual Mercado Central. O segundo Mercado era somente um lugar que atendia às funções a que se propunha: a distribuição de alimentos e artesanatos, basicamente. Acrescentamos, ainda, a interpretação de que esse esquecimento se deu como forma de manutenção da memória do Mercado Antigo.

2.9 O Mercado alternativo – O Mercado Sul do bairro Morrinhos

Pensado para ser uma alternativa à aglomeração de vendedores na área externa ao segundo Mercado Central, O Mercado Sul foi construído no bairro Morrinhos, já que a cidade crescia naquela direção. É interessante notar que diversos Mercados públicos possuem como característica a aglomeração de feirantes em sua área externa, principalmente aos sábados, dia de maior movimento de compradores.

Este Mercado ainda se encontra em funcionamento, mas não resolveu a aglomeração de feirantes e animais nas adjacências do Mercado Central. O espaço possui 33 (trinta e três) lojas, distribuídas nas laterais do local, e um vão central para as barracas dos feirantes (figura 18).

Figura 18 - Planta esquemática do Mercado Sul



Fonte: figura elaborada pela própria autora, a partir dos documentos da mapoteca da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

A fachada principal da construção conserva as características originais. É de estilo modernista, com telhado embutido que avança em relação à vedação, formando um beiral na frente do espaço. O método construtivo é concreto armado, e a vedação é de alvenaria (figura 19).

Figura 19 - Fachada principal do Mercado Sul, Montes Claros



Fonte: Acervo da própria autora.

O espaço interno é arejado. O telhado que cobre o vão central possui abertura, estilo “lanternim”, o pé direito é alto e as duas extensões longitudinais da construção possuem aberturas altas, que contribuem para a iluminação e a ventilação do espaço. (figura 20).

Figura 20 - Espaço interno do Mercado Sul, Montes Claros



Fonte: acervo da própria autora.

Segundo o Secretário de Agricultura e Abastecimento de Montes Claros, o Mercado Sul apresentava diversos problemas estruturais, portanto necessitava de readequações em seus espaços. O movimento no lugar já não estava tão intenso e, das 33 (trinta e três) lojas existentes, somente 9 (nove) estavam funcionando. O já esperado processo de revitalização se encontra em andamento e no dia 11 de maio de 2019 foi reinaugurada, no local, a feira livre nos fins de semana.

A observação participante foi fundamental para uma leitura mais próxima sobre o espaço. A nossa percepção é que os frequentadores do local são moradores das adjacências do Mercado, muitos são antigos comerciantes, e entende-se que a compra de mercadorias é apenas um dos diversos objetivos das pessoas que se relacionam com aquele ambiente. Por diversas vezes, deparamo-nos com antigos donos de bancas que ainda fazem questão de ocupar o lugar, com uma dose de nostalgia e saudosismo dos tempos antigos. Este Mercado ainda é o ponto de encontro de muita gente, de conversa, de diversão.

Durante o dia, presenciamos cenas corriqueiras dentro deste Mercado, vimos que algumas pessoas jogavam dominó ou baralho, andavam pelas bancas a conversar e

cumprimentar os comerciantes ou se colocavam sentadas às mesas, tomando cerveja e comendo porções típicas da nossa culinária. Nota-se que muitas pessoas se chamavam pelo próprio nome e que elas construíram laços de afeto e amizade com os outros frequentadores. Nesse cenário, a comerciante Maria de Lourdes Santos nos falava sobre a implantação do Mercado Sul, enquanto cumprimentava um e outro, vários pelo nome, outros vários por apelidos, ou por “meu bem” ou “meu amor”:

A população foi aumentando e aqui foi um mercado bem promovido por que o Morrinhos na verdade era e é ainda é o bairro mais populoso aqui da região. Ele facilitou a vida dos moradores daqui e foi bem-vindo demais.... Na época, ele teve grande aceitação. A população abraçou o mercado e aí se você vinha aqui, sabe? Via a maravilha que era. Muito cheio de planta muitos açougues. Os produtores vinham, traziam suas mercadorias tudo. Foi uma época muito boa. (SANTOS, Maria. Entrevista. Junho de 2019).

Quando questionada sobre a importância do Mercado Sul, Maria de Lourdes Santos explica que este foi essencial à sua vida e de muitas outras pessoas. Ela relata sobre sua chegada e sobre pessoas que a ajudaram pela trajetória de sua vida naquele espaço. A comerciante não vislumbrava outro meio de sobrevivência, já que havia acabado de se divorciar e tinha três filhas pequenas. Ela se lembra de duas pessoas importantes nesta caminhada, que foram sua tia e o Sr. Graciliano:

Pra mim, ele representa muita coisa porque foi uma época em que eu vivi... eu vim pra cá acho que em 1979 e fiz da minha vida aqui. Eu estava em uma fase de separação. Vinha com as crianças pequenas e eu não podia trabalhar em outro lugar. Eu tinha duas crianças pequenas aí eu vim para cá. A minha tia já tinha uma banca nesse mesmo lugar (...). Aí ela me arranjou uma banca lá do outro lado e eu vinha trabalhar. Eu não tinha dinheiro (...). Um senhor que era atacadista, seu Graciliano, ele me vendeu as mercadorias pra ir vendendo e depois pagar. Ele me ensinou a vender as mercadorias. Eu peguei uma caixa de cenoura inteira e coloquei em cima da banca, aí ele falou “não, minha filha! Não é assim! Você vai trabalhando... vamos tirar essa cenoura você vai ter que ir pondo aos poucos porque se não ela queima tudo que o talo estraga. Aí você vai arrumando aos poucos e vai vendendo...” E aí foi que eu comecei a trabalhar. E foi passando os anos, consegui criar minhas três filhas debaixo da banca. Foi uma fase boa da minha vida isso para mim foi o que deus colocou de mais especial. Eu amo de paixão aqui. (SANTOS, Maria. Entrevista. Junho de 2019).

De acordo com a fala do arquiteto Gilner Rocha, a efetividade do Mercado Sul no período de sua implantação ainda é controversa. O arquiteto acredita que sua construção talvez tenha sido uma precipitação da gestão, pois não resolveria o problema por tanto tempo: “entendo que o Mercado Sul não foi uma coisa bem pensada. Eu vivi pouco, quase não frequentei. Acho que foi uma precipitação, pois o problema logo voltou.” (Gilner Rocha em entrevista gravada em maio de 2019). A população continuou a crescer, junto à demanda

alimentar e aos feirantes que se acumulavam ainda no segundo Mercado Central, então os dois Mercados existentes na cidade logo passaram a não atender tal demanda.

Na gestão do prefeito Tadeu Martins Leite, surge então a proposta de construir um espaço maior, que abrigasse “melhor” os comerciantes e os consumidores. Vem à tona a proposta de construção do terceiro e novo Mercado Central.

O Mercado Sul é um espaço que interpretamos como muito delicado, pois é a materialização de um efeito social negativo do modelo de economia vigente. É possível supor que a lógica capitalista de produção e reprodução do espaço não se lembra de muitas pessoas que são influenciadas por ela. Esta dinâmica das pessoas que se apropriaram daquele espaço acaba sendo esquecida pelos planejadores da cidade. Desse modo, há um conflito tenso entre a modernização arquitetônica e econômica e a manutenção da história e identidade de uma sociedade.

Foi possível observar que os comerciantes deste espaço se mostram relativamente frustrados, pois não conseguem se ver trabalhando em outro lugar, já que construíram relações afetivas com o local e com as pessoas que ali frequentam. Seus relatos demonstram descontentamento e tristeza ao entenderem que não são mais desejados ali, da maneira que se colocam, frente a uma nova proposta de revitalização da feira semanal.

2.10 O terceiro Mercado Central (ou o Novo Mercado) – da Avenida Deputado Esteves Rodrigues

O Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff funciona até os dias atuais, situado à Avenida Deputado Esteves Rodrigues, ao lado das terras do antigo prefeito Toninho Rebelo. Foi inaugurado em 30 de dezembro de 1988, na gestão do prefeito Luís Tadeu Leite, quando a população apresentava ainda uma resistência considerável, já que se localizava mais distante do centro comercial e a população se locomovia a pé, em sua maioria. O acesso ao espaço é, na maioria dos dias, fácil, por se localizar na Avenida principal da cidade (figura 21).

Figura 21 - Fachada do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff



Fonte: acervo da própria autora.

Aberto todos os dias, seu pico de movimento é aos sábados pela manhã, momento de congestionamento de automóveis e com maior circulação de pessoas. Neste dia, acontecem outros eventos, como uma feira de produtos agroecológicos e uma roda de capoeira no *hall* superior do Mercado. A concentração de feirantes na área externa é consideravelmente maior. De segunda-feira a sábado, seu funcionamento vai das 08h:00 às 18h:00. Já no domingo, o espaço funciona das 08h:00 às 12h:00.

Davidson Caldeira conta que a comunidade apresentou resistência no início da implantação na nova área, já que o Mercado Central sairia do centro da cidade e passaria para uma área ainda vazia. Ele enfatiza o descontentamento sobre a mudança do segundo mercado:

Ninguém gostou. Era longe demais. Do primeiro para o segundo, tudo bem. Era até perto. Mas naquela época, a região do novo mercado era erma. Nem lado de cama a gente gosta de mudar, imagine então tirar o mercado do centro da cidade. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

Quando indagamos sobre a origem do terreno, Davidson Caldeira ressalta que houve uma desapropriação para a construção do novo Mercado:

Um judeu, chamado Yeshua, era proprietário de uma área de 11 ou 15 mil metros quadrados, um terreno que pegava toda a área do Mercado novo, até o rio. O judeu foi então desapropriado para a construção deste espaço para a construção do atual Mercado central da cidade. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

Raquel Mendonça relata um boato que dizia que o então prefeito Tadeu Leite decidiu implantar o Mercado nas terras do judeu por conflitos políticos com antigo prefeito Toninho Rebello:

Dizem que Tadeu escolheu o lugar para pirraçar Toninho Rebello, que morava nas terras ao lado do judeu. Toninho ficou indignado, porque o mau cheiro iria invadir a sua moradia. Dizem até que sua mulher adoeceu pela raiva que Tadeu Leite fez a família passar. (MENDONÇA, Raquel. Entrevista. Maio de 2019).

O boato acima, citado por Raquel Mendonça, é conhecido por alguns usuários do novo Mercado e pelos entrevistados. Quando questionado sobre o conhecimento desse boato, Gilner Rocha confirma sua existência, apesar de não se recordar do fato inteiro, e complementa, informando uma outra versão. Segundo Rocha, alguns moradores diziam que Tadeu Leite havia proposto o local de implantação na Avenida Deputado Esteves Rodrigues para prejudicar o fluxo desta avenida.

Nessa perspectiva, Rebello & Silveira (2014) reiteram que Toninho Rebello, junto à sua família, sofreu uma expressiva perseguição política nas eleições municipais. Os autores revelam que Toninho deixou a prefeitura em 1982, já cansado e ainda morreu magoado por causa de tantos ataques e calúnias. Nesse sentido, explicam o boato sobre a decisão de construção do Mercado:

As perseguições aumentaram. A construção do novo Mercado municipal de Montes Claros foi uma implicância gratuita: visava trazer movimento e barulho à vizinhança de Toninho. O Mercado foi construído, Toninho estoicamente ergueu os muros em volta da casa dos seus – fechou o condomínio. Onde hoje é o restaurante municipal foi lote pertencente a Anamélia e Cristina, suas filhas: o então prefeito o desapropriou e não o pagou, como de praxe. Alguns anos depois, quando Mário Ribeiro foi prefeito, pagou o devido. Toninho Rebello, então, doou ao município as ruas que eram dele e ele mandara asfaltar. (REBELLO; SILVEIRA, 2014, p. 57).

Gilner Rocha discorda destas afirmações e ainda esclarece que a decisão foi tomada por uma equipe designada e posta em apreciação:

Sim, me lembro pouco. Teve essa história mesmo. Teve também a história que ele (Tadeu Leite) fez o Mercado ali pra atrapalhar a avenida, mas era um bom local. O pessoal falava, mas eu e a comissão assinamos um documento que concluímos que não poderíamos questionar a localização do Mercado, nós até chegamos a pensar outro local, que considerando que a avenida é uma via importante que permitia um fluxo mais adequado, uma acomodação melhor. Se fosse uma rua mais apertada, seria um problema. Mas o pessoal que não gostava do Tadeu não achava que era um bom lugar, mas ele acertou. No poliesportivo ele errou. No teleférico ele errou. No Mercado, não. [...] Surgiu uma polêmica em relação aos críticos de Tadeu Leite, que era prefeito e pediu o Mercado. Uma desapropriação de uma pessoa idosa, doente. Parece que houve um abuso, essas coisas que o poder público comete. O pessoal disse que na época houve uma consulta. Havia uma comissão, eu fazia parte, e nós respondemos a um questionamento na época de um setor da prefeitura, sobre

consulta da decisão do local. Eu também era crítico [da gestão de Tadeu]. (ROCHA. Gilner. Entrevista. Maio de 2019).

Gilner explica que, por mais que houvesse ciúme entre a oposição e situação da gestão municipal, a decisão sobre o lugar foi coerente, analisando a função de uma via urbana coletora. O arquiteto recorda que os apoiadores de Toninho tinham ciúme da avenida, que foi construída por ele, e queriam que ela não fosse prejudicada com uma obra complexa, que poderia gerar tumulto ou mau cheiro nas suas proximidades. Porém, o arquiteto reitera que a função de uma via de acesso rápido é exatamente amortecer o impacto que construções de grande porte como esta causam:

Havia um ciúme em relação à Avenida Sanitária, que era a obra de Toninho e dos seus adeptos. Aí Tadeu, chegou e fez a festa em cima do que Toninho arrumou, Toninho ficou enciumado, porque dizia que Tadeu queria estragar a avenida construindo o Mercado. Eles estavam com a mentalidade de sala de visita, aquelas salas bonitas que ninguém usava. Mas o pensamento na verdade deveria ser o oposto. A avenida é pra servir, então se o principal eixo viário da cidade tinha um acesso mais rápido, as instituições que exigem um fluxo viário mais intenso, que fossem instaladas na cidade, deveriam estar neste eixo, e não nas ruas secundárias. O Mercado foi locado certinho, diferente da prefeitura, que é um problema. (ROCHA. Gilner. Entrevista. Maio de 2019).

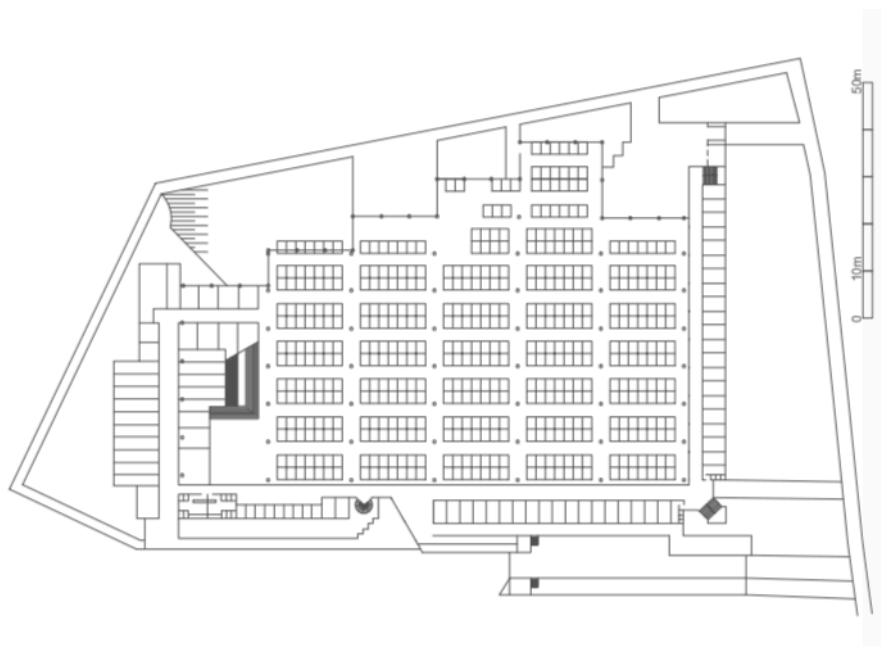
A decisão sobre o local de implantação do novo Mercado Central foi conflituosa, já que a região ainda era pouco ocupada e os interesses políticos eram divergentes. Silva expõe os agentes conflitantes do processo, que envolviam clientes, comerciantes e políticos:

A escolha do local para a construção do novo Mercado dividiu opiniões, sejam dos feirantes, vereadores ou dos clientes. Os feirantes acreditavam que com a transição iriam perder os clientes, os clientes achavam o novo local de difícil acesso, pois nesta época o acesso ao transporte público na cidade era precário, e os vereadores estavam no meio dos interesses políticos e precisavam administrar com cautela tais questões, deveriam pautar a sua decisão conforme os pressupostos da escolha racional, que para a sociologia contemporânea é compreendida pela decisão de maximizar lucros e minimizar perdas. (SILVA, 2012, p. 81).

O terceiro e atual Mercado Municipal Central, em 1992, recebe o nome de Mercado Christo Raëff Nedelkoff⁵. Segundo Guimarães e Doula (2018), o espaço possui uma área de 21.450 m² e abriga 135 boxes, 200 bancas livres no pátio interno e na parte externa do Mercado, que comercializam desde hortifrutigranjeiros à conservas, especiarias e artesanatos. Entre segunda e quinta-feira, cerca de 5 mil pessoas circulam pelo local e aos finais de semana este número tende a duplicar.

⁵ Projeto de lei nº 69/92, 8 de outubro de 1992. Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Montes Claros Vereador Ivan Lopes.

Figura 22 - Planta esquemática do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff



Fonte: figura elaborada pela própria autora, a partir dos documentos da mapoteca da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2019.

Aos sábados, acontecem algumas especialidades no local: o *hall* superior do Mercado recebe uma roda de capoeira e uma feira de produtos agroecológicos, em que os produtores da agricultura familiar comercializam seus produtos. A concentração de comerciantes se mostra crescente, o que faz com que eles se movimentem para a área externa da edificação.

Figura 23 - fachada do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff voltada para a rua Marechal Deodoro



Fonte: acervo da própria autora.

Diferente de Davidson, o arquiteto e urbanista Gilner Rocha faz outras observações, sob o viés urbanístico, a respeito da implantação do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff. Sobre a relevância e aceitação deste Mercado, Gilner explica que sua importância mudou ao longo do tempo, o que aconteceu com a maioria dos Mercados. Segundo ele, esses espaços perdem sua essencialidade econômica, e passam a refletir resistência cultural, ou ponto de encontro:

Eu penso na arquitetura como uma atividade que atende às demandas sociais dos usuários, da cidade e do urbanismo, com restrições das técnicas e tecnologias de construção. E penso como isso se encaixa na construção do Mercado e do que eu conheci no primeiro Mercado, no segundo e no terceiro. O terceiro Mercado foi aceito e é aceito hoje. A gente discute os problemas que tem, mas todas as pessoas que chegam na cidade querem conhecer o Mercado. Acho que é um negócio que deu certo, num local que consolidou a região da Avenida Esteves Rodrigues. Havia um conflito político: as pessoas que, como eu, não votavam em Tadeu, sempre foram desconfiadas. Ele pisou na bola, de fato, como muitos esperavam. Toninho foi uma pessoa que enxergou os problemas da cidade, como a água... ele era preocupado. Queria fazer um lago ali na região abaixo do shopping, que hoje é um problema e precisa ser resolvido. A (avenida) Vicente Guimarães tem problema. A velocidade do fluxo da água era preocupação dele, ele pensava que a água deveria ser retida e não despachada. Ele fez o programa Porte Médio, muitas coisas que foram boas para a cidade. Eu fiz sete projetos no final da gestão dele para a cidade. Tadeu acertou no Mercado. Hoje a gente tem que ver que existem outros tipos de comércio que atendem a cidade. Inclusive, vendedores e produtores que trazem direto da propriedade para as casas. Temos shoppings, sacolões, então o Mercado não é indispensável para a venda de frutas e legumes. A gente compra em locais mais

fáceis. Mas as pessoas vão ao Mercado porque gostam. Porque tem muito mais coisa. E essas coisas que vendem lá não se é viável de vender no supermercado. Tem as feiras livres que têm esse apelo do próprio produtor. Acho que o Mercado tem uma coisa cultural, um espaço de convívio democrático, interessante, que você não tem nos outros lugares. Ele te oferece outro tipo de relacionamento com as próprias coisas e as pessoas. A curiosidade de ver aqueles artesanatos. Aqueles cheiros daqueles temperos. E encontra pessoas diferentes, fora de um padrão. O Mercado é diferente, pela diversidade social. Sua importância é muito mais cultural. (ROCHA, Gilner. Rocha em Entrevista. Maio de 2019).

Já na perspectiva de Maria de Lourdes, o novo Mercado Central não foi bem aceito pela população na época da transição, apesar de hoje ela entender que o local funciona bem. A comerciante, indo de encontro à percepção de Gilner, enfatiza a questão do aspecto sujo do espaço e do entendimento que existe certo descuido.

Eu vou todos os sábados no Mercado central. O menino que me vende as folhas só descarrega lá. Então eu vou lá. Mas na época não houve uma boa aceitação dos vendedores do segundo Mercado. Eles não aceitavam de forma nenhuma porque ficou muito contramão, muito distante. E era mais fácil pra eles. A população se achegava mais. Eu acho esse novo Mercado muito bom, uma pena que ele é muito jogado. Eu acho tão sujo esse Mercado. Na verdade, não é como a gente quer, os governantes impõem, e a gente tem que aceitar. (SANTOS, Maria. Entrevista. Junho de 2019).

É importante entender sobre o funcionamento deste espaço nos dias atuais. Paulo Ribeiro avalia o Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff como um local que abriga diversos conflitos. Ele explica sobre os custos de manutenção da estrutura atual e projeções alternativas futuras de gestão. Segundo Ribeiro, o modelo de gestão não funciona e não se sustenta, tendo em vista a pouca arrecadação que este Mercado gera e os custos mensais de sua manutenção e a segurança dos seus frequentadores posta em risco por problemas estruturais:

Veja. O Mercado central atual é um enorme problema de gestão. O modelo de gestão dele não funciona. Existem muitos conchaves políticos ali dentro, de muito tempo. Pra você ter uma ideia, a administração arrecada cerca de 11 mil reais ali dentro com alugueis. Só a conta de energia do lugar custa por volta de 60 mil reais. O que tem de “gato” de energia ali você não tem ideia. A gente já viu um laudo da Cemig que diz que aquela construção corre o risco de ser incendiada a qualquer tempo, porque tem muito ajeito. Então o maior problema dele é que ele não se sustenta. Ele precisa urgentemente ser reformado. As instalações elétricas não dão conta da carga de energia que os equipamentos exigem. O piso ainda passa um aspecto sujo. Depois que as telhas foram trocadas, há reclamação de maior calor lá dentro. Claro que, diante de alguns problemas, é o lugar que mantém a memória da cidade, é o nosso museu vivo e democrático. Acredito que um bom modelo de Mercado que poderíamos utilizar como inspiração é o Mercado de Belo Horizonte. Ele foi privatizado. Depois, o aspecto do Mercado mudou demais. Ele passou a se sustentar. Entendo então que o nosso deveria passar por uma concessão, aos moldes do de Belo Horizonte. (RIBEIRO, Paulo. Entrevista. Maio de 2019).

Já a administração do Mercado Central informou que sua arrecadação mensal é de aproximadamente 30 mil reais, e seus custos mensais variam de 80 a 90 mil reais, então a Prefeitura Municipal subsidia a manutenção do espaço com a quantia que falta.

Cabe ressaltar aqui sobre o emblemático pensamento a respeito do custo da manutenção deste Mercado, que cai no debate da preservação da história, da memória e da tradição de uma sociedade. Há também que se ressaltar sobre outro debate conflituoso, a democratização do uso e o acesso aos espaços. Quando questionado sobre uma possível mudança do perfil do público frequentador, depois de privatizado, e sobre a possível limitação, por mais que simbólica, do acesso ao espaço, Paulo Ribeiro responde que já existe um embate de tamanho considerável que demanda solução imediata, pois a prefeitura não consegue arcar com os custos mensais demandados pelo Mercado:

Acredito que o custo de manutenção do espaço aumentaria, claro, pois a prefeitura arca com quase tudo lá dentro. Mas é fato que a máquina pública tem que rodar. Imagino que, se os comerciantes passassem a contribuir com um valor compatível e justo de aluguel e condomínio, certamente o valor repassado ao cliente seria maior, pois hoje esta arrecadação é mínima, é irrisória. Isso provavelmente implicaria num aumento de preço dos produtos ofertados ali dentro, o que talvez limitaria o poder de compra das pessoas com menor renda. Mas veja que já é um problema, pois a prefeitura não consegue gerir. Ao mesmo tempo, com o espaço funcionando melhor, atrairia mais outras classes de consumo e mais turistas. (RIBEIRO, Paulo. Entrevista. Junho de 2019).

O debate entra em um ponto delicado e extremamente conflituoso, quando o foco recai sobre a concessão e sucessão das barracas dos Mercados. Sob uma nova administração de cunho comercial, uma dúvida que nos visita é como estes espaços seriam regulados. O Novo Mercado tem feirantes que foram transferidos do Mercado Antigo e novos feirantes, que adquiriram as barracas em um tempo menor. Guimarães & Doula (2018, P. 08) esclarecem a respeito da aquisição e comercialização das barracas dentro do novo Mercado:

Nesse caso, tanto a barraca quanto o espaço de comercialização são vendidos de forma ilegal entre os próprios feirantes, pois o direito de uso do espaço para comercialização no Mercado só pode ser repassado entre membros de uma mesma família, em vida; caso contrário, a barraca é repassada à prefeitura que irá designar quem vai assumir o local. As barracas são reformadas e mobiliadas pelos feirantes quando as recebem, alguns colocam piso, pintam as paredes ou as hastes que a sustentam, além de montarem da forma que julgam ser mais atraente os artigos a serem comercializados, assim, quando vendem uma barraca, passam o ponto de comercialização, a estrutura já montada e que foi alterada e os artigos que ainda não foram comercializados. (GUIMARÃES; DOULA. 2018, p. 08).

As autoras analisam o processo de sucessão e herança das barracas e da profissão de feirante, que acontece no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, e as suas representações sociais,

[...] considerando a memória e as relações intergeracionais em um espaço que, como afirmou Beatriz Filgueiras (2006), é repleto de trocas simbólicas, práticas sociais, encontros e diversidade social, mas que está inserido em um tempo que possui novas concepções sobre as condições de vida e o trabalho, as quais causam modificações no imaginário e no comportamento de indivíduos.[...] Seguramente, os Mercados municipais, que outrora representavam o centro econômico e estimulavam as cidades em crescimento, não possuem mais este significado e importância econômica. Se ainda persistem, é porque se tornaram parte da história local e assim resistiram às imposições da modernização; são tomados como patrimônio e considerados símbolos da história econômica e cultural das cidades e de sua região de influência, compostos por memórias, histórias e diversas representações sociais. (GUIMARÃES E DOULA, 2018, p. 3-6).

O Mercado perpassa por gerações diferentes, o que indica que há significações distintas para este espaço, que certamente refletirá no futuro do atual Mercado. Nos dias de observação e conversas que tivemos naquele espaço, deparamo-nos com filhos e netos de antigos donos, alguns convivendo juntos, no mesmo posto; outros dominando o ofício e assumindo o lugar de seus antecessores. Na Figura 24 – Antônio Carvalho, o comerciante mais antigo do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, e Renan, seu neto, na sua loja de *fumos*, temos um bom exemplo dessa sucessão. Seu Antônio possui 93 anos e relata que já está bem cansado da rotina do Mercado, mas que irá passar o resto de seus dias lá. Então, seu neto vai para a loja todos os dias ajudar o avô, que abre a loja, fica lá durante a manhã, e depois volta para casa para almoçar e descansar.

Figura 24 – Antônio Carvalho, o comerciante mais antigo do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff, e Renan, seu neto, na sua loja de fumos



Fonte: acervo da própria autora, 2019.

Nesse sentido, Guimarães & Doula corroboram com o pensamento da Denise Jodelet, que diz que

[...] as representações sociais devem ser compreendidas através da ótica de vários elementos, como a afetividade mental e social, levando-se em consideração a realidade material, social e ideativa sobre a qual a representação intervém. As representações sociais guiam a maneira de se nomear, definir e interpretar os diferentes aspectos da realidade, como por exemplo, a escolha entre herdar o patrimônio material e imaterial do Mercado e orientar um projeto de vida profissional tornando-se um feirante ou não. (GUIMARÃES; DOULA, 2018, p. 03).

Ademais, as autoras ressaltam, também, acerca da importância do patrimônio material e imaterial na construção dos símbolos e das memórias de um espaço:

Ao focalizarmos o processo de herança e sucessão das barracas no Mercado Municipal de Montes Claros, foi possível perceber que os patrimônios material e imaterial são igualmente importantes e transmitidos de geração para geração. O patrimônio imaterial dos feirantes é construído por memórias, símbolos, práticas e conhecimentos que atravessam o tempo, as gerações e as transformações sociais. Por sua vez, esse patrimônio dá origem ao sentimento de pertença dos feirantes e cria a relação de afetividade com o espaço em que convivem e com a profissão que exercem. Já o patrimônio material – a barraca e o mercado – vinculado à gestão econômica e à história das famílias forma o lugar de memória, e este lugar faz da história do grupo uma memória consistente e cognitiva. As entrevistas obtidas neste trabalho possibilitaram compreender que não apenas o pesquisador que busca as informações encontra um sentido na memória, mas também os próprios

entrevistados que, ao reviverem suas histórias, ou as do grupo no qual estão inseridos, fazem redescobertas e reafirmam as escolhas que fizeram. As representações aqui analisadas estão atreladas ao cotidiano, à identidade, à memória individual e coletiva sobre o espaço físico e simbólico que é o mercado. (GUIMARÃES; DOULA, 2008, p. 13).

As perspectivas de adequações do Mercado Central ainda se mostram obscuras e sem planejamento efetivo por parte dos gestores públicos. Davidson Caldeira explica que o Mercado passou por uma reforma em tempos recentes e pontua que as mudanças efetuadas nesta última empreitada não foram estruturais:

Foram trocas de piso, limpeza das paredes, instalações refeitas e a cobertura do estacionamento. Ele conta que, quando foi inaugurado, o sol entrava na instalação pelas telhas translúcidas no mercado. Os comerciantes reclamavam que era muito quente e que as verduras esquentavam rápido demais. Como medida, a prefeitura pintou estas telhas. Nesta reforma, as telhas translúcidas foram trocadas e não foram pintadas novamente, então há novamente o questionamento a respeito do calor. (ROCHA, Davidson. Entrevista. Maio de 2019).

Complementa-se que as adequações foram efetuadas no espaço interno, sem interferência na estrutura da construção. Além disso, o estacionamento, antes descoberto, recebeu cobertura metálica para proteção contra intempéries, como chuva e sol.

Diante das análises acerca da preservação da identidade e memória como política pública e as novas promessas de economia popular, entendemos que a efetividade do funcionamento do Mercado Central possa se enveredar para novos cenários, já que este espaço se encontra instalado no coração da cidade, ao mesmo tempo em que não apresenta problemas excessivos no fluxo do trânsito de automóveis e pessoas, exceto no dia de maior movimento, que é o sábado.

2.11 Uma nova proposta de Mercado para Montes Claros

Em entrevista, Paulo Ribeiro informa que existe, em andamento, uma proposta de projeto para um novo modelo de Mercado para a cidade, que, segundo ele, não interfere no uso e no significado que o atual Mercado tem para Montes Claros. A proposta da sua gestão é uma construção que abrigue produtores locais que ofereçam os produtos tradicionais da região, como carne de sol, pequi, cachaça e outros:

Nós temos uma proposta de construção em modelo PPP (parceria público-privada), parecido com a ideia da concessão de estradas. A ideia para este novo Mercado é oferecer, em somente um espaço, o que a cidade e a região têm de melhor, como o

requeijão e a cachaça de Salinas, o doce de marmelo de São João do Paraíso, a carne de sol de Mirabela, o nosso pequi..., até produtos artesanais já conhecidos na cidade, como vasos, cerâmicas, roupas, tudo produzido na região. Além deste espaço de lojas físicas que ofereceriam o que temos de melhor, pensamos também em um espaço para eventos e exposições, de todo cunho cultural. O prédio se chamaria Nonada, palavra em homenagem ao Guimarães Rosa, utilizada por ele como primeira e última palavra escrita no seu maior clássico “O Grande Sertão Veredas”. Guimarães Rosa foi um dos primeiros a falar e enaltecer nossos gerais, que é muito diferente das Minas já falada e exaltada por tantos. A proposta de públicos e usos é bem diferente. Teríamos um espaço com um menor número de lojas, somente com produtos já reconhecidos e muito procurados por quem passa por Montes Claros. O Mercado Central é ainda o espaço que conta a nossa história, que recebe todo tipo de público para sua feira semanal, para o encontro com outros que vivem aquela esfera. (RIBEIRO, Paulo. Entrevista. Junho de 2019).

A ideia, segundo o secretário, é oferecer um espaço que também permita exposições e eventos culturais, sempre relacionados à manutenção da tradição histórica da cidade. Esta medida nos remete à invenção da tradição, desenvolvida aqui no trabalho a partir de Hobsbawm (1997). Será que a criação de um novo espaço, que inicialmente, não possui referência de identidade e memória da cidade, poderia adquirir um caráter tradicional? Interpretamos que não, dadas as referências estudadas ao longo do trabalho. Mas, há que se considerar que esta proposta poderia, talvez, incorporar mais a ideia de galerias e shopping centers, do que propriamente a de Mercados populares, pois iriam oferecer mais comodidade, agilidade e automaticidade à compra de produtos de necessidade.

A tentativa de incorporar a tradição dos Mercados a um espaço que não possui vínculos com a comunidade de origem e é criado para fins propriamente comerciais, nos levar a pensar na espetacularização da cultura, na qual os produtos tradicionais de uma sociedade passam a ser tratados como objetos de consumo e mercadorias, desvinculados de seu contexto original, e voltados para um público de maior poder aquisitivo.

Já que a proposta desta nova galeria é atribuir ao local, valores de aluguel e condomínio compatíveis com o mercado vigente, a oferta se abre a toda a população, e não somente aos produtores locais. Por serem produtores locais, estes comerciantes costumam promover uma agricultura de subsistência e não se inserem no nicho de empreendedores, o que coloca em dúvida se eles iriam se dispor a pagar aluguel e condomínio pelo espaço. Normalmente, esses comerciantes estão subsidiados por associações, justamente para apoiá-los nesses aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, nesta dissertação, que os Mercados públicos se adaptaram às diferentes racionalidades da divisão social do espaço urbano. Antes, espaços periféricos de abastecimento das pequenas cidades passaram a ocupar lugares centrais nas mesmas cidades em que cresceram e desenvolveram uma malha urbana estruturada e complexa. Esses espaços vão gerando novas centralidades. Podemos inferir que o mesmo processo acontece em Montes Claros. Nesse sentido, as adjacências dos Mercados, por mais que eles não se encontrem mais ali, foram ocupadas por comércios e assim permanecem, ainda que com transformações. A relevância econômica dos Mercados diminuiu ao longo do tempo, com o surgimento de empreendimentos de consumo mais cômodos e automatizados, como supermercados e shoppings. No entanto, os laços afetivos, construídos com o espaço pelos usuários e comerciantes, oferecem um lugar de resistência às mudanças enfrentadas pela cidade, o que agrega aos Mercados a qualidade de serem abrigo das tradições e do patrimônio da comunidade.

Observamos que as opiniões a respeito da manutenção desses locais são controversas. Ao mesmo tempo em que vivemos um momento de consumo do espaço, os Mercados caminham contra a lógica de reprodução capitalista, pois são espaços que, em sua maioria, não se sustentam com as taxas e alugueis dos próprios comerciantes e, por isso, sua manutenção é questionada. Também existe o pensamento de que as tradições ali evidenciadas podem ser inventadas ou mesmo espetacularizadas, com a finalidade de comercialização.

Noutra via de análise, afirma-se a percepção de que as tradições podem ser adaptadas aos novos costumes, já que os agentes vão se renovando ao longo do tempo, juntamente com os seus usuários. Isso não impede que a história de uma sociedade seja guardada, transmitindo autonomia e memória, devendo ser tomada como responsabilidade do poder público. Além de garantirem a subsistência de diversas famílias, por vezes, marginalizadas, e das atividades culturais ali abrigadas, percorrem nos corredores e bancas dos Mercados saberes embutidos nas relações entre as pessoas e os objetos que ali existem, o que confere ao local valor patrimonial.

Observamos também que Montes Claros se mostra como uma cidade média com particularidades, pois assume uma posição de centralidade intra e interurbana e se consolida como o centro urbano mais expressivo do Norte de Minas Gerais. No seu processo de

urbanização, verificamos que Montes Claros se origina Cidade Agrária, passa por Cidade Mercantil, se torna Cidade Industrial Incompleta e então se consolida Cidade Polo de Serviços.

Vale ressaltar a importância da construção da Estação Ferroviária Central do Brasil, que liga o sul ao norte do país e marca o início da Cidade Comercial, dado que, por um tempo, Montes Claros foi ponta de trilho e depois, ponto de parada. Isso fez da cidade um dos principais pontos de recebimento do fluxo migratório do país, com e seu comércio desenvolvido como centro de distribuição para a sua região de abrangência. Adiante, a Cidade Mercantil Montesclareense se consolida com a construção do Mercado Público, que trouxe para o seu entorno vários pontos de comércio, como lojas, bares e armazéns.

No século XX, Montes Claros inicia seu processo de industrialização com algumas fábricas de ramos variados e então se torna alvo de diversas políticas públicas de incentivo à industrialização. O processo se mostra incompleto, já que a cidade não atinge o resultado esperado e diversas indústrias acabaram fechadas. No entanto, a cidade se desenvolve e a oferta de serviços aumenta, o campo se moderniza e o fluxo migratório aumenta, causando desequilíbrio entre a demanda populacional e a oferta de infraestrutura e serviços disponíveis. A onda de globalização impõe uma nova lógica econômica e, na década de 1990, a cidade se reestrutura com uma especialização de serviços, que faz do setor terciário seu novo motor econômico.

Observamos que o Mercado Público se insere como agente principal em Montes Claros no seu surgimento, enquanto Cidade Mercantil, e sofre metamorfoses ao longo do tempo. O Mercado produz um sistema complexo de trocas, que vai além das financeiras, pois este fim é atendido com maior eficiência pelos supermercados, sacolões e atacadistas espalhados por toda a cidade. Para além das financeiras, esse espaço é abrigo de trocas de saberes e de valores culturais e tradicionais, que são modificados com o passar do tempo. São, ainda, espaços de socialização, fazem parte da história das pessoas da cidade, acolhem o encontro entre o urbano e o rural (relação dicotômica que é agora ressignificada, visto que as cidades apresentam zonas rurais, e o urbano se infiltrou no rural).

Essa pesquisa versa sobre o atual Mercado Central Público de Montes Claros e sua história, que compreende outros dois Mercados já demolidos, e o Mercado alternativo, o Mercado Sul, ainda em funcionamento na cidade. O primeiro Mercado Central de Montes Claros se localizava frente à Praça Doutor Carlos Versiani e deu forma ao comércio alimentar

da cidade. O segundo Mercado Central ficava situado entre a rua Coronel Joaquim Costa e a rua Belo Horizonte. Concomitante a este, foi construído o Mercado Sul, no bairro Morrinhos, para atender à crescente demanda alimentar da cidade. O terceiro e atual Mercado Central recebe o nome de Christo Raeff Nedelkoff e se localiza à avenida Deputado Esteves Rodrigues. A destruição e construção dessas edificações acorreram ao longo do tempo e foram sustentadas por argumentos técnicos, arquitetônicos, políticos e morais. Esse percurso compreende também uma trajetória, na qual o espaço é moldado e se faz moldar pelo imaginário que cada um dos Mercados carregou.

Importa observar de que forma um conjunto de valores e articulações políticos moldam o espaço e como os espaços e a arquitetura moldam estes mesmos conjuntos de valores e de articulações políticos. Nessa perspectiva, o local de implantação do Mercado Antigo foi decidido a partir desses signos. A cidade era dividida em dois partidos políticos, a saber, os “Estrepes”, partidários do então presidente da Câmara Dr. Honorato Alves, e os “Pelados”, seus adversários. Oposições políticas que influenciaram as diferentes espacialidades de Montes Claros no século passado.

O primeiro Mercado representou a construção de uma edificação sem precedentes na cidade. Como resposta ao extremismo do período barroco, o estilo arquitetônico adotado foi o neoclássico, apresentando planta simplificada, simetria, cores neutras, telhados com platibandas, um frontão na sua fachada principal e um torreão que abrigava o relógio como regulador municipal do tempo. Entendemos que o Mercado Antigo marcou um período de prosperidade para a cidade. O espaço abrigava todo tipo de acontecimento, e o espetáculo de cores, cheiros e sabores acontecia ali dentro e nas suas redondezas. As decisões políticas, econômicas e sociais, os diversos encontros sociais, namoros, problemas de casamento, tudo era discutido dentro do Mercado. O sábado era dia de feira, então os moradores de toda a cidade, em sua maioria homens, se dirigiam quase que em procissão para fazerem suas compras.

Ressalta-se que todo tipo de negociação era feita dentro desse espaço, inclusive de drogas e prostitutas, assunto pouco abordado e evidenciado nas pesquisas que encontramos sobre o local. Observamos que a demolição do Antigo Mercado também pode ter sido influenciada por articulações políticas, mas as justificativas públicas apresentadas, mesmo que embasadas em fatores técnicos, se mostraram pouco fundamentadas.

A relação entre o Antigo Mercado e a prostituição era forte e complexa, assim como nos grandes centros urbanos. A prostituição se mostra intrinsecamente ligada a este espaço, pois era o centro de referência dos acontecimentos e das transações, configurando-se como um ambiente, por domínio, masculino, visto que as mulheres ditas de família, por costume, se limitavam às atividades domésticas. Dessa forma, seu entorno passou a concentrar a zona boêmia da cidade, abrigo de bares e pontos de prostituição.

Dado o contexto, conjecturamos que a demolição deste Mercado possa estar relacionada ao conservadorismo da sociedade da época, materializada na figura do então prefeito, Toninho Rebello, no grupo político no poder, e nas normas higienistas vigentes no período. O espaço era visto pela classe dominante como um lugar sujo, que remetia ao passado e ao rural. Contraditoriamente, os homens que discursavam em defesa da moral e modernidade eram os mesmos que frequentavam os bares e os pontos de prostituição nas proximidades do antigo Mercado.

A comoção em relação à destruição do Mercado Antigo é notória, visto que ele ocupa ainda a memória e o imaginário de muitas pessoas na cidade. Sua imagem estampa pinturas em residências e repartições, esculturas, artesanatos, suvenires, poemas e relatos, espalhados pelo município e ainda levados como lembrança para outros lugares. Outro sinal que evidencia que a demolição foi de fato uma má escolha por parte da gestão pública é vazio que o Mercado Antigo deixou por muito tempo. Ademais, era nítida a falta de justificativa para tal empreitada, pois não foi apresentado qualquer tipo de planejamento urbano ou arquitetônico para aquele espaço. Dessa forma, o terreno vazio foi cimentado um tempo depois e foi usado como estacionamento, passando a ser conhecido por “cimentão”. Esse vazio se tornou um problema, a perceber pelos relatos dos entrevistados. A gestão municipal não sabia o que fazer naquele espaço. Diante disso, é possível inferir que a área se tornou vazia não só em sua materialidade, mas esvaziou-se também dos convívios e das relações humanas que se fizeram ali por quase um século e se acabaram sem muito fundamento.

Constatamos também que o segundo Mercado Central se insere então em um contexto de crescimento populacional da Cidade Industrial Incompleta montesclareense. Implantado entre a rua Coronel Joaquim Costa e a rua Belo Horizonte, a construção adotava o estilo modernista, com dois níveis e iluminação zenital. Foi verificado que a edificação atendeu, por pouco tempo, a demanda alimentar. Observa-se que a memória da sociedade pouco se manifesta a respeito do segundo Mercado, isso pode ser percebido nos poucos registros

deixados sobre o espaço. Durante a pesquisa, não encontramos fotos do espaço, tampouco alguma planta do lugar, ou croquis do seu interior. Podemos, então, supor que esse Mercado talvez não tenha sido bem aceito pela sociedade, e apenas tenha cumprido sua função de abastecimento, por pouco tempo.

Posteriormente, o Mercado Sul foi construído para absorver parte da demanda alimentar, fruto do crescimento constante da cidade, mas ainda concentrava em seu exterior uma quantidade considerável de feirantes nos dias de maior movimento. Percebemos que os frequentadores do espaço são moradores próximos ao edifício, muitos são antigos comerciantes, e a compra de mercadorias é apenas uma das atividades exercidas ali dentro. Os laços afetivos com o lugar são evidentes: antigos comerciantes e compradores, muitos já aposentados, frequentam o espaço com largas doses de nostalgia e saudosismo dos tempos antigos de prosperidade. O Mercado Sul hoje recebe poucas pessoas, diante do que já recebeu aos tempos de seu funcionamento efetivo. Mesmo assim, ainda é o ponto de encontro e diversão de muita gente.

Percebemos que, por mais que a pesquisa tenha se destinado ao Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff e sua trajetória histórica de construção, muita atenção da dissertação foi dispensada à sua origem, o Mercado Antigo. As relações afetivas são mais evidentes e consolidadas com uma construção que agora só existe no imaginário das pessoas e é estampada nas mais diversas formas de manifestação artística. Parece-nos que os vínculos com o relativamente novo espaço do Mercado ainda precisam se consolidar. Ali, os comerciantes vendem seus produtos milagrosos, tagarelam sem parar, exercem a “arte” da pechincha, e os “clientes” parecem viver o lugar como um todo, usufruir de experiências, recorrer à memória e à identidade de uma sociedade, e isso é muito mais do que exercer o seu papel de consumidor.

Nas entrevistas aos comerciantes, ficou evidente que a permanência dessas pessoas se dá por paixão e preservação do ofício ou até mesmo por comodidade. Os comerciantes, em sua maioria, não estão preocupados em expandir seu negócio e obter melhores resultados de faturamento; o que as motiva é, quase sempre, a subsistência ou sustento de suas famílias.

É importante estudar os Mercados públicos, já que esses espaços representaram fundamental importância econômica, social e política para as cidades nos séculos XIX e XX. A cidade se moldou para recebê-los e interagiu com eles. Agora, que esses locais perderam grande parte de sua importância econômica e política, o que fazer com as pessoas que

formaram sua trajetória de vida baseadas neste contexto? É um desafio entender as relações que foram e são construídas nesses espaços, já que tomam vida e se tornam afetivas, para além de econômicas. Neles, são construídos e experienciados conhecimentos práticos dos diversos ofícios; as referências simbólicas e ideológicas presentes nesses espaços vão se adaptando às novas realidades e os transformando, à medida que transformam também quem vive ali e, conseqüentemente, seus valores simbólicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**. vol. 16, n. 3, set. / dez. 2012. p. 07-18.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória – uma Relação na Confluência entre Tempo e Espaço**. Revista Mouseion, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.

BRUNO, Guilherme Rodrigues. **Mercado Municipal de Pelotas: A Permanência no Lugar do Consumo**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pelotas, 2010.

BRUNO, Reinaldo Moreira. **Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Del Rey, ed. 2005. ISBN 85-7308-827-3 576p. 1. Direito Administrativo I. título.

CARDANO, Mario. **Manual de Pesquisa Qualitativa: a Contribuição da Teoria da Argumentação** / Mario Cardano; tradução de Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017. (Coleção Sociologia)

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Redes: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 7ª Edição. Tradução: Roneide Vanâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

DEÁK, Csaba. **A Cidade: do Burgo à Metrópole (da Cidade ao Urbano)**. Artigo Científico, 1991, CD.

FRANÇA, Iara Soares. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2007.

GONÇALVES, J; RINALDI, L; BRUNELLI, L. Viabilizando a relação entre a cultura e o turismo: diretrizes para o estabelecimento de políticas integradas entre os dois setores. **Turismo - Visão e Ação**. vol. 08, n. 01,2006. p. 129-140.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos Contemporâneos sobre Montes Claros: (re) Estruturação Urbana e Novas Articulações Urbano-Regionais**. Dissertação (mestrado) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2007.

GRAÇA, Ruth. **Montes Claros era Assim**. Montes Claros: Editora Cultura, 1986.

HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LIMA, Fernanda. **Produção do Corpo e Produção da Cidade: Um Estudo sobre os Espaços Sociais e Simbólicos da Prostituição Feminina em Montes Claros/MG (1940-1970)**. Dissertação (mestrado) - Departamento de desenvolvimento social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo, Hucitec, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto. **O Que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº.111, jul. /dez. 2006. p.09-18.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Martins Fontes, São Paulo, 2004.

PAULA, H. A. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes**. Vol. 1, Montes Claros: Editora Minas Gráfica, 1979.

Prefeitura Municipal de Montes Claros. **Aspectos Gerais**. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos-gerais>, acessado em 28 de julho de 2019.

REBELLO, Ivana; SILVEIRA, Jorge. **Toninho Rebello: o Homem e o Político**. Montes Claros: Cléber Caldeira, 2014.

Revista Nossa História. Montes Claros, set. 1999, ano I, n. 1.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SCHMID, Christian. **A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em Direção a Uma Dialética Tridimensional**. Trad. Marta Marques e Marcelo Barreto. Revista GEOUSP – espaço e tempo. São Paulo, nº 32, 2012. p. 89- 109.

SILVA, Sandra. **O Mercado Central de Montes Claros e o consumo dos bens alimentares: o patrimônio cultural como vetor do desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, Maria. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

SPOSITO, Maria. Reestruturação Urbana e Segregação Socioespacial no Interior Paulista. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. 11, nº. 245, agosto de 2007.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a Teoria na Prática**. Artigo Científico. Rio de Janeiro, 2006.

VIANNA, Urbino. **Monographia do Município de Montes Claros: Breves Apontamentos Historicos, Geographicos e Descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

ANEXOS

Anexo 01 - acervo fotográfico das adjacências do Antigo Mercado Central de Montes Claros, fornecido pelo historiador Norivaldo Alves.

Figura 25 - Vista do antigo “cimentão”, ou do vazio após a demolição do primeiro Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 26 - Vista da rua Doutor Santos, em frente ao Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 27 - Vista das ruas do entorno do Mercado Antigo.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 28 - Vista das portas laterais da frente do Primeiro Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 29 - Vista da frente do Mercado Antigo.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 30 - Vista da frente do Mercado Antigo.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 31 - Vista de uma das ruas laterais ao Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 32 - Vista de uma das ruas laterais ao Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 33 - Vista da Antiga Praça Coronel Costa, ao fundo do Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 34 - Vista da Praça Doutor Carlos Versiani.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 35 - Vista da Praça Doutor Carlos Versiani.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 36 - Vista do fundo do primeiro Mercado, pela praça Coronel Costa.



Praça Cel. Costa - 1952

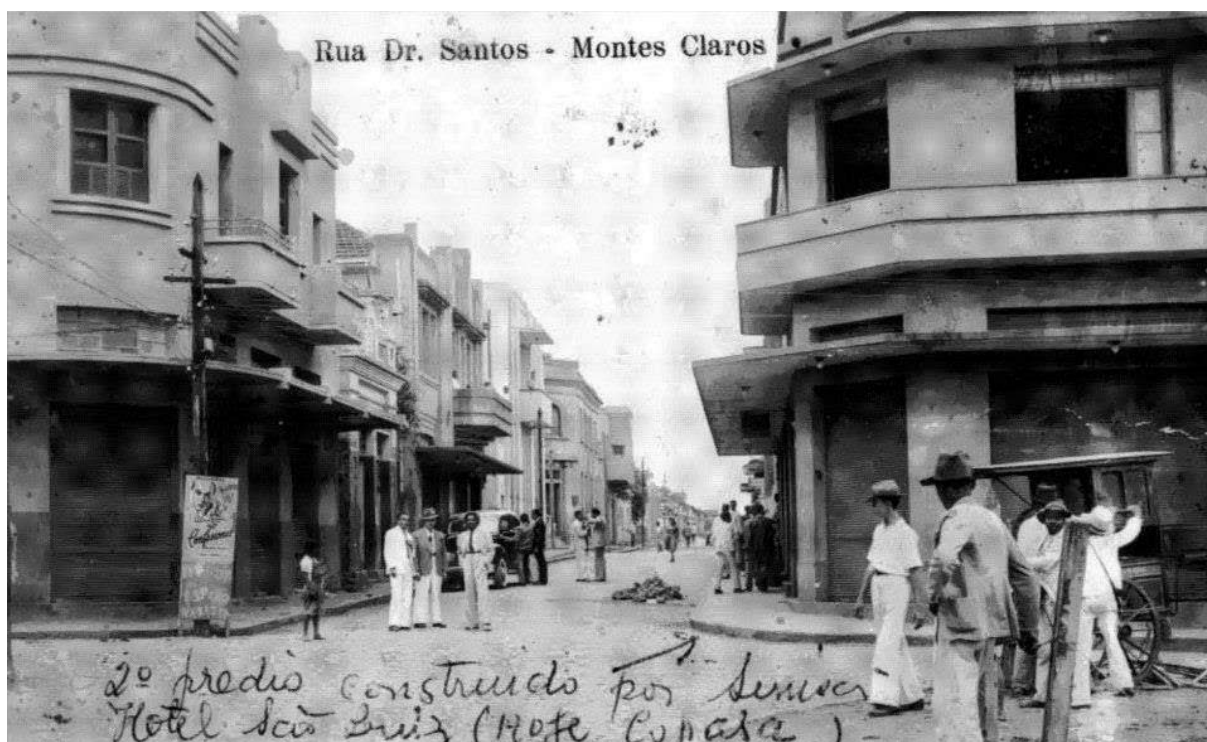
Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 37 - Vista da rua Doutor Santos, pela frente do Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 38 - Vista da rua Doutor Santos, pela frente do Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Figura 39 - Pipoqueiro em frente ao Antigo Mercado.



Fonte: Acervo do historiador Norivaldo Alves, s.d.

Anexo 02 – acervo fotográfico da própria autora

Figura 40 - Bancas de frutas e verduras do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 41 - Melancias no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 42 - Maracujás do Mato no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 43 - Pessoa fotografando no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 44 - Grãos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



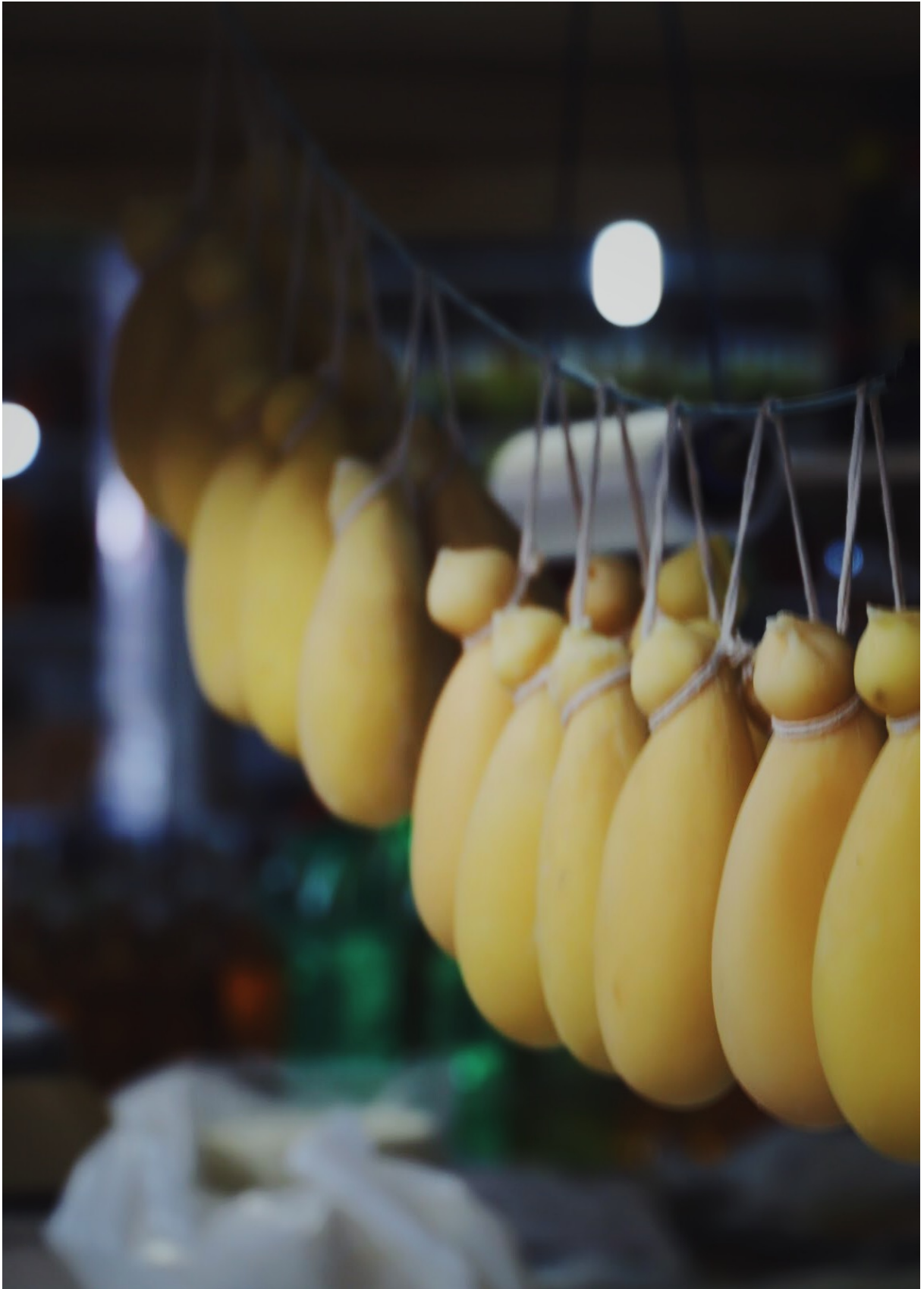
Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 45 - Grãos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 46 - Queijos tipo cabaça no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 47 - Cana de açúcar e andu no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 48 - Manteiga de garrafa no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 49 - Pessoa no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 50 - Movimento nas bancas do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 51 - Pimentas-Biquinho no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 52 - Panorama do Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 53 - Cachaças no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 54 - Pé de boi no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 55 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 56 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 57 - Bananas-prata no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 58 - Rabanetes no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 59 - Artesanato no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 60 - Antônio no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 61 – Antônio Carvalho no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 62 - Antônio e Renan, seu neto, no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 63 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 64 - Artesanatos no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 65 - Dona Fátima no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 66 - Dona Fátima no Mercado Central Christo Raeff Nedelkoff.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 67 – Maria de Lourdes Santos no Mercado Sul.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 68 - Baleiro no Mercado Sul.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 69 - Roque no Mercado Sul.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Figura 70 – Maria de Lourdes Santos no Mercado Sul.



Fonte: Acervo da própria autora, 2019.

Anexo 03 – Roteiro de entrevista semiestruturado destinado aos atores políticos e arquitetos

Nome:

Ano Nascimento:

Profissão:

1. Como você descreve o espaço do Mercado Antigo (Primeiro Mercado)?
2. Como foi a definição para construir o Mercado naquele lugar?
3. O que significava o Mercado Antigo para Montes Claros e Região?
4. Existe algum acontecimento marcante sobre o mercado que você gostaria de falar?
5. Como a população reagiu ao saber que o mercado antigo seria demolido?
6. Como você viu o novo mercado (Segundo Mercado)? Era melhor ou pior em relação ao antigo? Como era o espaço?
7. Você pode explicar como a maioria da comunidade reagiu ao conhecer o segundo mercado?
8. E a criação do Mercado Sul (Morrinhos). Tudo indica que ele foi criado para atender a demanda não atendida pelo segundo Mercado. Como você analisa o papel do Mercado Sul?
9. Como foi sua experiência com o terceiro Mercado? O que mudou em relação ao segundo? Como você o compara em relação ao segundo?
10. Existe uma história que ele foi construído naquele local devido a uma briga política entre o então prefeito Tadeu Leite e o anterior Toninho Rebelo. O que você acha?
11. Como você analisa o papel dos dois Mercados ainda existentes em Montes Claros (Central e o Sul)
12. Você tem algum registro fotográfico dos Mercados antigos?

Anexo 04 – Roteiro de Entrevista aos Feirantes – Trajetória dos Mercados populares de Montes Claros

Qual o Mercado:

Tipo de loja/barraca:

Nome:

Ano Nascimento:

1. Como você descreve o espaço do Mercado Antigo (Primeiro Mercado)?
2. Você sabe como foi a definição para construir o Mercado naquele lugar?
3. Como era a divisão do espaço do Mercado/Feiras (Semanais)?
4. O que significava o Mercado Antigo para Montes Claros e Região?
5. Existe algum acontecimento marcante sobre o mercado que você gostaria de falar?
6. Como a população reagiu ao saber que o mercado antigo seria demolido?
7. Como você viu o novo mercado (Segundo Mercado)? Era melhor ou pior em relação ao antigo? Como era o espaço?
8. Como era a divisão do espaço do Mercado/Feiras (Semanais)?
9. Você pode explicar como a maioria da comunidade reagiu ao conhecer o segundo mercado?
10. E a criação do Mercado Sul (Morrinhos). Tudo indica que ele foi criado para atender a demanda não atendida pelo segundo Mercado. Como você analisa o papel do Mercado Sul?
11. Como foi sua experiência com o terceiro Mercado? O que mudou em relação ao segundo? Como você o compara em relação ao segundo?
12. Existe uma história que ele foi construído naquele local devido a uma briga política entre o então prefeito Tadeu Leite e o anterior Toninho Rebelo. O que você acha?
13. Como você analisa o papel deste Mercado para Montes Claros e região?
14. Como é a divisão e o gerenciamento do espaço?
15. Quais são as qualidades e os problemas do Mercado atualmente?
16. Você tem algum registro fotográfico dos Mercados antigos?